

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO**

TIAGO MACKEY MARTINS DE ASSIS GOMES

**EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO EM
CONTRATOS COLIGADOS**

**SÃO PAULO
2019**

TIAGO MACKEY MARTINS DE ASSIS GOMES

**EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO EM
CONTRATOS COLIGADOS**

Dissertação apresentada à Escola de
Direito de São Paulo da Fundação
Getulio Vargas como requisito para
obtenção do título de mestre em Direito.
Área de concentração: Direito Civil.
Contratos.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley
Fernandes

**SÃO PAULO
2019**

Gomes, Tiago Mackey Martins de Assis.

Equilíbrio econômico e financeiro em contratos coligados / Tiago Mackey Martins de Assis Gomes. - 2019.

114 f.

Orientador: Wanderley Fernandes.

Dissertação (mestrado profissional) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Contratos. 2. Contratos conexos. 3. Equilíbrio econômico. 4. Direito civil. I. Fernandes, Wanderley. II. Dissertação (mestrado profissional) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getúlio Vargas. IV. Título.

CDU 347.74/.75

TIAGO MACKEY MARTINS DE ASSIS GOMES

**EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO EM
CONTRATOS COLIGADOS**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas como requisito para obtenção do título de mestre em Direito.

Área de concentração: Direito Civil. Contratos.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Fernandes

Data de aprovação 10/10/2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Wanderley Fernandes (FGV Direito SP)

Prof. Dr. Kleber Luiz Zanchim (Insper Direito)

Profa. Dra. Lie Uema do Carmo (FGV Direito SP)

Prof. Dr. Oreste Nestor Laspro (Faculdade de Direito da USP)

AGRADECIMENTOS

A execução de um trabalho monográfico compreende uma série de atores, cada um com sua parcela de contribuição. Não poderia deixar de agradecer à minha família, pelo suporte diário e paciência pelos longos períodos de isolamento. Aos amigos, pela compreensão de que o afastamento era justificado.

Não poderia deixar de agradecer aos zelosos bibliotecários da FGV Direito SP, da Faculdade de Direito da USP e tantos outros profissionais que, sem que qualquer obrigação tivessem, muito contribuíram com o processo de pesquisa.

A Wanderley Fernandes pela orientação. A Kleber Zanchim e Lie Uema do Carmo, pela gentileza, disponibilidade e rica contribuição ao aprimoramento do estudo. A Oreste Nestor Laspro, pelas valiosas considerações na arguição.

Todos vocês engrandeceram este trabalho.

RESUMO

A presente dissertação tem como propósito o exame do conceito de equilíbrio econômico e financeiro em uma estrutura de agrupamento contratual de notória complexidade. Espécie do gênero grupos de contratos, os contratos coligados são analisados de acordo com a evolução e consolidação da teoria, seu reconhecimento judicial e a fixação, pelo Superior Tribunal de Justiça, de critérios interpretativos e de aplicabilidade. Efetuado o recorte da análise do tema nas relações empresariais (destacando-as, assim, das demais categorias de contratos), identifica-se as restritas hipóteses de intervenção externa nos contratos empresariais. O estudo concentra-se, a partir deste ponto, sobre a possibilidade, ou não, de irradiação dos efeitos de um contrato a outro, integrante da coligação, de acordo com o grau de interdependência entre os contratos.

Palavras-chave: Contratos. Grupos de contratos. Contratos coligados. Coligação. Conexidade. Relatividade. Equilíbrio econômico e financeiro. Revisão contratual. Complexidade.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to examine the concept of economic-financial balance in one of the most complex contractual structures. Connected contracts are analyzed according to the evolution and consolidation of the theory, its judicial recognition and the establishment of interpretative criteria and applicability by the Brazilian Superior Court of Justice. After the analysis of the theme in the business relations (detaching them from the other categories of contracts), the restricted hypotheses of external intervention in the business contracts are identified. From this point on, the study focuses on the possibility, or not, of effects radiate from one contract to another inside the group, according to the degree of interdependence between the contracts.

Keywords: Contracts. Business networks. Connected contracts. Privity. Economic-financial equilibrium. Court adjustment of contracts. Complexity.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	NEGÓCIO JURÍDICO – CONTRATO – OPERAÇÃO ECONÔMICA COMO ELEMENTO SUBJACENTE AO CONTRATO	13
3.	COMPLEXIDADE OBRIGACIONAL.....	19
4.	UMA BREVE LEITURA SOBRE O DIREITO CONTRATUAL CONTEMPORÂNEO	21
4.1	AS CLÁUSULAS GERAIS	21
4.2	AS CLÁUSULAS GERAIS FRENTE ÀS CATEGORIAS CONTRATUAIS	25
5.	A CONSTRUÇÃO DOUTRINÁRIA DA TEORIA DA COLIGAÇÃO CONTRATUAL.....	33
5.1	A EVOLUÇÃO DA TEORIA DOS CONTRATOS COLIGADOS NAS CORRENTES DOUTRINÁRIAS ESTRANGEIRAS	34
5.1.1	A doutrina alemã	34
5.1.2	A doutrina italiana.....	37
5.1.3	A doutrina francesa	42
5.1.4	A doutrina portuguesa	46
5.1.5	A doutrina espanhola.....	47
5.2	A COLIGAÇÃO CONTRATUAL NA DOUTRINA BRASILEIRA.....	49
6.	O RECONHECIMENTO JUDICIAL DA TEORIA.....	51
7.	CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA COLIGAÇÃO CONTRATUAL.....	57
7.1	CONCEITO DE COLIGAÇÃO CONTRATUAL	57
7.2	CLASSIFICAÇÃO DAS COLIGAÇÕES	59
7.2.1	Quanto à fonte: natural ou voluntária.....	59
7.2.2	Quanto ao grau de dependência: unilateral ou bilateral	60
7.2.3	Quanto às partes: bilateral ou plurilateral	61
7.3	CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA COLIGAÇÃO.....	62
7.3.1	A interpretação dos contratos em coligação.....	63
7.3.2	O princípio da relatividade e seu redimensionamento	68

7.3.3	A presença de elementos supracontratuais, o caráter de interdependência – liame lógico, econômico e funcional – e os efeitos no plano da validade e eficácia....	71
8.	FIGURAS LIMÍTROFES.....	75
8.1	REDES CONTRATUAIS.....	75
8.2	CADEIAS DE CONTRATOS	76
8.3	CONTRATOS COMPLEXOS E CONTRATOS MISTOS	77
9.	O EQUILÍBRIO NO SISTEMA DE CONTRATOS.....	80
9.1	CONTRATO EMPRESARIAL – DISTRIBUIÇÃO DE RISCO – REVISÃO CONTRATUAL	80
9.2	EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO – COLIGAÇÃO CONTRATUAL – EQUILÍBRIO DO SISTEMA DE CONTRATOS	92
10.	CONCLUSÃO.....	100
11.	JULGADOS REFERENCIADOS.....	103
12.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106

1. INTRODUÇÃO

As relações negociais hodiernas têm indicado que, não raras as vezes, o mundo dos negócios avança de maneira mais célere que o Direito. Ditas relações, que ganham contornos multifacetados, impõem liames contratuais cada vez mais complexos, dentre os quais se acomodam o agrupamento contratual e suas derivações, fruto da cada vez mais presente conexidade negocial.

Relações negociais por coligação (pela doutrina também denominadas conexas) estão por todos os lados. Por imposição legal, provenientes de disposição normativa infralegal ou almejadas pelas partes, são fruto da sofisticação negocial e podem ser observadas nos mais diversos setores da economia.

A análise de contratos comutativos traz consigo a ideia de que as partes, em sua concepção, estabeleceram o sinalagma daquela relação, refletindo o equilíbrio e assentado nos riscos por elas projetados. Ao se falar em revisão contratual por onerosidade excessiva, por seu turno, há de se considerar as premissas que nortearam o próprio surgimento da relação contratual. Por outro lado, dadas as suas características, a conexidade traz consigo a necessidade de, quando analisada, se lhe aplicar a leitura da lógica funcional e econômica da relação.

O tema dos contratos coligados tem sido tratado pela doutrina há considerável tempo, mas este ponto, em especial, ainda peregrina à busca de debates mais profundos. Soa, pois, apropriado, que a academia se debruce sobre ele e, neste contexto, examine a ideia de equilíbrio econômico e financeiro nas relações contratuais por coligação, seja por preservação de seu eixo econômico e financeiro, seja porque o rompimento desta estabilidade pode ser capaz não apenas de influenciar o desempenho, mas também a própria manutenção do sistema contratual.

Neste sentir é que se propõe um debate buscando, ao final, responder a uma questão preponderante: uma vez presentes os requisitos para a revisão contratual de um dos contratos em estrutura coligada, há como revê-lo isoladamente, sem se considerar as demais relações contratuais inseridas no mesmo sistema de contratos?

Para tanto, nos parece que um ponto de partida poderia ser a análise da conexidade negocial como motivo de uma interpretação da operação econômica e os elementos a ela adjacentes, visto que, se contratos coligados ostentam uma característica de interdependência

e capacidade de interferência mútua, a coesão econômico-contratual é mais que um fator de estabilidade da relação.

E, neste sentido, o estudo começará com a descrição da tríade negócio jurídico – contrato – operação econômica como elemento subjacente ao contrato, passando pela complexidade obrigacional como fator que ganha relevo nas relações contratuais coligadas.

Avançará pelas cláusulas gerais e a doutrina do novo direito contratual, examinando-se se e de que maneira se aplicam a cada categoria contratual, para se aferir a intensidade com a qual atuam em relação aos contratos de consumo, aos contratos civis e aos contratos empresariais (que guardam relevância a este estudo).

Avançar-se-á por uma passagem sobre a evolução da teoria da coligação contratual e o seu reconhecimento judicial, pela descrição das características próprias das relações contratuais por coligação e as consequências da coligação, com indicação das figuras contratuais limítrofes. Se seguirá então ao tema do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, com análise de sua aplicação nas coligações contratuais¹.

A resposta alcançada, como se observará adiante, se coloca no sentido de que, sem esmaecer o olhar à relatividade contratual, se se está a tratar de uma conexidade negocial com racionalidade econômico-financeira específica, que se suporta em um conjunto de contratos, a análise do equilíbrio econômico e financeiro em um dos sinalagmas não prescinde da necessária extensão ao outro (e do próprio sistema como um todo), seja porque entre eles pode haver um nexo funcional e/ou econômico que exija a presença de todos os contratos para o pleno funcionamento daquele sistema, seja porque a recomposição do equilíbrio de um lado não deve, idealmente, levar ao rompimento da estabilidade econômica e financeira do outro, devendo, pois, ser avaliados de forma global.

Isso não significa, registre-se desde logo, que toda e qualquer coligação contratual exige que os contratos inseridos em seu âmbito sejam revistos conjuntamente. O elemento

¹ Algumas obras nacionais que tratam do agrupamento de contratos abordam, com maior ou menor profundidade, alguns temas que aqui igualmente são abordados. Este autor entende, entretanto, que não há como se debater equilíbrio econômico e financeiro em relações contratuais coligadas, sem, antes disso (i) se abordar operação econômica, por se tratar de um dos elementos nucleares das coligações, (ii) se apresentar, ainda que brevemente, a evolução da teoria das coligações contratuais e a forma como hodiernamente é vista pela doutrina e reconhecida pela jurisprudência, (iii) se distinguir a coligação de figuras afins, para as quais o tema central deste estudo não necessariamente se aplica e (iv) se apontar as consequências jurídicas das coligações, na medida em que representam um caminho que não pode ser tangenciado para melhor se compreender as conclusões do estudo. Neste sentido, ainda que algumas obras nacionais possam guardar certa semelhança lógico-estrutural, não nos parece que a abordagem do tema possa prescindir da passagem por estes elementos.

preponderante para se definir em quais coligações a revisão contratual não se dá de forma isolada é exatamente a intensidade da coligação, isto é, o grau de interdependência entre os contratos, assentado na capacidade de mútua interferência.

A regra, portanto, continua sendo a da contenção dos efeitos diretos do contrato nos limites daquela relação, de modo que fatores que afetem a validade ou comprometam sua eficácia fiquem adstritos àquela esfera negocial. Entretanto, dadas as características próprias de determinadas relações contratuais, o término de um dos contratos pode levar ao término dos demais contratos integrantes da coligação e, exatamente neste quadro de excepcionalidade, (i) se a onerosidade excessiva em um dos contratos pode levar ao desequilíbrio dos outros, afetando sua eficácia (comprometimento do nexô econômico) ou (ii) se o perecimento de um contrato pela onerosidade inviabiliza a execução dos demais contratos (comprometimento do nexô funcional), a regra de exceção é aplicada.

Passa-se a olhar, neste caso, para toda a relação. A revisão contratual deixa de ser individualizada e passa a ser aplicada de forma extensiva. Mitiga-se a relatividade, em clara separação dos planos estrutural e eficaz dos contratos. O plano estrutural mantém-se hígido. Partes de um contrato (A-B) não se tornam parte do outro (C-D). O plano eficaz, entretanto, é reconfigurado. Aquela barreira estanque, própria do conceito tradicional da relatividade contratual, passa a ser permeável. Partes integrantes de uma relação passam a se sujeitar, em variados graus, de acordo com a intensidade da coligação, aos efeitos emanados da outra relação.

2. NEGÓCIO JURÍDICO – CONTRATO – OPERAÇÃO ECONÔMICA COMO ELEMENTO SUBJACENTE AO CONTRATO

Negócio jurídico é elemento que tem por fim – e traz como consequência – originar a relação jurídica negocial, contemplando um emaranhado de direitos, faculdades e obrigações². É gênero do qual contrato pode ser tido como uma das suas espécies³. Com a ressalva sobre o risco e a dificuldade em defini-lo⁴, pode ser tido, empregando-se, por todos, os contornos apresentados por JUNQUEIRA DE AZEVEDO e Díez-PICAZO, representantes, respectivamente, da doutrina nacional e estrangeira. O primeiro, voltado à concepção estrutural sob um prisma social; o segundo, mais assentado no aspecto voluntarista:

[...] o negócio jurídico pode ser definido como uma declaração de vontade que, acrescida de elementos particulares e, normalmente, também de elementos categoriais, é vista socialmente como destinada a produzir efeitos jurídicos em nível de igualdade.⁵

Un acto de autonomía privada que reglamenta para sus autores una determinada relación o una determinada situación jurídica. El efecto inmediato de todo negocio jurídico consiste en constituir, modificar o extinguir éntrelas partes una relación o una situación jurídica y establecer la regla de conducta o el precepto por el cual deben regirse los recíprocos derechos y obligaciones que en virtud de esta relación recaen sobre las partes.⁶

² BRAVO, Federico de Castro y. **El negocio jurídico**. Madrid: Civitas, 1997, p. 257.

³ GALGANO, Francesco. **El negocio jurídico**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1992, p. 36. Para uma análise dos aspectos sob os quais negócio jurídico é considerado, como é (forma), o que é (conteúdo) e por que é (causa), remete-se o leitor a BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo I. Campinas, SP: LZN, 2003, p. 78-108.

⁴ “Bastará recordar el sinnúmero de cuestiones planteadas sobre el negocio jurídico y su dificultad, para darse cuenta de lo arriesgado de cualquier pretensión de definir el negocio jurídico”. BRAVO, Federico de Castro y. **El negocio jurídico**. cit., p. 33. Esta dificuldade é, de certo modo, extraída da exposição de Werner Flume, para quem “no existe el negocio jurídico en sí, sino solamente tipos concretos de actos reconocidos por el ordenamiento jurídico, y existentes gracias al mismo [...]”. FLUME, Werner. **El negocio jurídico**. GONZALEZ, José María Miguel. CALLE, Esther Gómez (trad.). Madrid: Fundación Cultural del Notariado, 1998, p. 48-49. Para uma exposição sobre a concepção clássica de negócio jurídico e uma crítica ao seu conceito, remete-se o leitor a MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 12ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 161-167.

⁵ AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio jurídico e declaração negocial: noções gerais e formação de declaração negocial**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, p. 27. A linha interpretativa no sentido de que o negócio jurídico é mais aquilo que a sociedade enxerga como sendo a declaração de vontade do agente, do que sua própria vontade, foi inicialmente apontada em sua obra **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. São Paulo: Saraiva, 1986, p. 19-27.

⁶ Díez-PICAZO, Luis. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. I. 5ª ed. Madrid: Civitas, 1996, p. 73.

Contrato – principal, mas não a única figura do negócio jurídico⁷ – é um conceito jurídico⁸. Construção da ciência jurídica que pode ser definida como um negócio jurídico voltado à satisfação de interesses em que duas ou mais partes sujeitam-se à observância de normas voluntárias e compulsórias. Uma construção elaborada, além do mais, “com o fim de dotar a linguagem jurídica de um termo capaz de resumir, designando-os de forma sintética, uma série de princípios e regras de direito, uma disciplina jurídica complexa”⁹.

Ainda segundo DÍEZ-PICAZO, a concepção moderna do contrato tem sua mais profunda raiz e seu mais profundo fundamento em uma série de pressupostos ideológicos e sociológicos:

El primero de estos presupuestos es el presupuesto económico de una economía liberal fundada en el lema del laissez faire y en la idea de que las leyes del mercado y el egoísmo individual actuando en el propio interés son, como dice Adam Smith, los mejores motores de la felicidad y de la prosperidad de las naciones.

El segundo de los presupuestos ideológicos de la concepción moderna del contrato se encuentra en la idea de la sustancial igualdad de las partes contratantes. El contrato es el medio mejor de arreglo de los intereses privados porque es una obra común de dos contratantes, que se encuentran en igual situación y en un mismo plano económico. Es un arreglo entre iguales.

El tercero de los presupuestos ideológicos y socioeconómicos se encuentra en una época que rinde culto, como ya hemos señalado, a las ideas de la preponderancia de la libertad individual y que en definitiva es una época de predominio burgués sobre la economía. Puede decirse que esta concepción del contrato es un instrumento idóneo para un señorío de la burguesía sobre el mercado de capitales y de trabajo y, en definitiva, para un señorío sobre la economía considerada en su conjunto.¹⁰

Para que se entenda a fundo, pois, sua essência, não há como considerá-lo exclusivamente em sua dimensão jurídica, “como se tal constituísse uma realidade autónoma,

⁷ BIANCA, Cesare Massimo. **Diritto Civile: il contratto**. Vol. III. Milano: Giuffrè, 2000, p. 8.

⁸ E como tal, a doutrina diverge sobre seu significado. Orlando Gomes registra que para alguns representa “o acordo de vontades necessário ao nascimento da relação jurídica obrigacional; para outros, a própria relação” GOMES, Orlando. **Contratos**. cit., p. 18. Conceituando contrato nos termos da disposição do art. 1.321 do Código Civil italiano, de 1942 (‘o acordo de duas ou mais partes para construir, regular ou extinguir, entre si, uma relação jurídica patrimonial’): BESSONE, Darcy. **Do contrato: teoria geral**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 5 e AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos**. São Paulo: Atlas, 2009, p. 9.

⁹ ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 7.

¹⁰ **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. I. cit. p. 121 e 122.

dotada de autónoma existência”¹¹. Há, por assim ser, de se ter em conta a realidade exterior, os interesses, o ambiente, o contexto social, a realidade econômica¹².

Dai porque, com a ressalva de que contrato não deve ser reduzido à ideia de operação econômica¹³, para se conhecer verdadeiramente o conceito, necessária se torna a atenta consideração da realidade econômico-social que lhe subjaz, isto é, as situações, as relações e os interesses que consubstanciam qualquer contrato e que podem ser resumidos na ideia de ‘operação econômica’¹⁴:

La noción de operación económica, como categoría conceptual, identifica una secuencia unitaria y compuesta que comprende en si al reglamento, a todos los comportamientos que se vinculan a este para la consecución de los resultados queridos, y a la situación objetiva en la cual el conjunto de las reglas y los otros comportamientos se colocan, puesto que tal situación concurre a definir la relevancia sustancial del acto de autonomía privada.¹⁵

Ao se falar em contrato, portanto, acaba-se por remeter, implícita ou explicitamente, direta ou indiretamente, à ideia de operação econômica. E, neste sentido, contrato é uma formalização jurídica que não tem um fim em si mesma¹⁶, mas sim “com vista e em função da

¹¹ ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 7.

¹² Sobre a representatividade que o contrato assumiu no ordenamento jurídico, Luiz Díez-Picazo: “El contrato así concebido [se referindo a contrato como um acordo de vontades por meio do qual os interessados se obrigam] se convertirá en la institución central, en la piedra angular, no sólo del Derecho Civil, sino de todo el ordenamiento jurídico. El ordenamiento jurídico es contemplado desde esta perspectiva como una trama o una urdimbre de contratos que los particulares celebran. El Derecho es el reino del contrato, de manera que donde acaba el contrato acaba también el Derecho y comienza el reino de la arbitrariedad y de la fuerza. Las limitaciones a la libertad de contratar serán consideradas como ‘atentados a la libertad de la personas’”. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. I. cit., p. 121. Caio Mário da Silva Pereira enfatiza que “o mundo moderno é o mundo dos negócios”, e segue: “E a vida moderna o é também, em tão alta escala que, se se fizesse abstração por um momento do fenômeno contratual na civilização de nosso tempo, a consequência seria estagnação da vida social. O *homo economicus* estancaria as suas atividades. É o contrato que proporciona a subsistência de toda a gente. Sem ele, a vida individual regrediria, a atividade do homem limitar-se-ia aos momentos primários”. **Instituições de direito civil**. Vol. III. 10ª ed. Rio de Janeiro, Forense: 2000, p. 4-5. Sobre a tendência de ‘contratualização’ do direito, TARTUCE, Flavio. **O conceito de contrato na contemporaneidade**. Genjuridico.

¹³ BIANCA, Cesare Massimo. **Diritto Civile: il contratto**. Vol. III. cit., p. 27.

¹⁴ ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 7 e 8.

¹⁵ GABRIELLI, Enrico. **Estudios sobre teoría general del contrato**. Lima: Jurista, 2013, p. 463.

¹⁶ Como aponta Francesco Messineo, “El contrato, cualquiera que sea su figura concreta, ejerce una función y tiene un contenido constante; el de ser centro de la vida de los negocios, el instrumento práctico que realiza las más variadas finalidades de la vida económica que impliquen la composición de intereses inicialmente opuestos, o por lo menos no coincidentes. Dichos intereses, por el trámite del contrato, se combinan de manera que cada cual halla su satisfacción; de esto deriva, en el conjunto, un incremento de utilidad, de la que participan en varias medidas cada uno de los contratantes, mientras que indirectamente se beneficia también la sociedad”. **Doctrina general del contrato**. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1952, p. 34.

operação econômica, da qual representa, por assim dizer, invólucro ou a veste exterior, e prescindindo da qual resultaria vazia, abstracta e, consequentemente, incompreensível”¹⁷.

Contrato, conceito jurídico, deve ser tido, pois, como instrumental¹⁸ de captura desta realidade complexa, que opera em detalhes, assentada na operação econômica¹⁹. Por outras palavras: operação econômica, em sua materialidade, representa o substrato do contrato, que é formalização jurídica daquela²⁰.

A extensão da operação econômica, por outro lado, encontra contornos distintos. Enquanto para CARNELUTTI o contrato representava um instrumento jurídico da circulação – subespécie da distribuição – que compunha com a produção as duas fases do processo econômico²¹ –, excluindo dos instrumentos de circulação (i) os contratos voltados simplesmente (i.i) à declarar ou conformar situações jurídicas preexistentes e (i.ii) à regular situações jurídicas, assim como (ii) os contratos não comutativos – por não comportarem uma modificação ou deslocamento de uma situação jurídica preexistente – e, como tal, acaba-se por concluir que nem todo contrato traria consigo uma operação econômica²², para ASCARELLI a operação econômica estava adstrita às atividades criadoras de riqueza (onde se

¹⁷ ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 9.

¹⁸ “El contrato debe estudiarse en su aspecto sustancial, o funcional (contenido y finalidad), y en su aspecto estructural (forma). Desde el primer punto de vista, el contrato se manifiesta como entidad instrumental; desde el segundo, como entidad más estrictamente técnico jurídica.” MESSINEO, Francesco. **Doctrina general del contrato**. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1952, p. 33 e 34.

¹⁹ GABRIELLI, Enrico. **Estudios sobre teoría general del contrato**. cit., p. 466.

²⁰ Decompondo operação econômica – contrato – direito dos contratos, Roppo conceitua “a operação econômica, na sua materialidade, como substrato real necessário e imprescindível daquele conceito; o contrato, como formalização jurídica daquela, isto é como conquista da ideia de que as operações econômicas podem e devem ser reguladas pelo direito, e como construção da categoria científica idônea para tal fim; o direito dos contratos, como conjunto – historicamente mutável – das regras e dos princípios, de vez em quando escolhidos para conformar, duma certa maneira, aquele instrumento jurídico, e, portanto, para dar um certo arranjo – funcionalizado a determinados fins e determinados interesses – ao complexo das operações econômicas efectivamente levadas a cabo”. ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 10-11. Para Francisco Paulo De Crescenzo Marino há certo exagero por parte da doutrina, referindo-se especialmente a Andrea D’Angelo, ao explorar o conceito ‘contrato-operação econômica’, equiparando contrato e operação econômica ou delineando uma ‘fusão’ de ambos em uma mesma entidade econômico-jurídica. **Contratos coligados no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 27 e 29. Para Marino, de acordo com D’Angelo estaríamos tratando de uma “entidade unitária jurídico-econômica”, de modo que o contrato e a operação econômica não possuiriam existência autônoma, tampouco seria possível lhes imaginar individualmente nem em termos jurídicos, tampouco em termos econômicos. A crítica nos parece apropriada. Considerar operação econômica como elemento representativo da realidade exterior, dos interesses, do ambiente, do contexto social, da realidade econômica, isto é, da realidade econômico-social não legitima a equiparação, tampouco a aglutinação, das figuras. Contrato é conceito jurídico. É instrumental da operação econômica.

²¹ CARNELUTTI, Francesco. **Teoria giuridica della circolazione**. Padova: CEDAM, 1933, p. 01.

²² CARNELUTTI, Francesco. **Teoria giuridica della circolazione**. cit., p. 15-21.

incluem os serviços) e àquelas passíveis de avaliação patrimonial, não se considerando, destarte, as atividades gratuitas e de mera fruição de bens²³.

MESSINEO congrega de entendimento mais abrangente²⁴, segundo o qual na operação econômica se inserem os contratos (i) que disciplinam as relações patrimoniais familiares, (ii) que favorecem a circulação de riqueza, nos quais se incluem os bens e serviços, assim como a troca ou permuta e a doação, (iii) que denomina como colaboração ou cooperação, como o mandato, comissão, agência, etc., (iv) que denomina como associativos – ou de organização – como as parcerias agrárias e de certo modo, os consórcios, (v) de prevenção de riscos, como seguro e capitalização, (vi) de custódia, (vii) de prevenção de controvérsias, como a transação e o compromisso, (viii) de concessão de crédito, (ix) constitutivos de direito de gozo, como enfiteuse, usufruto, etc. e (x) voltados à constituição de garantia real ou pessoal²⁵. Uma visão que muito se aproxima à de ROPPO, segundo a qual:

Pode-se dizer que existe operação econômica – e portanto possível matéria de contrato – onde existe circulação de riqueza, actual ou potencial transferência de riqueza de um sujeito para outro (naturalmente, falando de ‘riqueza’ não nos referimos só ao dinheiro e a outros bens materiais, mas consideramos todas as utilidades susceptíveis de avaliação económica, ainda que não sejam ‘coisas’ em sentido próprio: nestes termos, até a promessa de fazer ou não fazer qualquer coisa em benefício de alguém, representa, para o promissário, uma riqueza verdadeira e própria [...]).²⁶

Por outras palavras, aquele que celebra um contrato pode perseguir “um interesse não económico (mas sim ideal, moral, cultural)”, sendo certo, entretanto, “que o *resultado* objectivo do contrato” deve “consistir na obrigação de fazer ou dar qualquer coisa susceptível de expressão pecuniária, segundo os valores do mercado, e, portanto, numa qualquer forma de circulação de riqueza”, o que nos permite afirmar, empregando as palavras de ROPPO, que “seria arbitrário reduzir o conceito de operação económica ao de ‘troca’”²⁷.

²³ ASCARELLI, Tullio. **Corso de diritto commerciale: introduzione e teoria dell'impresa**. Milano: Giuffrè, 1962, p. 161-164.

²⁴ Do qual, igualmente, compartilham Jorge Mosset Iturraspe: “El contrato es un instrumento, un medio que nos otorga el Derecho para realizar las más variadas finalidades de la vida económica, sirviendo para satisfacer las necesidades humanas, cualesquiera que sean ellas”. ITURRASPE, Jorge Mosset. **Interpretación económica de los contratos**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 1994, p. 122; e GOMES, Orlando. **Contratos**. cit., p. 19

²⁵ MESSINEO, Francesco. **Doctrina general del contracto**. cit., p. 35 a 37.

²⁶ ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 13.

²⁷ ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 14 e 15. Convém registrar que em nosso regramento – tal como em diversos outros – há hipóteses de operação econômica sem contrato (a exemplo dos casos de sucessão *causa*

Dito isso se pode concluir que enquanto ato material de transferência de riqueza todo contrato contempla uma operação econômica, sendo, igualmente certo, que a noção de operação econômica ostenta caráter de imprescindibilidade à apropriada interpretação e compreensão das relações contratuais, sejam elas ‘simples’ (no conceito de contemplar apenas um contrato), sejam elas ‘múltiplas’ (quando contemplem uma pluralidade de contratos)²⁸.

mortis e do mecanismo de tributação), de sorte que o contrato não pode ser tido como o único instrumental de circulação de riqueza. Como se vê, há casos em que pode haver operação econômica sem contrato, mas, em contrapartida, não há como haver contrato sem operação econômica.

²⁸ A esse respeito, Francisco Paulo de Crescenzo Marino: “a noção de operação econômica é, efetivamente, imprescindível para a adequada interpretação e regulação dos articulados e cada vez mais complexos negócios contratuais”. **Contratos coligados no direito brasileiro**. cit., p. 29.

3. COMPLEXIDADE OBRIGACIONAL

A relação obrigacional tem sido vista por parte da doutrina, desde o século XIX²⁹, como processo. Processo no sentido de complexidade, de encadeamento que se prolonga no tempo. Concebe-se o sentido dinâmico da obrigação, com as várias fases atinentes ao desenvolvimento da relação obrigacional, que se sucedem e se complementam.

Mais que isso, aplica-se um olhar sob o viés da totalidade, no sentido de que a relação obrigacional não representa (tampouco se desenvolve mediante) simples somatória de direitos e deveres. Tem-se verdadeira estrutura, com sentido próprio. COUTO E SILVA bem delineia a ideia:

A inovação, que permitiu tratar a relação jurídica como uma totalidade, realmente orgânica, veio do conceito do vínculo como uma ordem de cooperação, formadora de uma unidade que não se esgota na soma dos elementos que compõem. [...] Dentro dessa ordem de cooperação, credor e devedor não ocupam mais posições antagônicas, dialéticas e polêmicas. Transformando o *status* em que se encontravam, tradicionalmente, devedor e credor, abriu-se espaço ao tratamento da relação obrigacional como um todo. [...] Assim, regras há que se dirigem à prestação, e mesmo ao seu objeto, que produzem consequências no desdobramento da relação. E o próprio ordenamento jurídico, ao dispor sobre o nascimento e o desenvolvimento do *vinculum obligationis*, tem presente o sentido, o movimento e o fim da mesma relação, ou seja, o encadeamento, em forma processual, dos atos que tendem ao adimplemento do dever.³⁰

Deixa-se de falar tão somente no dever de prestar, próprio da relação creditícia³¹, passando-se a considerar deveres principais e secundários, dotados de autonomia e próprios a todas as relações e não apenas às mais complexas³². Deixa-se de falar em interesse exclusivo

²⁹ Clovis do Couto e Silva aponta em sua tese de livre-docência, datada de 1964, que a concepção da relação jurídica como totalidade, à época recente, foi aludida por Savigny ao definir a relação jurídica como organismo. **Obrigação como processo**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 17.

³⁰ SILVA, Clovis do Couto e. **Obrigação como processo**. cit., p. 19.

³¹ CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. **Da boa fé no direito civil**. Coimbra: Almedina, 2003, p. 586

³² Fernando Noronha apresenta didático exemplo sobre a complexidade obrigacional até nas singelas relações, usando a hipótese de uma simples compra e venda “pela qual um consumidor adquira um televisor, a relação obrigacional complexa inclui desde os direitos principais correspectivos de exigir a entrega do produto e o pagamento do preço (tendo cada um deles, como contrapartida, os deveres da contraparte de entregar e de pagar), até diversos outros direitos e deveres, como o direito potestativo do comprador de reclamar por eventuais defeitos (cf. arts. 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor) e o seu ônus de fazer essa reclamação em noventa dias (cf. art. 26, II), mais o dever do fornecedor de sanar o defeito em trinta dias (cf. art. 18, parágrafo 1º), sob pena de se abrir para o consumidor o direito de exigir a substituição do produto, ou a restituição do preço, ou o abatimento proporcional deste (cf. art. 18, parágrafo 1º)”. **Direito das obrigações: fundamentos do direito das obrigações, introdução à responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 73.

dos protagonistas (credor e o devedor) e passa-se a ver um interesse que se estende a sujeitos detentores de posições juridicamente relevantes³³, sendo lícito afirmar, pois, que a relação obrigacional passou a ser vista como elemento apto a exteriorizar efeitos para além de sua órbita primeva.

Olhando-se para a relação obrigacional como processo, integrado por direitos e deveres principais e secundários (i.e. aqueles ínsitos aos contratantes e, igualmente, aqueles interesses que extravasam a relação) que não se limitam ao adimplemento da obrigação principal, seja ela qual for, soa lícito afirmar que nas relações contratuais coligadas se potencializa e se estende o plexo de direitos e obrigações, na exata medida que, em abono à já vista gama ínsita à relação obrigacional, passam a existir objetivos e interesses próprios da estrutura coligada.

Enquanto nas relações singulares os deveres emanam tão somente de um vínculo contratual, nas relações coligadas estes deveres passam a emanar de múltiplas fontes e atingem não apenas a simples somatória de círculos de interesse ínsitos àqueles contratantes; a exteriorização de efeitos passa a alcançar um círculo de interesse próprio deste sistema e, por assim ser, passam a existir deveres (principais, secundários, acessórios e laterais)³⁴ igualmente próprios do sistema e para com o sistema³⁵.

³³ PERLINGIERI, Pietro. Commentario al Codice Civile. Modi di estinzione delle obbligazioni diverse dall'adempimento (artt. 1230-1259 del Cod. Civ.). Bologna: Zanichelli, 1975, p. 5. *Apud* STEINER, Renata C. **Descumprimento contratual: boa-fé e violação positiva do contrato**. São Paulo: Quartier Latin, 2004, p. 78.

³⁴ Judith Martins-Costa faz precisa e didática diferenciação sobre o complexo de interesses e deveres relacionados aos negócios jurídicos: de um lado, os correlacionados aos interesses de prestação: (i) deveres de prestação (i.i) principais (relacionados ao *prestare*, consubstanciados num *dare, facere* ou *non-facere*) e (i.ii) secundários (destinados a preparar o cumprimento obrigacional ou assegurar sua realização e como sucedâneo da obrigação principal, caso das perdas de danos) e (ii) deveres anexos ou instrumentais (atuantes para otimizar o adimplemento satisfatório, voltados não ao 'prestar', mas ao 'como prestar'); de outro, os voltados aos interesses de proteção, consubstanciados nos deveres de proteção (não se voltam ao *prestare*, mas se destinam a implementar uma ordem de proteção às partes independentemente do adimplemento obrigacional). Confira-se, na íntegra, em MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado: critérios para sua aplicação**. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 238-248.

³⁵ Estes efeitos são denominados por Rodrigo Xavier Leonardo como 'paracontratuais'. **A teoria das redes contratuais e a função social dos contratos: reflexões a partir de uma recente decisão do Superior Tribunal de Justiça**. Revista dos Tribunais, vol. 832/2005, p. 100-111. São Paulo: RT, 2005.

4. UMA BREVE LEITURA SOBRE O DIREITO CONTRATUAL CONTEMPORÂNEO

4.1 AS CLÁUSULAS GERAIS

Fruto da nova forma de sistematizar o direito civil ao longo do século XX, observa-se, em complemento ao movimento de descodificação³⁶, (i) a integração do ordenamento jurídico não apenas por normas gerais aparentemente neutras e com propósito de regular as relações jurídicas sem um visível conteúdo teleológico, mas igualmente por leis extravagantes que ostentam em seu conteúdo diretrizes que devem ser buscadas, (ii) o surgimento das denominadas leis de incentivo, com propósito de promover condutas socialmente desejáveis, ao invés de simplesmente punir atos socialmente indesejáveis mediante a adoção da ‘função promocional’ da norma³⁷ e (iii) a intensificação do uso de cláusulas gerais como técnica legislativa mais aberta e genérica, afastando-se o legislador da técnica de previsões precisas e específicas.

Enunciados são gerais quando contemplam algo que vale “ao mesmo tempo, para todos os objetos que pertencem a uma determinada classe, sem exceção”³⁸. Neste sentido, o adjetivo ‘geral’ só poderá ser atribuído às cláusulas gerais se, por estas, se permitir uma “regulação geral de condutas” voltada ao “tratamento em conjunto de um determinado domínio de casos” por força da “extensão do seu campo previsivo-estatutivo”³⁹. Ainda segundo JUDITH MARTINS-COSTA:

³⁶ Descrevendo observações de Gustavo Tepedino sobre as profundas alterações do direito civil ao longo do século XX, Marcelo Proença Fernandes faz interessante apresentação dos ciclos da nova sistematização. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 55 a 62.

³⁷ O magistério de Norberto Bobbio é preciso sobre o desprendimento do caráter estritamente estrutural do direito e a tendência de extensão de sua aplicação para um caráter funcional no contexto das leis de incentivo: “Entendo por ‘função promocional’ a ação que o direito desenvolve pelo instrumento das “sanções positivas”, isto é, por mecanismos genericamente compreendidos pelo nome de “incentivos”, os quais visam não a impedir atos socialmente indesejáveis, fim precípua das penas, multas, indenizações, reparações, restituições ressarcimentos, etc., mas, sim, a “promover” a realização de atos socialmente desejáveis. Essa função não é nova. Mas é nova a extensão que ela teve e continua a ter no Estado contemporâneo: uma extensão em contínua ampliação, a ponto de fazer parecer completamente inadequada, e, de qualquer modo, lacunosa, uma teoria do direito que continue a considerar o ordenamento jurídico do ponto de vista da sua função tradicional puramente protetora (dos interesses considerados por aqueles que fazem as leis) e repressiva (das ações que a eles se opõem)”. BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função: novos estudos da teoria do direito**. VERSIANI, Daniela Beccaccia (trad.). p. xii.

³⁸ MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado...** cit., p. 146.

³⁹ MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado...** cit., p. 146.

As cláusulas gerais têm por função auxiliar a abertura e a mobilidade do sistema jurídico, propiciando o seu progresso mesmo se ausente a inovação legislativa. A abertura diz respeito ao ingresso no *corpus* legislativo de princípios, máximas de conduta, *standards* e diretivas sociais e econômicas, viabilizando a captação e a inserção de elementos extrajurídicos de modo a promover a ‘adequação valorativa’ do sistema (abertura ou permeabilidade do sistema). A mobilidade diz respeito à acomodação no interior do sistema desses novos elementos, conectando-os, num movimento dialético, com outras soluções sistemáticas (ressistematização).⁴⁰

Normas orientadoras que são, compreendem “conceitos muito gerais ou muito abstratos”⁴¹, representando verdadeiras diretrizes voltadas à regulação de comportamentos⁴². Comparando-as com regulações específicas, atingem uma gama mais abrangente de situações, não se confundindo, entretanto, com princípios⁴³.

Com a ressalva de que as cláusulas gerais podem ou não vir acompanhadas de conceitos indeterminados (hipótese em que, a despeito de se colocar “nas mãos do intérprete-aplicador um poder considerável”, permite-se uma “aplicação cuidada do Direito”), MENEZES CORDEIRO aponta a existência de três grandes tipos de cláusulas gerais (restritivo, extensivo e regulativo). O primeiro opera contra permissões singulares em si, delimitando-as. O segundo

⁴⁰ MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado...** cit., p. 174. Ricardo Luiz Lorenzetti levanta interessante ponto para reflexão sobre os standards de conduta social como elemento de mobilidade do sistema jurídico. **Fundamentos do direito privado**. FRADERA, Vera Maria Jacob (trad.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p. 194 a 196.

⁴¹ CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. **Da boa fé no direito civil**. cit., p. 1182.

⁴² Discorrendo sobre as cláusulas gerais, Pietro Perlingieri explana sobre a forma com que se dá o ‘preenchimento’ das cláusulas gerais por valores que se encontram não apenas na consciência social, mas igualmente nos princípios jurídicos presentes no sistema: “as cláusulas gerais não têm um valor axiológico autônomo e completo, porque são preenchidas por valores que se encontram não apenas na realidade social, mas nos princípios normativos de relevância hierarquicamente superior, sejam esses constitucionais, comunitários ou internacionais. A vagueza da referência contida na cláusula é superada com o reenvio não à consciência ou à valoração social, mas ao complexo de princípios que fundam o ordenamento jurídico, única garantia de pluralismo e democracia”. O direito civil na realidade constitucional. Maria Cristina De Cicco (org.). Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 239. *Apud* FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 58.

⁴³ Sobre a diferença entre princípio e cláusula geral, remete-se o leitor à profícua explanação de Pietro Perlingieri: “I princípi non devono essere confusi con le clausole generali. Esempi di clau sole generali sono il buon costume [...], l'ordine pubblico [...], la buona fede [...], le quali sono frammenti di disposizioni normative caratterizzati da un particolare tipo di vaghezza. In cosa consista tale particolare vaghezza è controverso. Distinguere tra principio e regola significa individuare una norma da applicare [...]; la clausola generale invece è un frammento vago di una disposizione dalla quale si deve ancóra ricavare un significato applicabile e, soltanto dopo aver risolto tale problema, la norma si può dire individuata (principio o regola che sia). La norma è strumento di valutazione del comportamento: nel principio il parametro di valutazione è certo (è il valore che il principio comanda di attuare quanto più è possibile) ma è incerto il livello di soddisfazione in concreto del valore; nella clausola generale è incerto il parametro di valutazione poiché la disposizione che contiene una clausola generale ha un significato vago. Occorre un ulteriore procedimento per attribuire alla clausola un significato chiaro e, in conseguenza, per individuare e applicare la norma”. PERLINGIERI, Pietro. **Manuale di diritto civile**. 4º ed. amp. rived. ed aggior. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 2003, p. 17-18.

amplia uma regulação dispersa, ao passo que o terceiro não se ordena, tal como os grupos anteriores, em decorrência de outras disposições, mas surge de modo independente⁴⁴.

Em relação ao Direito Contratual, cláusulas gerais atuam como fonte de integração permitindo um tratamento geral “dos deveres de conduta devidos pelos contraentes, ainda que não especificamente previstos no contrato”⁴⁵.

Parte da doutrina defende a ideia de que a interpretação hodierna do direito das obrigações não pode fugir à análise da ideia de constitucionalização do sistema, com a projeção do conteúdo teleológico e valorativo do texto constitucional sobre o conjunto normativo civilista, de modo que os vetores do direito civil passaram a ser também balizados pelos valores constitucionais⁴⁶. Uma tendência, segundo a corrente doutrinária, de mitigação do caráter voluntarista⁴⁷ e de ‘despatrimonialização’ do direito civil, mas que não representa a plena eliminação de seu caráter patrimonial; diferentemente disso, este caráter passou a coexistir com a personalização, interagindo e limitando-se entre si⁴⁸.

E pelas inovações do Código Civil brasileiro⁴⁹, aos três princípios tradicionais (*autonomia da vontade, força obrigatória do contrato e relatividade*)⁵⁰ se somaram a boa-fé

⁴⁴ CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e Menezes. **Da boa fé no direito civil**. cit., p. 1184.

⁴⁵ MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado...** cit., p. 146 e 147. A intensidade desta atuação será tratada a seguir, no Capítulo 4.2, infra (‘As cláusulas gerais frente aos contratos empresariais’).

⁴⁶ Sobre o tema: PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional**. DE CICCIO, Maria Cristina (trad.). 3º ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. Sobre as mudanças do direito das obrigações frente à nova realidade social, política e econômica, remete-se o leitor a AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **O direito das obrigações na contemporaneidade**. Revista de Direito do Consumidor. Vol. 96. São Paulo: RT, 2014, p. 13-20; e WALD, Arnoldo. **Um novo direito para uma nova economia: a evolução dos contratos e o Código Civil**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Vol. 12. Porto Alegre: Síntese, 2001.

⁴⁷ A diminuição do papel e da importância do elemento subjetivo da vontade nas relações contratuais, denominada por Enzo Roppo de ‘objetivação do contrato’, pode ser sintetizada na seguinte passagem: “Para que um tal objectivo seja conseguido, o contrato não pode mais configurar-se como reino da vontade individual, a expressão directa da personalidade do seu autor, exposto, por isso, a sofrer, de forma imediata, reflexos de tudo quanto pertence à esfera daquela personalidade e daquela vontade; para servir o sistema da produção e da distribuição de massa, o contrato deve, antes, tornar-se, tanto quanto possível, autónomo da esfera psicológica e subjetiva em geral do seu autor, insensível ao que nesta se manifesta e sensível sobretudo ao que se manifesta no ambiente social, nas condições objectivas de mercado: o contrato deve transformar-se em ‘instrumento objectivo e impessoal’, para adequar-se à objectividade e impessoalidade do moderno sistema de relações económicas”. A explanação completa pode ser encontrada em **Contratos**, cit., p. 295-311.

⁴⁸ FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 54. Para Roppo, esta tendência tem como destino “garantir ao máximo a estabilidade e a continuidade das relações contratuais e, portanto, das relações económicas”. **O contrato**, cit., p. 309.

⁴⁹ Ao discorrer sobre os princípios fundamentais observados na elaboração do Anteprojeto do Código Civil vigente, Reale elenca a ‘eticidade’, na medida em que não se poderia deixar de reconhecer a “indeclinável participação dos valores éticos no ordenamento jurídico”, a sugerir a escolha de normas genéricas ou cláusulas

objetiva, a função social e o equilíbrio contratual⁵¹. Uma remodelação normativa com profundas modificações na sistemática contratual⁵², em que a liberdade contratual, essencialmente alicerçada na autonomia da vontade, passou a conviver com os novos princípios⁵³.

Por esta vertente doutrinária, valores constitucionais passam a interagir, ampliando as fontes do direito contratual⁵⁴. O vínculo contratual deixa de ser um elemento atomizado e autônomo do ambiente em que está inserido, para ser visto como um vínculo que encontra elementos e expõe efeitos ao seu meio⁵⁵. Passa-se, neste sentido, a se compreender a relação contratual sob esta nova dimensão, afetada pelos novos princípios e por eles balizada, em conformação com os anteriores.

gerais voltadas ao enaltecimento da boa-fé, dos fins econômico-sociais do contrato e da probidade; a 'socialidade', como objetivo constante de se superar o caráter individualista da lei então vigente; e a 'operabilidade', voltada à criação de soluções normativas que facilitassem não apenas sua interpretação, mas igualmente sua aplicação. REALE, Miguel. **História do novo Código Civil**. São Paulo: RT, 2005, p. 37 a 40. Ainda sobre o tema, as ponderações de Judith Martins-Costa sobre a relevância da inserção das cláusulas gerais no projeto do Código Civil de 2002. **O direito privado como um sistema em construção: as cláusulas gerais no projeto do novo Código Civil brasileiro**. Revista de Faculdade de Direito da UFRGS, vol. 15. Porto Alegre, 1998, p. 129-154. Remete-se, ainda, o leitor, à explanação de Luis Fernando do Vale de Almeida Guilherme sobre cada um dos novos preceitos norteadores do Código Civil. **Função social do contrato e contrato social: análise da crise econômica**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 77-86.

⁵⁰ Parte representativa da doutrina elenca um quarto: o princípio do consensualismo.

⁵¹ Denominados por Antonio Junqueira de Azevedo como 'princípios sociais'. AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Novos estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 182.

⁵² Sobre a operatividade das cláusulas gerais frente a uma nova concepção de contrato, oportuna a leitura de MIRAGEM, Bruno. **O novo modelo de direito privado brasileiro e os contratos: entre interesses individuais, sociais e direitos fundamentais**. In: MARQUES, Claudia Lima (Org.). A nova crise do contrato: estudos sobre a nova teoria contratual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 176-225. E sobre as fontes plúrimas do conteúdo contratual contemporâneo, CUNHA, Daniel Sica da. **A nova força obrigatória dos contratos**. In: MARQUES, Claudia Lima. cit., p. 247-284.

⁵³ "Estamos em época de hipercomplexidade, os dados se acrescentam, sem se eliminarem, de tal forma que, aos três princípios que gravitam em volta da autonomia da vontade [referindo-se à liberdade contratual, à obrigatoriedade e à relatividade] e, se admitindo como princípio, ao da ordem pública, somam-se outros três – os anteriores não devem ser considerados abolidos pelos novos tempos mas, certamente, deve-se dizer que viram seu número aumentado pelos três novos princípios". AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Princípios do novo direito contratual e desregulamentação do mercado - Direito de exclusividade nas relações contratuais de fornecimento - Função social do contrato e responsabilidade aquiliana do terceiro que contribui para inadimplemento contratual**. Revista dos Tribunais. Vol. 750. São Paulo: RT, 1998, p. 115 e 116.

⁵⁴ Para uma leitura da análise da nova ordem contratual sob a perspectiva constitucional, confira-se: TEPEDINO, Gustavo. BARBOSA, Heloisa Helena. MORAES, Maria Celina Bodin de (org.). **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. Vol. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 5-15, 15-23 e 129-134.

⁵⁵ Para uma análise da intervenção judicial aos acordos de vontade das partes, sob as lentes da nova visão do direito contratual, remete-se o leitor a: BDINE JÚNIOR, Hamid Charaf. **Jurisdicionalização dos contratos**. In: JABUR, Gilberto Haddad. PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge (coord.). **Direito dos contratos**. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 82-104.

Não há, entretanto, uma perda de significado daquelas coordenadas antes conferidas aos contratantes – especialmente a autonomia da vontade – mas sim uma ressignificação; uma espécie de reajustamento do espaço ocupado por elementos dentro de um todo⁵⁶. Torna-se necessário, neste contexto, o enquadramento desta nova configuração dos princípios contratuais ‘vis-à-vis’ as categorias contratuais, exatamente porque os denominados princípios sociais advindos com o Código Civil de 2002 se aplicam de forma e com intensidade distintas a cada uma delas.

4.2 AS CLÁUSULAS GERAIS FRENTE ÀS CATEGORIAS CONTRATUAIS

Contratos podem ser distribuídos, no direito pátrio, em cinco categorias: contratos de trabalho, contratos administrativos, contratos de consumo, contratos civis e contratos empresariais⁵⁷. Guardam relevo, para este estudo, as três últimas⁵⁸, cuja diferenciação é de extrema relevância⁵⁹ para a compreensão da forma e intensidade de incidência das cláusulas gerais, na medida em que representam nítidos balizadores à intervenção externa nas relações contratuais.

A Lei nº 8.078 de 1990, por definição de seu artigo 1º, estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, tido, segundo seu art. 2º, por toda pessoa física ou jurídica que adquira ou utilize produto ou serviço como destinatária final. A condição, portanto, de destinatário final, representa, a um só tempo, a principal limitação imposta pelo legislador ao conceito de consumidor e, igualmente, para a própria incidência da lei especial. Conceito subjetivo que é, a extensão do termo ‘destinatário final’ foi objeto de dilatado embate doutrinário e dispersos entendimentos jurisprudências, adotando-se as mais variadas correntes.

⁵⁶ GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 21.

⁵⁷ Não há consenso, na doutrina, sobre a denominação das categorias, em especial, as aqui denominadas de contratos civis e contratos empresariais. O que nos importa para esta análise, entretanto, não é a denominação em si, mas o conjunto de relações contratuais abrangidas por cada uma delas.

⁵⁸ Os contratos de trabalho fogem do escopo deste estudo. Os contratos administrativos estão sujeitos a regime próprio e a Lei 8.666/1993 dispõe de regras distintas daquelas aplicáveis aos contratos sujeitos ao regime de direito privado para a revisão contratual, não integrando, igualmente, a análise que se realiza.

⁵⁹ A necessidade de diferenciação, a propósito, ainda que para fins de sistematização, é apontada há tempos: “Há, portanto, [...] de se distinguir hoje entre os contratos comuns, firmados entre particulares, de igual ou equivalente posição econômica, dos contratos entre empresas, e dos contratos dos particulares com as empresas, sendo estes últimos, o alvo especial do chamado direito do consumidor”. BULGARELLI, Waldírio. **Contratos mercantis**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 26.

A corrente jurisprudencial prevalente, entretanto, definiu o campo de atuação da lei especial mediante o emprego da denominada teoria finalista mitigada (ou finalismo aprofundado), segundo à qual, o conceito de consumidor⁶⁰ é alargado, para fins de se abrandar a ideia finalista estrita antes adotada e permitir-se a aplicação da lei a casos em que, embora a parte não seja destinatária final do produto ou serviço, “se apresenta em situação de vulnerabilidade” frente a um fornecedor⁶¹.

O termo ‘vulnerabilidade’ é empregado, por vezes, como sinônimo (ou análogo) ao termo ‘hipossuficiência’. Não se deve, entretanto, confundir um com o outro e a diferença passa ao largo de ser irrelevante⁶². Nos parece, neste caso, que o julgado quer se referir à hipossuficiência, na medida em que vulnerável no mercado de consumo, todo consumidor é, por presunção legal (art. 4º, I, da Lei 8.078/90)⁶³.

Fixado este recorte, tem-se, portanto, que situam-se na categoria de contratos de consumo aqueles nos quais faz-se presente pessoa física ou jurídica que adquira ou utilize, como destinatária final, produto ou serviço oriundo de um fornecedor, ou que, embora não

⁶⁰ “Com efeito, consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza, como destinatário final, produto ou serviço oriundo de um fornecedor. Assim, segundo a teoria subjetiva ou finalista, adotada pela Segunda Seção do STJ, destinatário final é aquele que ultima a atividade econômica, ou seja, que retira de circulação do mercado o bem ou o serviço para consumi-lo, suprimindo uma necessidade ou satisfação própria. Por isso, fala-se em destinatário final econômico (e não apenas fático) do bem ou serviço, haja vista que não basta ao consumidor ser adquirente ou usuário, mas deve haver o rompimento da cadeia econômica com o uso pessoal a impedir, portanto, a reutilização dele no processo produtivo, seja na revenda, no uso profissional, na transformação por meio de beneficiamento ou montagem ou em outra forma indireta. Desse modo, a relação de consumo (consumidor final) não pode ser confundida com relação de insumo (consumidor intermediário)”. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.321.614/SP**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Rel. p/ Acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 16/12/2014.

⁶¹ “[...], só pode ser considerado consumidor, para fins de tutela pela Lei n. 8.078/1990, aquele que exaure a função econômica do bem ou serviço, excluindo-o de forma definitiva do mercado de consumo. A despeito disso, a jurisprudência tem evoluído para uma aplicação temperada da teoria finalista frente às pessoas jurídicas, num processo que a doutrina vem denominando finalismo aprofundado. Nesse sentido, esta Corte tem mitigado os rigores da teoria finalista para autorizar a incidência do CDC nas hipóteses em que a parte, embora não seja destinatária final do produto ou serviço, se apresenta em situação de vulnerabilidade”. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.599.535/RS**, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 14/03/2017.

⁶² “A vulnerabilidade é um *estado* decorrente da relação de consumo, e não qualificador desta. É-se consumidor e, por decorrência, vulnerável, e não o contrário. [...] Hipossuficiência, por sua vez, não é um *estado*, mas uma *circunstância*. O consumidor pode ser hipossuficiente técnico, jurídico ou econômico hoje e deixar de sê-lo amanhã”. ZANCHIM, Kleber Luiz. **Contratos empresariais: categoria, interface com contratos de consumo e paritários, revisão judicial**. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 102-103.

⁶³ “A vulnerabilidade é um traço característico de todos os consumidores, ricos ou pobres, educados ou ignorantes, crédulos ou espertos”. BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcelos. **Práticas comerciais**. In: Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 8º ed. rev. atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 371.

seja destinatária final do produto ou serviço, se apresente em situação de hipossuficiência frente ao fornecedor.

A definição de contrato empresarial não é singela e se inicia com a própria dificuldade de se conceituar empresa⁶⁴. Aliás, considerar que todo negócio jurídico voltado à satisfação de interesses de uma sociedade empresarial (ou empresário individual) seria um contrato empresarial, representaria manifesto equívoco. O simples fato de que sociedades empresariais podem firmar contratos de consumo (momento em que figuram como consumidoras ou fornecedoras) já evidencia a impropriedade, visto que, se de contrato de consumo se trata, não há como tê-lo por contrato empresarial⁶⁵. Recorrendo a CARVALHO DE MENDONÇA, se extrai a definição de que “contracto commercial é aquelle que tem por objecto acto de commércio”⁶⁶, mas ao se buscar compreender o que seria ato de comércio, não se chega a uma solução precisa⁶⁷.

Tomando-se o conceito legal de empresário⁶⁸, que é aquele que “exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou

⁶⁴ A doutrina comercialista clássica apontava que “empresa é a organização tecnico-economica que se propõe a produzir, mediante a combinação de diversos elementos, natureza, trabalho e capital, bens ou serviços destinados à troca (venda), com esperança de realizar lucros, correndo os riscos por conta do empresário, isto é, daquelle que reune, coordena e dirige esses elementos sob sua responsabilidade”. MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Vol. I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1937, § 345, p. 492-493. O tema, entretanto, enfrenta recorrente divergência doutrinária. Para um apanhado doutrinário que bem ilustra a situação e um apontamento sobre a abstração do conceito, remete-se o leitor a: REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. Vol. 1. 31º ed. atual. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 82-84 e 85-86. Dificuldade, a propósito, igualmente relatada em BULGARELLI, Waldírio. **Estudos e pareceres de direito empresarial: o direito das empresas**. São Paulo: RT, 1980, p. 1-17.

⁶⁵ Com a ressalva de que, em nosso entender, os papéis sociais se alternam, não se acumulam – como se tratará adiante –, oportuna a menção a entendimento de Fábio Konder Comparato: “É claro que todo produtor [descrito pelo autor como aquele que controla os bens de produção], em maior ou menor medida, depende por sua vez de outros empresários, como fornecedores de insumos ou financiadores, por exemplo, para exercer a sua atividade produtiva; e, nesse sentido, é também consumidor”. COMPARATO, Fábio Konder. **A proteção do consumidor: importante capítulo do direito econômico**. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro. Ano 13. nº 15-16. p. 89-105. São Paulo: RT, 1974, p. 90-91.

⁶⁶ MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Vol. VI. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1939, § 537, p. 449.

⁶⁷ Registrando que o Código Comercial (vigente à época) não havia feito esta descrição, o próprio autor expõe a dificuldade em fazê-lo e empreende grande esforço para tanto. MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Vol. I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1939, § 303 e 304, p. 452-455.

⁶⁸ Fábio Ulhoa Coelho faz menção no sentido de que, observando a melhor técnica, “empresa é a atividade, e não a pessoa que a explora; e empresário não é o sócio da sociedade empresarial, mas a própria sociedade”. COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial: direito da empresa**. Vol. 1. 22º ed. rev. e atual. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018, p. 103. Empresa, efetivamente, é a atividade (não um sinônimo de sociedade empresarial). E se é certo que empresário não é o sócio, mas sim a própria sociedade empresarial, não menos certo é que empresário é o sujeito de direito exercente da atividade de empresa. Este é o conceito aqui empregado ao termo *empresário*.

de serviços”⁶⁹, se poderia dizer que todo contrato por ele firmado seria, então, um contrato empresarial. Estes sujeitos de direito, entretanto, não *são* empresários; eles, na verdade, *estão* empresários *enquanto* desenvolvam atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços; a seguir referenciada como *atividade empresarial*.

Partindo da premissa de que os sujeitos de direito não são, mas estão empresários, se e quando desenvolvam atividade empresarial, nos parece consequente a conclusão de que estão abrangidos na categoria de contratos empresariais todos aqueles desenvolvidos no bojo de uma atividade empresarial. Esta atividade, convém observar, contempla, de um lado, a aquisição de insumos e, de outro, o resultado da atividade de empresa, isto é, o produto e/ou o serviço⁷⁰.

Contratos empresariais, nesse sentido, são exclusivamente aqueles relacionados à aquisição de insumos ou a um produto e/ou serviço disponibilizado ao mercado como resultado da atividade empresarial⁷¹.

Contratos civis, por seu turno, correspondem àqueles em que não se fazem presentes os requisitos para sujeitar a relação à lei especial das relações de consumo e, igualmente, não se enquadram na categoria de contratos empresariais. São, por exclusão, os demais contratos, sujeitos ao regime civil geral.

⁶⁹ Código Civil: “Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa”. A ressalva da regra de exceção do parágrafo único foi explorada por Kleber Zanchim. O racional, que nos parece apropriado, aponta para a ideia de que os elementos de empresa são os fatores de produção e, nesse sentido, quando a atividade intelectual (regra de exceção) integrar fatores de produção, aplica-se a exceção, para se considerar, aquela atividade, como empresária. ZANCHIM, Kleber Luiz. **Contratos empresariais...** cit., p. 52-59.

⁷⁰ Kleber Zanchim denomina *insumo e produto e/ou serviço*, respectivamente como *fatores de produção e objeto de empresa*. Aponta o autor que, dentro da conceituação do contrato empresarial, há de se considerar uma especificidade nestes fatores de produção, que os qualifica como especiais. E esta condição se faz presente quando (i) se tratar de insumo para ambos os contratantes ou (ii) se tratar de insumo para um dos contratantes e objeto de empresa para outro. ZANCHIM, Kleber Luiz. **Contratos empresariais...** cit., p. 76-77 e 84-85.

⁷¹ Paula Forgioni escreve que o “traço diferenciador marcante dos contratos comerciais [termo empregado como sinônimo dos contratos empresariais] reside no *escopo de lucro bilateral*, que condiciona o comportamento das partes, sua ‘vontade comum’ e, portanto, a *função econômica* do negócio, imprimindo-lhe *dinâmica diversa e peculiar*”. FORGIONI, Paula Andrea. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010, p. 46. Buscando-se compreender o contexto de ‘escopo bilateral de lucro’, nos parece que tal finalidade corresponderia, efetivamente, à *atividade empresarial* por nós descrita. Não seria outra a razão, nos parece, da atividade empresarial, se não a própria busca do lucro, o que compreende, por uma consequência lógica, todos os negócios jurídicos relacionados a insumos ou a um produto e/ou serviço disponibilizado ao mercado como resultado da atividade de empresa.

Observa-se, assim, que não é o sujeito de direito que qualifica o negócio jurídico, mas sim, o contrário. Um mesmo sujeito de direito pode ser consumidor, fornecedor, empresário ou contratante comum, em momentos distintos, por conta de negócios jurídicos distintos⁷². O que qualifica o sujeito de direito, pois, não é ele em si, mas as características do negócio jurídico por ele realizado.

O *discrímen* das categorias contratuais, portanto, e como aponta KLEBER ZANCHIM, está centrado em dois elementos (*função e estrutura*)⁷³. Primeiramente, há de se considerar que nos contratos de consumo e nos contratos empresariais há uma “causa geral própria” a cada uma dessas categorias contratuais (i.e. uma causa típica e uniforme a todos os contratos insertos em cada categoria), que absorve a causa final, ao passo que nos contratos civis, faz-se presente tão somente a causa final de cada um dos próprios contratos⁷⁴. Complementarmente, há de se observar a estrutura (= partes) de cada relação contratual. Enquanto nos contratos de consumo identifica-se a relação fornecedor-consumidor, nos contratos empresais há a relação empresário-empresário, ao passo que nos contratos civis se faz presente a relação contratante comum-contratante comum⁷⁵.

Delimitadas as categorias contratuais, há de se compreender a incidência das cláusulas gerais em relação a elas e, neste contexto, um elemento desenvolve papel preponderante: a

⁷² Assim já apontava, a propósito, Waldemar Ferreira: “em verdade, o comerciante outro não é senão a mesma pessoa, natural ou jurídica, apta para o exercício de direitos e obrigações de ordem privada, a praticar, habitual e profissionalmente, a atividade mercantil”. FERREIRA, Waldemar Martins. **Instituições de direito comercial**. Vol. 3. Tomo I. 4º ed. rev. aum. São Paulo: Max Limonad, 1954, p. 6.

⁷³ Kleber Luiz Zanchim faz precisa abordagem voltada à diferenciação dos contratos civis, contratos de consumo e contratos empresariais para fins de delimitação de hipóteses de intervenção judicial nos contratos empresariais, considerando, para cada caso, a existência ou não de uma causa geral típica à categoria, a estrutura, a função e a presença ou não de uma presunção de paridade entre os contratantes.

⁷⁴ Esta causa geral própria é assim descrita, para os contratos de consumo, como “circulação de produto ou serviço para destinatário final” e para os contratos empresariais, como a “circulação de fatores de produção ou de objetos de empresa, em relação aos quais as partes contratantes dispõem, em conjunto e ao menos presumivelmente, das informações relevantes para sua contratação”. ZANCHIM, Kleber Luiz. **Contratos empresariais...** cit., respectivamente, p. 70-72, 85-87, 108 (nota nº 196) e 114-117.

⁷⁵ É o que Kleber Zanchim denomina como *status* do sujeito de direito. ZANCHIM, Kleber Luiz. **Contratos empresariais...** cit., p. 114-117. A presença de empresários nos dois polos da relação obrigacional para que se caracterize um contrato empresarial, entretanto, não é requisito assente na doutrina. Ivo Waisberg aponta, a título ilustrativo, os contratos sociais e parassociais e os contratos de investimentos, como casos em que, mesmo não sendo firmados por empresários, teriam nítido caráter mercantil e, portanto, seriam contratos mercantis (denominação empregada como sinônima de ‘contratos comerciais’ e ‘contratos empresariais’). WAISBERG, Ivo. **Conceito e interpretação dos contratos mercantis**. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello. (Org.). Estudos em homenagem a Clóvis Beviláqua por ocasião do centenário do Direito Civil codificado no Brasil. Vol. 2. São Paulo: Escola Paulista de Magistratura, 2018. A premissa do autor, entretanto, não se centra na presença ou não de uma causa geral própria – critério que entendemos apropriado – para distinguir os contratos empresariais dos demais, ainda que firmados por sociedades empresárias.

existência ou não de paridade entre os contratantes. Deste elemento se extrai uma maior ou menor intervenção externa nas relações contratuais e, conseqüentemente, uma maior ou menor sobreposição à autonomia da vontade.

Contratos de consumo, por natureza, contemplam a presença de um *consumidor* e um *fornecedor*. Aquele, com presunção legal de vulnerabilidade em relação a este. Não estão eles, pela presunção legal, em condição de igualdade na negociação. A paridade, nesse sentido, não se faz presente. De um lado, a lei especial a que estão sujeitos atribui, já nos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo (art. 4º, III, da Lei 8.078/1990), o dever de se observar um equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores. De outro, mitiga, por assim dizer, a autonomia da vontade dos contratantes a ela sujeitos, estabelecendo uma série de vedações no trato negocial⁷⁶. A essas relações, convém registrar, têm-se aplicado, complementarmente às normas consumeristas, as regras norteadoras do Direito Privado⁷⁷.

As relações contratuais civis, por outro lado, tal como os contratos empresariais, se amparam na presunção de paridade entre os contratantes⁷⁸. A diferença delas para com as relações contratuais empresariais se assenta no fato de que, enquanto nos contratos empresariais há uma presunção de paridade informacional positiva (presença de arcabouço informacional), nos contratos civis há a presunção de paridade, porém esta pode ser tanto positiva, quanto negativa (ausência de arcabouço informacional)⁷⁹.

Se poderia dizer que, em uma escala, estão no meio do caminho entre as relações consumeristas e as relações empresárias. Enquanto naquelas a lei impõe certa limitação à

⁷⁶ Exemplos claros são os artigos que vedam determinadas condições contratuais, a exemplo, aquelas (i) que impliquem renúncia ou disposição de direitos (art. 51, I); (ii) que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada (assim considerada aquela que ameace o equilíbrio contratual ou mostre-se excessivamente onerosa), ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade (art. 51, IV); (iii) que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor (art. 51, VI); dentre outras.

⁷⁷ “É possível o controle de eventual abusividade nas condições contratuais estabelecidas no âmbito do sistema de previdência complementar privada, ainda que se trate de contrato de adesão, regido pelo princípio da autonomia privada, tendo em vista a incidência dos princípios de Direito Privado, como o da boa-fé ou da função social do contrato, bem como dos preceitos do Direito do Consumidor, visto se tratar de relação de consumo, conforme previsto na Súmula 321 do STJ”. Superior Tribunal de Justiça. **Embargos Declaratórios no Recurso Especial 1.033.092/RS**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 14/12/2011. Voto vista do Min. Paulo de tarso Sanseverino.

⁷⁸ No sentido de que as partes estão em igualdade de negociação ou, ao menos, não há uma desigualdade juridicamente relevante. LORENZETTI, Ricardo. **Tratado de los contratos**. Tomo I. cit., p. 141.

⁷⁹ Os adjetivos *positivo* e *negativo* são atribuídos por Kleber Zanchim na distinção da paridade informacional. ZANCHIM, Kleber Luiz. **Contratos empresariais...** cit., p. 114-116.

autonomia da vontade e nesta, como se verá adiante, confere-se todo prestígio à autonomia negocial das partes, nas relações contratuais civis tem-se abrandado a autonomia privada na convivência com as cláusulas gerais, que são aplicadas em sua plenitude e com intensidade⁸⁰.

Nos contratos empresariais, por seu turno, o contexto negocial é distinto. Estão os contratantes em pé de igualdade. São agentes econômicos com poder negocial que representa elemento inafastável na análise das respectivas relações⁸¹, justificando a plena observância à liberdade contratual que lhes é atribuída pela autonomia da vontade⁸².

Como consequência, a despeito de o Código Civil ter submetido os contratos civis e os contratos empresariais a um mesmo arcabouço normativo, a estes têm-se conferido tratamento distinto no que diz respeito à relativização da autonomia privada frente às cláusulas gerais⁸³ e, por assim dizer, a intervenção judicial, nestas relações, tem sido mais restritiva⁸⁴. Como bem

⁸⁰ Observe-se, nesse sentido, o quanto se decidiu em caso no qual considerou-se não haver qualquer condição de disparidade entre os contratantes: “Enquanto na vigência do ordenamento civil anterior a redução da multa contratual era uma faculdade do magistrado – o que era justificado pela utilização da expressão “poderá o juiz” e pela valorização da autonomia da vontade, característica marcante de referida legislação –, no atual Código o abrandamento do valor da cláusula penal é norma cogente e de ordem pública, consistindo em dever do juiz e direito do devedor que lhe sejam aplicados os princípios da boa-fé contratual e da função social do contrato. [...] Essa coercitiva intervenção judicial não contraria, entretanto, os princípios da autonomia da vontade, da liberdade contratual e da força obrigatória dos contratos. Esses princípios, típicos da teoria liberalista do Direito Contratual, passam a ter novo significado e novos limites em decorrência da interpretação constitucional do Direito Privado, que, ao mitigar “seus contornos até então inflexíveis”, os faz conviver harmonicamente com os princípios da função social do contrato, da boa-fé objetiva e do equilíbrio econômico entre as prestações, agora positivados nos arts. 421 e 422 do CC/02”. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1.641.131/SP**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 16/02/2017.

⁸¹ BULGARELLI, Waldírio. **Diretrizes gerais dos contratos empresariais**. In: BITTAR, Carlos Alberto. *Novos contratos empresariais*. São Paulo: RT, 1990, p. 17.

⁸² Tida como aquele “poder complejo reconocido a la persona para el ejercicio de sus facultades, sea dentro del ámbito de libertad que le pertenece como sujeto de derechos, sea para crear reglas de conducta para sí y en relación con los demás, con la consiguiente responsabilidad en cuanto actuación en la vida social”. BRAVO, Federico de Castro y. **El negocio jurídico**. cit., p. 12.

⁸³ A esse respeito: “É preciso deixar claro que o caso dos autos refere-se a contratos empresariais e não a contratos de consumo, nos quais se tem defendido, atualmente, um maior dirigismo contratual, com a consequente relativização dos princípios da autonomia da vontade e da força obrigatória das avenças. Nos contratos empresariais, dada a simetria natural que há entre as partes contratantes, a situação é diferente. Não se pode tratá-los da mesma forma que os demais contratos de direito privado, tais como os contratos de trabalho, os contratos de consumo ou mesmo os contratos entre particulares. O fato de o Código Civil de 2002 ter submetido os contratos cíveis e empresariais às mesmas regras gerais não significa que estes contratos sejam essencialmente iguais”. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 936.741/GO**, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 03/11/2011.

⁸⁴ Assim: “[...] Fábio Ulhoa Coelho (O futuro do direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 166) chega a reconhecer a vigência, neste campo do direito, do princípio da “plena vinculação dos contratantes ao contrato”, ou seja uma especial força obrigatória dos efeitos do contrato (pacta sunt servanda), em grau superior ao do Direito Civil, cujo afastamento somente poderia ocorrer em hipóteses excepcionais. Efetivamente, no Direito Empresarial, regido por princípios peculiares, como a livre iniciativa, a liberdade de concorrência e a função social da empresa, a presença do princípio da autonomia privada é mais saliente do que em outros setores do Direito Privado. O controle judicial sobre eventuais cláusulas abusivas em contratos empresariais é mais restrito

aponta PAULO NETTO LÔBO, “não é, pois, qualquer situação de desigualdade [...] entre os contratantes que faz incidir as regras de dirigismo contratual, mas aquelas em que a presunção de existência de contratante débil já esteja definida pelo direito”⁸⁵.

Há, nesse sentido, como se observa, verdadeira gradação (em caráter regressivo) sobre a pujança com a qual as cláusulas gerais incidem, mitigando a autonomia da vontade. Enquanto nos contratos de consumo e nos contratos civis se lhes emprega com mais vigor, nos contratos empresariais se observa o contrário. Assim o é porquanto, entre iguais⁸⁶, em um vínculo discricional, o quanto se ajustou deve ser obrigatório nos limites impostos pelas normas imperativas⁸⁷. A intervenção externa nessas relações contratuais é realizada em caráter excepcional e, ainda assim, de forma parcimoniosa, respeitando-se a autodeterminação que a estes sujeitos de direito é conferida⁸⁸, de maneira a se atribuir maior expressividade ao interesse regulado pelos próprios contratantes⁸⁹.

do que em outros setores do Direito Privado, pois as negociações são entabuladas entre profissionais da área empresarial, observando regras costumeiramente seguidas pelos integrantes desse setor da economia”. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1.409.849/PR**, Rel. Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 26/04/2016. No mesmo sentido: Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1.447.082-TO**, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 10/5/2016.

⁸⁵ LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Dirigismo contratual**. In: Doutrinas Essenciais: obrigações e contratos. Vol. 3. São Paulo: RT, 2011, p. 385-406. O autor (que apresenta as várias formas de dirigismo contratual) refere-se, em seu texto, à desigualdade de poder econômico. O racional nos parece, entretanto, que igualmente se aplica à desigualdade informacional, apta a afetar a paridade, entre os contratantes, tida como elemento balizador da intervenção calcada nos denominados princípios sociais do Código Civil. Para um objetivo apanhado histórico do dirigismo contratual, oportuna a leitura: DANTAS, San Tiago. **Evolução contemporânea do direito contratual. Dirigismo. Imprevisão**. Publicado originalmente na RT 195/544-557. Jan 1952. Revista de Direito Civil Contemporâneo. Vol. 6/2016. p. 261 - 276. Jan - Mar 2016. São Paulo: RT, 2016.

⁸⁶ A liberdade, consigna Ana Prata, “tem um necessário pressuposto, que é o da igualdade dos sujeitos”. PRATA, Ana. **A tutela constitucional da autonomia privada**. Coimbra: Almedina, 1982, p. 86.

⁸⁷ É o que Roppo denomina como nexos ‘liberdade contratual-responsabilidade contratual’: “Em linha de princípio, portanto, os sujeitos privados são livres de obrigar-se como quiserem. Mas quando se obrigam, obrigam-se verdadeiramente; aquilo que livremente escolheram torna-se vínculo rigoroso dos seus comportamentos, e se violarem a palavra dada, respondem por isso e sujeitam-se a sanções”. ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 128.

⁸⁸ “[...] a autonomia privada configura um auto-regulamento, e até, ainda mais, um regulamento direto, individual, concreto, de determinados interesses pessoais, efetivado pelos próprios particulares interessados. Entre o interesse regulado, o poder e a vontade reguladora (este é o ponto característico), há aqui uma coincidência imediata: porque são interesse, poder e vontade das próprias pessoas”. BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo I. cit., p. 72.

⁸⁹ O conceito de prevalência da autonomia da vontade e intervenção externa mínima nas relações contratuais faz-se manifestamente presente no bojo da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica), respectivamente, em seus artigos 2º, III e 3º, V e VIII e se materializa, igualmente, pela alteração do artigo 421 e inserção do artigo 421-A, no Código Civil: “Art. 421. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato. Parágrafo único. Nas relações contratuais privadas, prevalecerá o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual; Art. 421-A. Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais,

5. A CONSTRUÇÃO DOUTRINÁRIA DA TEORIA DA COLIGAÇÃO CONTRATUAL

O sistema capitalista é lastreado, por natureza, na competitividade. Uma crescente tendência dos agentes econômicos, entretanto, tem apontado para a ideia de formação de estruturas negociais plúrimas, com dois ou mais agentes que se interligam de forma complexa, por intermédio de dois ou mais vínculos contratuais, seja porque executam atividades complementares dentro de uma cadeia verticalizada, seja porque assim o fazem em um processo horizontalizado, seja, ainda, porque assim estruturam sua atividade por imposição legal ou normativa.

Aquela atuação precipuamente individualista passa a se assentar na reciprocidade, na cooperação. Os concorrentes continuam sendo concorrentes; os parceiros de negócios continuam sendo parceiros de negócios. A diferença é que aquela atividade antes notadamente exercida de forma isolada passa a ser desempenhada com um senso de complementariedade.

Esta estrutura difere, registre-se desde já, dos grupos de sociedades. Não se está a tratar das interligações acionárias, do agrupamento empresarial. Não são redes de companhias, mas sim companhias em rede. Temos, aqui, sistemas contratuais coletivos, assentados na cooperação e na atividade coordenada, que leva à interdependência, em maior ou menor grau, dos instrumentos contratuais. Identifica-se, neste cenário, o surgimento dos contratos coligados⁹⁰.

No lugar da individualidade contratual, passa-se a ter uma ‘quase-individualidade’; o contrato em estrutura sistêmica não é mais concebido tão somente *por si, para si e de acordo consigo mesmo*. A autonomia passa a coexistir com a interdependência. Os interesses autônomos e próprios de cada instrumento contratual passam a conviver com o interesse

garantido também que: I - as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução; II - a alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada; e III - a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada;”.

⁹⁰ A doutrina apresenta algumas denominações distintas para tratar do agrupamento contratual. Parte os denomina como contratos coligados, parte como contratos conexos, parte como grupos de contratos e alguns autores ainda empregam o termo rede contratual. Sem qualquer propósito de se levantar uma controvérsia sobre o termo mais apropriado a designar esta estrutura contratual, far-se-á apenas três ressalvas. Entende-se (i) que grupo de contratos é gênero do qual os demais são espécies, (ii) que os termos contratos coligados e contratos conexos são análogos e (iii) que rede contratual é espécie distinta dos contratos coligados, dadas determinadas características próprias de uma e de outra estrutura.

coletivo do grupo de contratos. À finalidade contratual individual se soma – e em alguns casos se sobrepõe – a finalidade do sistema de contratos. Passa a existir, um liame lógico, econômico ou funcional. E, como consequência lógica disso tudo, aquele programa contratual, próprio e inerente a cada sinalagma, ganha um novo significado. Uma nova abrangência pautada na finalidade contratual do agrupamento, que, não necessariamente, representa a mera soma de finalidades individualizadas. Em muitos casos, passa a existir um programa contratual próprio do agrupamento, se lhe aplicando, portanto, os balizamentos próprios do programa contratual individualizado, mas agora em nova dimensão.

Um novo conceito organizacional da atividade empresarial que traz consigo um novo padrão das relações contratuais, cujas implicações econômicas e sociais reclamam a reconfiguração de determinados conceitos jurídicos, e a criação de novos.

5.1 A EVOLUÇÃO DA TEORIA DOS CONTRATOS COLIGADOS NAS CORRENTES DOUTRINÁRIAS ESTRANGEIRAS

Estrutura relativamente recente, a teoria da coligação contratual tomou corpo após a segunda metade do século XX, muito em decorrência do trabalho doutrinário e da jurisprudência. Neste sentido, se abordará, neste tópico, o avanço da teoria da coligação contratual com base nas doutrinas que mais a ele contribuíram, indicando-se, sempre que for o caso, o entendimento que enveredou até os dias atuais e aqueles que não se mostraram alinhados com a contemporânea leitura da coligação de contratos.

5.1.1 A doutrina alemã

Para ENNECCERUS e LEHMAN, a união entre contratos pode ser *meramente externa*, *alternativa* ou *com dependência bilateral*⁹¹. Observado o tema sob as lentes da evolução doutrinária, nos parece que apenas a última das espécies poderia ser tida, de fato, como uma coligação contratual. A primeira (*união meramente externa*) é o caso de vários contratos completos, que se unem na fase de conclusão, por exemplo, por integrarem um mesmo

⁹¹ ENNECCERUS, Ludwig. LEHMANN, Heinrich. **Derecho de obligaciones**. Tomo II. Vol. 2. Primeira parte. In: ENNECCERUS, Ludwig. KIPP, Theodor. WOLFF, Martin. INFANTE, Carlos Melon (trad.). Tratado de derecho civil. 3º ed. Barcelona: Bosch, 1966, § 100, p. 7-8.

instrumento, sem que, no entanto, haja dependência ou influência de um sobre o outro⁹². Há, aqui, uma união aparente, sem interligação. Uma ligação meramente ‘acidental’. Os contratos observam tão somente suas próprias regras. Um não influencia ao outro, de maneira que cada um segue sua sorte.

Na segunda forma de união proposta pelos autores alemães (*união alternativa*), os contratos estariam unidos e segundo ocorra, ou não, determinado evento (i.e. uma condição), um ou outro seriam concluídos⁹³. Não há neste caso, entretanto, uma simultaneidade de contratos. Implementada a condição, externará efeitos o contrato ‘a’, não implementada, gerará efeitos o contrato ‘b’. Aquele, exclui este. Não se está a falar de dois negócios jurídicos, interligados, mas de dois negócios alternativos e excludentes entre si. Neste sentido, nem aquela, nem esta, poderiam ser denominadas como espécies de união⁹⁴.

A terceira e última espécie de união (*com dependência bilateral*) é a única, dentre as propostas, que se encaixa efetivamente na noção contemporânea de união de contratos. Tratam-se, neste caso, de dois contratos completos, distintos, porém não autônomos. Podem os contratos estar ou não ligados externamente, com dependência recíproca (caso em que atuam como um todo) ou unilateral (de modo que um depende do outro e não este, daquele), cuja intenção pode emanar da própria convenção entre as partes (que venham a dispor que os contratos vão existir e desaparecer conjuntamente) ou, mesmo na ausência de convenção expressa, se poderia com frequência obter-se uma conclusão segura com base na análise das relações econômicas que mediam as prestações.

Dois elementos guardam relevo nesta teoria. Primeiramente, o entendimento de que da unidade ou pluralidade de contraprestações emana a diferenciação entre um contrato com causa mista e a relação contratual coligada⁹⁵. Na primeira hipótese, pode até haver a diversidade de prestação, mas a contraprestação é una; no segundo, além da diversidade de prestação há, ainda, a diversidade de contraprestação. Em segundo lugar, aqui já aparece a

⁹² Citam os autores, como exemplo, a aquisição de um relógio e a estipulação, no mesmo ato, do reparo de outro. ENNECCERUS, Ludwig. LEHMANN, Heinrich. **Derecho de obligaciones**. cit., p. 7.

⁹³ Pelo exemplo citado, um cientista viaja para desempenhar atividades de cátedra pelo período de um ano e arrenda sua casa pelo período, com a opção, ao arrendatário, de aquisição do imóvel no prazo de três meses. ENNECCERUS, Ludwig. LEHMANN, Heinrich. **Derecho de obligaciones**. cit., p. 8.

⁹⁴ Marino aponta que esta crítica ganhou força na doutrina, dentre outros, de Michele Giorgianni. MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. Contratos coligados no direito brasileiro. cit. p. 42-43.

⁹⁵ ENNECCERUS, Ludwig. LEHMANN, Heinrich. **Derecho de obligaciones**. cit., p. 14-15.

ideia de interdependência entre os contratos coligados⁹⁶. Apontam os autores que, tendo as partes querido uma relação de dependência, não apenas a validade de um contrato dependerá da validade do outro, mas igualmente, de acordo com as manifestações de vontade, o término de um contrato levará ao término do outro⁹⁷.

Mais recentemente, outro trabalho da doutrina alemã ganhou destaque no âmbito do agrupamento de contratos. GUNTHER TEUBNER explorou o tema sob o aspecto da lógica de ação das redes de negócios, empresas virtuais, sistemas *just-in-time* e cadeias de franquia. Busca, assim, (i) explorar as oportunidades e os riscos colocados pelas operações de rede, (ii) determinar quais categorias jurídicas são mais adequadas para lidar com lógicas operacionais muito particulares, condições estruturais, potencialidades, riscos e os conflitos associados às redes, (iii) compreender a aparente contradição entre intercâmbio bilateral e conectividade multilateral e o impacto dos efeitos da rede sobre as múltiplas relações de troca bilaterais dentro da própria rede, (iv) aferir que consequências a tensão incomum entre a cooperação e concorrência tem para a regulação relações jurídicas internas e (v) no âmbito da responsabilidade, analisar (v.i) se em que medida os membros da rede são diretamente responsáveis uns pelos outros, ainda que não se encontrem em relação contratual bilateral entre si e (v.ii) se terceiros externos à rede só podem suscitar a responsabilidade de partes individualmente falando, ou se uma responsabilidade coletiva pode surgir em relação ao centro de rede ou outros membros da rede sob certas condições⁹⁸.

O direcionamento do trabalho e os propósitos a que se destina não encontram consonância, entretanto, com o escopo deste estudo, especialmente porque, não busca o autor explorar o conceito e as consequências jurídicas das coligações sob o aspecto que aqui é conferido.

⁹⁶ ENNECCERUS, Ludwig. LEHMANN, Heinrich. **Derecho de obligaciones**. cit., p. 8 e 15.

⁹⁷ O termo apresentado na obra traduzida ao espanhol é ‘revocación’. ‘Revocación’, de acordo o Dicionário de la lengua española da Real Academia Española tem como significado: “1. f. Acción y efecto de revocar. 2. f. Der. Anulación, sustitución o enmienda de orden o fallo por autoridad distinta de la que había resuelto. 3. f. Der. Acto jurídico que deja sin efecto otro anterior por la voluntad del otorgante”. Real Academia Española. **Diccionario de la lengua española**. 23º ed. Madrid: Espasa, 2014. Neste sentido, nos parece que o emprego do termo ‘término’ (dada sua abrangência) é o que se revela mais apropriado para o contexto.

⁹⁸ TEUBNER, Gunther. **Network as connected contracts**. EVERSON, Michelle (trad.). London: Hart Publishing. 2011.

5.1.2 A doutrina italiana

A doutrina italiana foi a que, no direito comparado, efetivamente evoluciona a teoria dos contratos coligados e lhe conferiu os contornos, mais precisos, que se tem atualmente. Já na primeira metade do século XX autores se dedicaram a dissecar a pluralidade de contratos envolvidos em uma operação com contornos e propósitos próprios, eis que a despeito da autonomia estrutural dos contratos, se vislumbrava um nexo funcional entre eles⁹⁹.

Dentre os autores que primeiro estruturaram a figura da coligação contratual com moldes que até o momento se fazem presentes, FRANCESCO MESSINEO já indicava os *contratos recíprocos* como figura afim, porém claramente distinta dos contratos atípicos e mistos. O autor aponta que os contratos recíprocos são autônomos, porém interdependentes, queridos pelas partes com um propósito de unidade econômica em que cada contrato constitui a causa do outro. Diferencia o contrato recíproco, do *contrato vinculado*, relacionado a algo mais amplo, enquanto a vinculação pode não configurar-se em caráter de reciprocidade, mas sim, como uma forma de subordinação unilateral. Além disso, a vinculação (diferentemente da reciprocidade), poderia se verificar igualmente fora do terreno dos contratos, falando-se, portanto, mais que em contratos vinculados, em negócios vinculados¹⁰⁰.

A vinculação entre contratos ou negócios pode decorrer da lei (*vinculação necessária*) ou da vontade das partes (*vinculação voluntária*) e, em ambos os casos, pode ser *genética* ou *funcional*. Naquela, um contrato exerce um influxo sobre a formação dos outros (caso da relação entre contrato preliminar e contrato definitivo, entre o contrato preparatório e o definitivo), nesta um contrato adquire relevância se atua no desenvolvimento da relação que nasce do outro (caso do contrato principal em relação ao acessório). Esta se manifesta especialmente sob um aspecto de subordinação, que pode ser unilateral ou bilateral, no sentido de que as vicitudes de um contrato repercutem sobre a relação que nasce do outro, condicionando a validade ou a própria execução do outro; caso que se considera uma subordinação jurídica. Para o autor, a conexão entre os contratos também pode ser fruto de

⁹⁹ Marino apresenta minuciosa análise da evolução da doutrina italiana, que se iniciou com os estudos de Rosário Nicolò e Michele Giorgianni, passando então, sequencialmente, por Giorgio Oppo, Luigi Carriota-Ferrara e Emilio Betti, Nicola Gasperoni e Franco Di Sabato, Renato Sconamiglio e Francesco Messineo, Carlo Di Nanni e Giuseppe Castiglia, até chegar na doutrina italiana atual, de cuja fase são citados Giovanni Schizzerotto, Antonio Rapazzo, Giorgio Lener, Paulo Troiano, Bruno Meoli e Carlo Colombo. MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. cit. p. 52-76.

¹⁰⁰ MESSINEO, Francesco. **Doctrina general del contracto**. cit., p. 402-403.

uma subordinação econômica, caso em que, entretanto, não sobressairia qualquer consequência jurídica¹⁰¹.

Sob o enfoque de que o estudo do negócio jurídico não prescinde da análise de sua estrutura e composição, do que se pode extrair uma pluralidade de atos que se integram sucessivamente em seu conteúdo e são unificados no negócio, EMILIO BETTI levanta a questão sobre o critério que se deve empregar para se estabelecer a unidade de negócios, na pluralidade de atos nele reunidos¹⁰². O problema, por assim dizer, estaria assentado na seguinte indagação:

[...] quando e porque se deve reconhecer tratar-se de um *negócio único com pluralidade de declarações*, e quando, pelo contrário, nos encontramos perante uma *multiplicidade de negócios, ligados numa fatispécie complexa*, por nexos que não excluem o valor próprio de cada um deles.¹⁰³

A resposta para tal questão se assentaria na distinção se a cada uma das declarações se ligam “como efeitos próprios e independentes, os efeitos jurídicos que correspondem ao seu destino, ou se esses efeitos só estão ligados ao complexo das declarações assim reunidas”¹⁰⁴. Para o primeiro caso, está-se a tratar de pluralidade de negócios ligados, no segundo, faz-se presente a figura de um negócio unitário, oriundo de declarações complementares. Por assim dizer, a multiplicidade de declarações aptas à produção de consequências jurídicas próprias não é óbice à presença de um negócio unitário. O elemento diferenciador é a presença, ou não, de uma *unidade não cindível*. Se várias declarações negociais ‘atraem’ vários efeitos, ligados a uma unidade, tem-se o negócio unitário, se os efeitos são próprios a cada uma delas e unificam-se pelo seu destino, tem-se o negócio múltiplo. Fixado o *discrímen*, o autor categoriza os nexos entre os negócios, que podem ser de *concurso* ou de *continuidade*.

No nexo de concurso (ou concorrência) há uma relação de *contemporaneidade ideal e síntese* em dois ou mais negócios que atuam em prol do mesmo resultado econômico social, podendo ser homogêneos ou heterogêneos, de acordo com a identidade ou distinção das naturezas jurídicas. O nexo de dependência unilateral ou interdependência pode resultar do

¹⁰¹ MESSINEO, Francesco. **Doctrina general del contracto**. cit., p. 403-404.

¹⁰² BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo II. Campinas, SP: LZN, 2003, p. 133.

¹⁰³ BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo II. cit., p. 134.

¹⁰⁴ BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo II. cit., p. 135.

próprio conteúdo econômico-social do feixe de interesses, ou da disposição das partes¹⁰⁵. Quando a “regulamentação de interesses que se teve em vista com os dois negócios, seja concedida como uma unidade econômica, basta esse nexo funcional para fazer com que o desenvolvimento e as vicitudes de um negócio, se repercutam sobre o negócio a ele ligado”¹⁰⁶.

Quando os negócios estão vinculados por um nexo de continuidade (ou ligação sequencial) conserva-se a fisionomia e eficácia própria de cada um. Não convergem ao mesmo plano e ao mesmo resultado, mas sucedem-se, em vista do mesmo escopo, em cadência. Configura-se uma *fatispécie* de formação sucessiva, consistente em vários atos jurídicos direcionados à mesma finalidade, a exemplo da relação existente entre autorização e negócio autorizado, ou entre mandato e negócio celebrado em representação¹⁰⁷.

Em ambos os casos (i) os negócios produzem os efeitos jurídicos que lhe são próprios, mas constituindo uma unidade funcional e produzindo consequências jurídicas que não coincidem com as de cada um, isoladamente, e (ii) o nexo é teleológico e assentado na congruência entre as correlatas funções¹⁰⁸.

A consolidação e o refinamento do entendimento judicial já no final da segunda metade do século podem ser observados na obra de MASSIMO BIANCA. O autor evita conceitos meramente teóricos e apresenta *il collegamento negoziale* da forma que a jurisprudência já o enxergava¹⁰⁹.

Observa-se, pela exposição do autor, o reconhecimento do caráter de interdependência entre os contratos, que se diz *voluntário* quando é da intenção das partes subordinar a sorte de um contrato à do outro, ou *funcional*, quando resultante da unitariedade da função perseguida, caso em que os contratos, individualmente falando, perseguem um interesse imediato que é instrumentar o interesse final da operação. Identifica-se, nesta ordem de ideias, as figuras da causa individual (*la causa parziale*) e da causa global da operação (*la causa complessiva*)¹¹⁰.

¹⁰⁵ BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo II. cit., p. 136.

¹⁰⁶ BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo II. cit., p. 137.

¹⁰⁷ BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo II. cit., p. 139.

¹⁰⁸ BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo II. cit., p. 136-137.

¹⁰⁹ BIANCA, Cesare Massimo. **Diritto Civile: il contratto**. Vol. III. cit., p. 481-485.

¹¹⁰ BIANCA, Cesare Massimo. **Diritto Civile: il contratto**. Vol. III. cit., p. 481-482 e 484.

A coligação funcional, por assim dizer, responde pelo significado objetivo da operação, de modo que a interdependência não é, em si, um efeito legal, mas sim, resultado da interpretação dos contratos. Neste sentido, não se mostraria coerente a ideia segundo a qual ao fim da coligação ocorre um elemento subjetivo consistente no interesse das partes, já que, mostra-se suficiente que a coligação resulte, sob o plano funcional, da unitariedade da causa que a operação econômica é chamada a realizar¹¹¹.

Aplicam-se aos contratos coligados, por assim ser, regras segundo as quais a nulidade parcial, a impossibilidade parcial superveniente e o inadimplemento parcial externam seus efeitos a ponto de atingir os outros contratos integrantes da coligação, tal como a exceção do contrato não cumprido, que pode ser invocada em relação a um contrato frente a outro¹¹².

Fruto do amadurecimento da teoria, FRANCESCO GALGANO apresenta uma clara noção dos contratos coligados – termo cujo emprego se faz frequente em sua obra – sob a ideia de pluralidade coordenada de contratos, com causas autônomas, mesmo que, em conjunto, estejam voltadas à realização de uma operação econômica unitária e complexa. Expressa ainda a noção no sentido de que, ainda que os contratos mantenham sua individualidade, os fenômenos que venham a afetar um (invalidade, ineficácia e resolução) podem repercutir nos outros; uma interdependência que assinala ser frequente¹¹³.

Faz-se uma distinção entre contratos coligados *típicos*, caso das coligações *ex lege* e em que se comunicam, por exemplo, ao contrato principal, as causas de invalidade ou de resolução do contrato definitivo, assim como ao contrato de garantia, as vicitudes do contrato constitutivo da obrigação principal; e *atípicos*, situação em que a coligação está assentada na autonomia contratual e nasce de disposição de vontade – expressa ou tácita – que faça um contrato dependente do outro em caráter unilateral ou em caráter de interdependência¹¹⁴. Citando a jurisprudência, a justificativa da validade desta disposição se assenta na unidade de

¹¹¹ BIANCA, Cesare Massimo. **Diritto Civile: il contratto**. Vol. III. cit., p. 482-483. A esse entendimento, como se verá adiante, se alinha a posição de Francesco Galgano, no sentido de conferir ao nexo funcional da operação uma representatividade maior do que ao aspecto volitivo, a fim de justificar a coligação entre os contratos.

¹¹² BIANCA, Cesare Massimo. **Diritto Civile: il contratto**. Vol. III. cit., p. 484-485.

¹¹³ GALGANO, Francesco. **El negocio jurídico**. cit., p. 114-115.

¹¹⁴ GALGANO, Francesco. **El negocio jurídico**. cit., p. 116.

operação econômica que muitos contratos são chamados a realizar, não bastando, entretanto, que este fim unitário seja buscado por uma parte, com desconhecimento da outra¹¹⁵.

Ressalva-se, entretanto, que a justificativa voluntarista oferecida pela jurisprudência nem sempre se mostra adequada, não resolvendo, por exemplo, o problema decorrente da imposição de uma cláusula, de um contratante a outro, que afaste a irradiação dos efeitos de um contrato a outro, a despeito do caráter de interdependência. Tal situação reforça a relevância da observância da causa dos contratos e de se considerar o nexo entre eles existente, na medida em que, individualmente, se mostram incapazes de alcançar a função que conjuntamente se propõe a realizar.

Por assim ser, deve-se admitir que o nexo entre os contratos seja suscetível de lhes fazer reciprocamente sensíveis de suas respectivas vicitudes, quando não diretamente resultante da lei, seja de acordo com a vontade das partes, seja em contraste com a vontade declarada, quando a causa de cada um dos contratos se manifeste objetivamente interdependente da causa do outro¹¹⁶.

Em suma: (i) coligações podem se dar entre contratos com as mesmas partes ou partes distintas¹¹⁷, (ii) com base na autonomia contratual, as partes podem (ii.i) estipular contratos coligados entre si, ao invés de independentes e (ii.ii) decompor em vários contratos uma única operação econômica, (iii) nestas situações (iii.i) a unidade de causa atua como limite da

¹¹⁵ “Cass., 25 de Julio de 1984, n. 3.350, em Mass. Foro it, 1984: ‘las partes, en expresión de su autonomía negocial, pueden crear, manifestando su voluntad expresamente en un mismo contexto, varios negocios distintos e independientes, o bien distintos negocios coligados entre si, de forma que las vicisitudes que afecten a uno influyan también al otro contrato, en tanto que las prestaciones que conforman el objeto de los dos contratos, al contener una completa ordenación de los intereses de las partes, hacen interdependientes a los distintos contratos, de modo que la validez, la eficacia y la ejecución de uno de ellos condicionará la validez, la eficacia y la ejecución del otro o de los otros, en tales casos la tarea de búsqueda del Juez estará dirigida a individualizar si, además de las finalidades propias de cada uno de los contratos celebrados, existe o no una finalidad conjunta, consistente en una regulación global e inescindible que ha sido querida por las partes, y que debe ser respetada en virtud de su poder de autonomía, asegurándose, de un lado, que se establezca entre los contratantes el llamado nexo d interdependencia, y de otro lado que pueda examinarse el contexto contractual en el conjunto de sus cláusulas, a fin de poder individualizar cual sea la finalidad práctica y concreta que las partes hayan intentado alcanzar’ e Cass., 18 de Abril de 1984. n. 2.544, en Mass. Foro it., 1984”. GALGANO, Francesco. **El negocio jurídico**. cit., p. 116, n. 65.

¹¹⁶ GALGANO, Francesco. **El negocio jurídico**. cit., p. 117-118.

¹¹⁷ Hipótese para a qual cita o exemplo de produtos mistos securitários-financeiros, resultado da combinação de um contrato de seguro de vida com um contrato de investimento em valores mobiliários (em que atuam três agentes), coligados entre si a voltados ao desempenho de uma função unitária. GALGANO, Francesco. **El negocio jurídico**. cit., p. 117.

autonomia contratual, exigindo a conexão entre os contratos, (iii.ii) faz nula a cláusula que impeça o contágio das vicitudes de um contrato, em relação ao outro¹¹⁸.

Estes conceitos, já consolidados na doutrina e jurisprudência italiana, se fazem igualmente presentes em obras posteriores, como a de RODOLFO SACCO e GIORGIO DE NOVA¹¹⁹, que, com as anteriores, guarda similaridade em relação aos aspectos centrais.

5.1.3 A doutrina francesa

O estudo das relações inerentes ao agrupamento de contratos ganhou relevo, na doutrina francesa, com o estudo de BERNARD TEYSSIÉ, que parte do prisma da complexidade das operações econômicas como fator desencadeador de um cenário em que a relação contratual independente cedeu espaço à relação calcada na interdependência (*les groupes de contrats*)¹²⁰.

O autor desenvolve, então, uma classificação que parte de duas estruturas principais (*chaînes de contrats* e *ensembles de contrats*). Aquela, representaria o agrupamento de contratos sucessivos, formado pela adição ou difração de contratos (caso do subcontrato), com estrutura linear e fim comum, podendo ser formado pelas mesmas partes ou partes distintas¹²¹, esta, o agrupamento de contratos com o mesmo objeto, não sucessivos (i.e. coexistentes), estruturados em torno de um contratante central e que pode ser dividido em interdependentes (comportando ou não divisibilidade, enquanto o objeto do grupo contratual comporte ou não divisão e a extinção de um leve ou não à extinção dos demais) e com dependência unilateral, que ostentam a característica de um complemento útil, por vezes necessário, porém com status de acessoriedade¹²².

Na segunda parte da obra autor explora os efeitos decorrentes do agrupamento de contratos, que se estendem pela formação, execução, interpretação e uniformidade,

¹¹⁸ GALGANO, Francesco. **El negocio jurídico**. cit., p. 118.

¹¹⁹ SACCO, Rodolfo. De NOVA, Giorgio. **Il Contratto**. Tomo I. Torino: UTET, 2004, p. 84-89. Ponto de relevo no entendimento de Sacco é a ênfase sob o prisma de que cada agrupamento de contratos coligados constitui um único contrato no sentido de consolidação dos contratos que o integram (os fragmentos de contratos). Por assim ser, cada fragmento de contrato deixaria de ter sua causa própria, que poderia ser encontrada no conjunto de resultados atinente ao agrupamento.

¹²⁰ TEYSSIÉ, Bernard. **Les groupes de contrats**. Paris: Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, 1975.

¹²¹ TEYSSIÉ, Bernard. **Les groupes de contrats**. cit., p. 41, 42, 69 e 70.

¹²² TEYSSIÉ, Bernard. **Les groupes de contrats**. cit., p. 97, 98, 119, 120,

abrangendo (i) a contaminação, em maior ou menor grau, da validade e eficácia de um contrato em relação aos demais contratos, dependendo do caráter de interdependência ou não e divisibilidade ou não do agrupamento, assim como da característica ou não de acessoriedade de um contrato em relação a outro, (ii) a forma de interpretação, que se dá mediante a consideração do grupo como um todo e (iii) em determinados casos, exsurge a uniformização do regime jurídico, além das regras de competência¹²³.

Ocorre que, de um lado, o autor agrupa estruturas sob vertentes (*identidade de objeto* ou *identidade de fim*) que, na prática, não se mostram aptas a ensejar verdadeira coligação de contratos, como no caso de agrupamento por identidade de objeto e, de outro, trata como vinculados contratos que, nitidamente, não o são, como no caso das *chaînes de contrats por addition*, em que o autor toma por vinculados contratos relacionados a vendas sucessivas do mesmo bem. De sua obra, de inquestionável proveito, se podem tirar, entretanto, conceitos que posteriormente se mostraram úteis ao desenho do conceito das estruturas de redes contratuais e das próprias cadeias de contrato, tais como as ideias de contaminação com grau variado, forma de interpretação e uniformização de regime jurídico, decorrentes da *complexidade* (no sentido de que ao integrar o agrupamento, é elevada a ordem de complexidade de cada contrato, diante da interligação que passa a se sujeitar) e *unificação* (sob o conceito de que a razão de ser, a validade e a eficácia de cada contrato atendem a um propósito uno, que condiz ao objetivo do próprio agrupamento) que representam premissas características dos agrupamentos. As estruturas, entretanto, a despeito de guardarem a uma primeira vista certo grau de semelhança com as coligações contratuais, de coligação não se tratam¹²⁴.

Ainda na doutrina francesa outra obra de destaque é a de MIREILLE BACACHE-GIBEILI. Após duas décadas da obra de TEYSSIÉ a autora centra o foco de seu estudo na questão da relatividade dos contratos agrupados, visando identificar os casos nos quais determinadas partes devem ou não ser consideradas terceiros para fins de se delimitar as

¹²³ TEYSSIÉ, Bernard. **Les groupes de contrats**. cit., p. 143-155, 200-201, 209-211 e 213-220.

¹²⁴ Sobre as figuras limítrofes aos contratos coligados, remete-se o leitor ao Capítulo 8, *infra* ('Figuras limítrofes').

possibilidades (e identificar a forma) de tutela dos interesses de membros do grupo, em face do devedor inadimplente¹²⁵.

Segundo ela, o conjunto de contrato que permite o desenvolvimento de ações contratuais diretas (representando, pois, o grupo de contratos) é formado por dois ou mais contratos autônomos em agrupamento linear, relativos a um mesmo bem e tendo em comum ao menos uma obrigação idêntica¹²⁶. Com esta definição, os grupos estariam aptos a englobar diferentes espécies como resultado da análise da natureza dos contratos, denominadas como grupos homogêneos e heterogêneos (compostos, como a própria denominação sugere, de contratos do mesmo tipo e de tipo distinto), dividindo-se, este último, sob o rótulo de assimétricos (hipótese em que a obrigação principal de um contrato é idêntica a uma obrigação acessória do outro contrato) ou simétricos (quando a obrigação acessória de um contrato é idêntica à obrigação acessória do outro contrato)¹²⁷. Aqui, novamente, o estudo se ateve à figura que se assemelha, apenas em parte, com a visão hodierna de cadeia de contratos (no sentido de um agrupamento linear), apresentando, pois, elementos impróprios (e, igualmente, deixando de lado o que se tem como requisitos) da estrutura dos contratos coligados.

A jurisprudência, entretanto, desempenhou papel expressivo para a extração, de dentro do agrupamento de contratos, aquela estrutura que se aproxima à concepção de coligação contratual alimentada pelas doutrinas alemã e italiana¹²⁸. JACQUES GHESTIN se encarregou desta análise¹²⁹.

Pelo exame dos julgados realizado pelo autor, a ‘simples’ noção de causa global não seria suficiente, na ausência de disposições legais expressas, para justificar a irradiação dos efeitos dos contratos no contexto do desaparecimento de um levar ao desaparecimento dos outros (o que denomina aniquilação em cascata – *anéantissement en cascade*), porém, a manifestação de vontade (ainda que implícita), serviria como elemento apto à

¹²⁵ BACACHE-GIBEILI, Mireille. **La relativité des conventions et les groupes de contrats**. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1996, p. 13.

¹²⁶ BACACHE-GIBEILI, Mireille. **La relativité des conventions et les groupes de contrats**. cit., p. 113-115.

¹²⁷ BACACHE-GIBEILI, Mireille. **La relativité des conventions et les groupes de contrats**. cit., p. 123-134.

¹²⁸ Isto é, a existência de liame econômico ou funcional, a interdependência, conforme o caso, dos contratos e a irradiação de efeitos entre os contratos integrantes da mesma relação coligada.

¹²⁹ GHESTIN, Jacques. **Cause de l'engagement et validité du contrat**. Paris: Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, 2006.

contaminação¹³⁰. Quer dizer, o aspecto volitivo não apenas ganhou destaque, como representou o elemento essencial ao reconhecimento – ainda que de forma tímida – da interdependência entre os contratos¹³¹.

Diz-se tímida, porquanto a despeito de a Corte de Cassação passar a reconhecer a interdependência, olhando para o grupo de contratos como algo organizado e coerente, a vinculação dos contratos sob a ótica de operação global, com um liame lógico, econômico e funcional, ainda não se fazia presente.

A ideia de interdependência, entretanto, veio amadurecendo na doutrina e o conceito de operação global aflorou. SÉBASTIEN PELLÉ foi um dos precursores do conceito na doutrina francesa, defendendo que contratos interdependentes são aqueles que são necessários e insuficientes (individualmente falando) para a realização da operação geral e que exercem influência recíproca ao longo de toda a operação. Uma interdependência contratual que representa uma ‘alquimia’ contratual que se manifesta por intermédio de uma tendência de unificação de regras contratuais (no que diz respeito à competência jurisdicional). Constitui-se, assim, o grupo de contratos, em decorrência do propósito comum, um objetivo econômico comum e capaz de ser alcançado mediante a presença de todos os contratos pertencentes ao grupo¹³².

Pela reforma legislativa recentemente realizada, por outro lado, positivou-se no Direito dos Contratos francês determinadas hipóteses de interdependência contratual. Objetivamente, dispôs-se que (i) um contrato validamente constituído caduca se um dos seus elementos essenciais desaparecer, (ii) quando a execução de vários contratos é necessária para realizar a mesma operação e uma delas desaparece, os contratos cuja execução é impossibilitada por esse desaparecimento e aqueles para os quais a execução do contrato caducou são obsoletos, (iii) o desaparecimento conjunto foi um elemento decisivo para o consentimento de uma parte em relação à conclusão do negócio jurídico e (iv) a caducidade, no entanto, ocorre somente se o contratante contra quem é invocada sabia da existência da

¹³⁰ GHESTIN, Jacques. **Cause de l'engagement et valideté du contrat**. cit., p. 593-594.

¹³¹ A atenuação dos efeitos relativos dos contratos, entretanto, não ocorreu sem hesitações e questionamentos doutrinários. Para a análise da consolidação realizada por Jacques Ghestin sobre a interpretação dos julgados paradigmáticos sob a ótica de diversos autores, remete-se o leitor a GHESTIN, Jacques. **Cause de l'engagement et valideté du contrat**. cit., p. 594-610.

¹³² PELLÉ, Sébastien. **La notion d'interdépendance contractuelle: contribution à l'étude des ensembles de contrats**. Paris: Dalloz, 2007.

operação como um todo quando deu seu consentimento¹³³. Tornou-se, assim, mais precisa – porém não indene de debates doutrinários¹³⁴ – a identificação da interdependência.

5.1.4 A doutrina portuguesa

Em matéria de união de contratos, registra PAIS DE VASCONCELOS, a doutrina portuguesa seguiu de perto a classificação tripartite de ENNECCERUS. Os autores portugueses em geral consideram as três espécies de união (denominando-as como *meramente externa*, *alternativa* ou *interna*, que seria aproximada à união *com dependência bilateral* de ENNECCERUS), mas se posicionam de forma clara no sentido de que, “em sentido substancial, a união de contratos só existe verdadeiramente na união interna”¹³⁵.

Por assim dizer, na doutrina portuguesa já se observa um amadurecimento da doutrina alemã no sentido de que, apenas aqueles contratos com vínculo interno poderiam, de fato, ser

¹³³ Tradução literal de: "Article 1186 - Un contrat valablement formé devient caduc si l'un de ses éléments essentiels disparaît. Lorsque l'exécution de plusieurs contrats est nécessaire à la réalisation d'une même opération et que l'un d'eux disparaît, sont caducs les contrats dont l'exécution est rendue impossible par cette disparition et ceux pour lesquels l'exécution du contrat disparu était une condition déterminante du consentement d'une partie. La caducité n'intervient toutefois que si le contractant contre lequel elle est invoquée connaissait l'existence de l'opération d'ensemble lorsqu'il a donné son consentement." e "Article 1187 - La caducité met fin au contrat. Elle peut donner lieu à restitution dans les conditions prévues aux articles 1352 à 1352-9". **Code Civil**. Disponível em:

<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?sessionId=ACA93B68D9FDDA0AB38E6822FA751828.tplgfr42s_1?idSectionTA=LEGISCTA000032008953&cidTexte=LEGITEXT000006070721&dateTexte=20190417>.

¹³⁴ Recente trabalho acadêmico aborda a mudança legislativa e aponta que, a despeito do aspecto positivo da reforma, o texto deixa dúvidas como (i) que tipo de desaparecimento que pode levar à aniquilação em cascata, (ii) se esta extinção em cascata poderia aproveitar ao contratante faltoso, (iii) de que forma se identificaria, além do aspecto volitivo, a relação de interdependência, etc. BENHAMOU, Elsa. **L'interdépendance contractuelle**. Université Grenoble Alpes. Faculté de Droit Droit. Master thesis. 2018. Disponível em <<https://dumas.ccsd.cnrs.fr/dumas-01872501>>.

¹³⁵ VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Contratos atípicos**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 223. Entendimento contrário pode ser encontrado na doutrina de Galvão Telles e Almeida Costa. Ao abordar a estrutura da *união alternativa*, o primeiro autor fala em uma união temporária ou provisória, na medida em que a conjunção de negócios jurídicos persistiria enquanto não implementada a condição, isto é, o estado de pendência. Cessada a incerteza, a pluralidade de contratos cederia lugar à unidade, com a imagem, sob o ponto de vista jurídico, de que apenas um contrato se celebrou, citando como exemplo: “‘A’ aliena a ‘B’ uma moradia, convencionando-se que a alienação valerá como doação se ‘B’ tiver algum filho dentro dos próximos cinco anos e como venda, pelo preço de mil contos, no caso inverso”. TELLES, Inocêncio Galvão. **Direito das obrigações**. Coimbra: Coimbra, 1984, p. 61. A abordagem, contudo, não nos parece apropriada, na exata medida em que os efeitos dos negócios jurídicos não coexistem. Ou a venda gera efeitos, ou a locação, graças à condição presente no trato negocial, de modo que não se estaria diante de uma união, ainda que temporária, de contratos. O segundo autor, por seu turno, se alinha ao entendimento de Enneccerus sem as necessárias ressalvas da corrente doutrinária proveniente do ajustamento da teoria alemã. COSTA, Mário Júlio de Almeida. **Direito das obrigações**. 9º ed. rev. e aum. Coimbra: Almedina, 2001, p. 342-343.

chamados de coligados, ao que se soma a consolidação do posicionamento sobre a recíproca dependência dos contratos, nas relações coligadas, dada a relação de corresponsabilidade:

Os casos de união interna, com dependência unilateral ou bilateral, têm, sem dúvida, uma forte unidade e, por isso mesmo, são uma união. Não é possível, sem desrespeitar a vontade negocial, fazer vigorar separadamente os contratos internamente unidos. Mas não é possível também reduzir a união interna à unidade contratual, ao contrato misto de tipo duplo ou múltiplo. Nos casos de união interna existe uma autonomia formal entre os contratos, autonomia formal que falta nos contratos mistos, sem que existe uma autonomia substancial.¹³⁶

5.1.5 A doutrina espanhola

Embora a doutrina espanhola não tenha sido precursora dos estudos sobre a teoria da coligação contratual, tampouco a evoluído de forma expressiva, a obra de ANA LÓPEZ FRÍAS¹³⁷ ganhou destaque. A autora apresenta o entendimento doutrinário italiano do *collegamento negoziale* (citando a evolução da doutrina no país) e o francês dos *groupes de contrats* (especificamente em relação à obra de TEYSSIE) como os principais, no continente, a tratar do tema, e menciona a pontual atenção a ele dedicada pela doutrina espanhola, algumas vezes misturando figuras contratuais distintas sob a mesma roupagem estrutural¹³⁸.

Tendo muito clara a pluralidade de hipóteses heterogêneas de caracterização da coligação, assim como a dificuldade, em alguns casos, de precisá-la, por conta de conceitos por vezes incertos, registra a autora que o fenômeno da coligação contratual se faz presente quando “varios sujetos celebran dos o más contratos distintos que presentan una estrecha

¹³⁶ VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Contratos atípicos**. cit., p. 223-224. Entendimento semelhante é encontrado na doutrina, dentre outros, de Antunes Varela (“Outras vezes, porém, sucede que os contratos, mantendo embora sua individualidade, estão ligados entre si, segundo a intenção dos contratantes, por um nexo *funcional* que influi na respectiva disciplina. Já não se trata de fim nexo *exterior* ou *acidental*, mas de um vínculo *substancial* que pode alterar o regime normal de um dos contratos ou ambos deles, por virtude da *relação de interdependência* que eventualmente se crie entre eles.”). VARELA, João de Matos Antunes. **Das obrigações em geral**. Vol. I. 10ª ed. rev. atual. Coimbra: Almedina, 2000, p. 282-283.

¹³⁷ FRÍAS, Ana López. **Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos y ensayo de una construcción doctrinal**. Tesis doctoral. Universidad de Granada. 1992. Barcelona: J. M. Bosch, 1994.

¹³⁸ À exceção, segundo a autora, de Pasquau Liaño, que teria realizado a maior contribuição sobre a vinculação entre contratos ao tratar da possibilidade de ação direta entre não contratantes diretos. (LIAÑO, Miguel Pasquau. *Acción directa en derecho español*. Madrid: Editora General de Derecho, 1989). FRÍAS, Ana López. **Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos...** cit., p. 72-79.

vinculación funcional entre sí por razón de su propia naturaleza o de la finalidad global que los informa, vinculación que es o puede ser jurídicamente relevante”¹³⁹.

Para a autora, a conexão deve ser funcional, pela própria natureza de um ou de ambos os contratos, ou em decorrência da disposição de vontade das partes, excluindo da categoria (i) a conexão que denomina como *ocasional* (“que se produce como consecuencia de constar dos o más convenios en un solo documento o en virtud de circunstancias de naturaleza económica escasamente significativas y ajenas a la función propia de los contratos en cuestión”) ¹⁴⁰, (ii) aquela que denomina como *genética* (que opera tão-somente na fase de formação dos instrumentos, como no caso do pré-contrato e o contrato definitivo) ¹⁴¹ e (iii) a cadeia contratual inerente à sucessiva venda e compra (na medida em que a mera identidade de objeto de vários contratos não é suficiente ao seu reconhecimento como sendo conexos)¹⁴².

Neste sentido, a conexão contratual se faz presente com uma *pluralidade de contratos* (para cuja distinção se emprega a pluralidade de causas e se mitiga o critério de pluralidade de contraprestações) e um *nexo funcional* (no sentido de uma vinculação na natureza de alguns dos contratos ou no propósito global que através deles se busca alcançar). É dizer, existente a pluralidade de contratos, haveria que os considerar interdependentes entre si, seja porque sua natureza ou estrutura assim determinam, seja porque, individualmente, restariam sem sentido sob a perspectiva da operação econômico-jurídica que por eles se almeja¹⁴³.

Para chegar a esta conclusão a autora aponta com relevo as disfunções e injustiças que seriam provocadas com a tentativa de se considerar os contratos integrantes do agrupamento como elementos individualizados, olhando-os de forma isolada, sugerindo, em complemento, sem afastar a importância do consentimento para a vinculação das partes, a necessidade de se revisitar o conceito de relatividade, frente ao fenômeno decorrente da interligação dos contratos. Isto porque, além dos inconvenientes da aplicação estrita do princípio da

¹³⁹ FRÍAS, Ana López. **Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos...** cit., p. 391.

¹⁴⁰ A explanação não nos parece clara. Preferiu-se, assim, a reprodução literal. FRÍAS, Ana López. **Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos...** cit., p. 392.

¹⁴¹ Para este caso, emprega como premissa o entendimento de Castro y Bravo, no sentido de que o pré-contrato não seria um contrato cujo objeto seria a celebração de um futuro acordo de vontades, mas sim, um contrato em que as partes reservam a faculdade de colocá-lo em vigor, futuramente, tratando-se, portanto, de um único contrato. FRÍAS, Ana López. **Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos...** cit., p. 392-393.

¹⁴² FRÍAS, Ana López. **Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos...** cit., p. 397.

¹⁴³ FRÍAS, Ana López. **Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos...** cit., p. 403-406.

relatividade, para os casos de coligação, nem sempre os ‘terceiros’ se encontram na mesma situação frente a um contrato inserido no agrupamento¹⁴⁴.

5.2 A COLIGAÇÃO CONTRATUAL NA DOUTRINA BRASILEIRA

Na doutrina brasileira tradicional se observa dois alinhamentos próprios. PONTES DE MIRANDA¹⁴⁵ e ORLANDO GOMES¹⁴⁶ tratam a coligação dentro do racional tripartite de ENNECERUS, com a ressalva de que na *união externa* não se poderia falar, propriamente, em coligação. Neste caso, dois ou mais negócios jurídicos estão ligados tão somente pela sua conclusão¹⁴⁷, sem que, haja, portanto, interdependência¹⁴⁸. Em relação à união alternativa, o primeiro autor enfatiza que seria impróprio falar-se que um negócio jurídico se tem por concluído e o outro não. Os dois negócios jurídicos foram concluídos, porém com alternatividade, de modo que um persiste e outro não. A alternância se dá em relação à subsistência (por conta da condição), não em relação à conclusão do negócio jurídico em si.

BARBOSA MOREIRA¹⁴⁹, ROBERTO ROSAS¹⁵⁰, WALDÍRIO BULGARELLI¹⁵¹, RUY ROSADO¹⁵², ARNOLDO WALD¹⁵³, ARNALDO RIZZARDO¹⁵⁴ e ÁLVARO VILLAÇA¹⁵⁵, por seu

¹⁴⁴ FRÍAS, Ana López. **Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos...** cit., p. 366 e 384-387.

¹⁴⁵ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. cit., Tomo III. § 290, p. 249-251.

¹⁴⁶ GOMES, Orlando. **Contratos**. cit., p. 104-105. Do mesmo autor: Promessa de venda coligada a contrato de construção. In: **Novíssimas questões de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 1998.

¹⁴⁷ “Cada negócio jurídico tem o seu suporte fático, os seus elementos, nucleares ou não; e a forma é acidental, sem qualquer influência de um na sorte do outro negócio. As regras jurídicas são próprias jurídicas são próprias de cada um, ainda que se trate de regras jurídicas dispositivas ou interpretativas. A aceitação de duas ofertas, na mesma carta, só une externamente”. MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. cit., Tomo III. § 290, p. 250.

¹⁴⁸ “A união externa é simplesmente instrumental. [...] Neste caso, não há propriamente coligação de contratos, pois não se complementam nem se excluem”. GOMES, Orlando. **Contratos**. cit., p. 104-105.

¹⁴⁹ Em parecer publicado, cujo objeto se assentava na análise de relação contratual coligada, Barbosa Moreira expressa entendimento endossando, *ipsis litteris*, a consolidação da doutrina italiana sobre o tema, citando Emilio Betti, Francesco Messineo e Renato Sconamiglio. MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Unidade ou pluralidade de contratos: contratos conexos, vinculados ou coligados**. Revista dos Tribunais nº 448. fev-1973. p. 51-60. Republicação na Revista dos Tribunais nº 817. nov-2003. p. 753-762. São Paulo: RT, 2003.

¹⁵⁰ Segundo Roberto Rosas, a coligação (ou conexão) contratual é tida pela diversidade instrumental com relação de interdependência, em decorrência da qual um contrato é condição de existência do outro, seja por disposição contratual, seja pela função econômico social que conduz à consecução do negócio jurídico, com interesse econômico próprio. ROSAS, Roberto. **Contratos coligados**. Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial. Vol. 2. nº 3. p. 53-64. jan/mar-1978. São Paulo: RT, 1978.

¹⁵¹ BULGARELLI, Waldírio. Coligação e acessoriedade de contratos de fornecimento e de instalações. In: **Questões atuais de direito empresarial**. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 66-72.

turno, traçam uma linha orientada, com mais proximidade, pelo entendimento consolidado na doutrina italiana, segundo a qual, de um modo geral, os principais elementos de caracterização da coligação contratual são: (i) o caráter de interdependência, (ii) a existência de uma função econômico-social própria e (iii) a capacidade, em maior ou menor grau, de um contrato externar efeitos aos demais contratos integrantes daquele sistema.

Mais recentemente, diversos outros autores trataram do agrupamento de contratos tanto no âmbito acadêmico (por conta de trabalhos monográficos¹⁵⁶ e para o desenvolvimento de artigos pontuais¹⁵⁷), quanto na elaboração de estudos e pareceres envolvendo relações contratuais coligadas¹⁵⁸.

¹⁵² AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2003, p. 89-90.

¹⁵³ Tratada sob a denominação de conexão contratual, Arnoldo Wald assinala a existência de unidade econômica (ou uma simbiose entre os contratos) apta a ensejar a irradiação dos efeitos de um contrato em relação ao outro. Neste sentido, além da relação ordinária de dependência do contrato acessório em relação ao principal, pode ser convencionado que o término do contrato acessório leve ao término do principal e, igualmente, nos casos de um negócio global ser desmembrado em contratações distintas, porém complementares, há a figura da interdependência. WALD, Arnoldo. **Obrigações e contratos**. cit., p. 225-226. Com uma análise da extensão dos efeitos da cláusula compromissória a partes não signatárias de contrato integrante de conjunto de contratos conexos: WALD, Arnoldo. **A arbitragem, os grupos societários e os conjuntos de contratos conexos**. Revista de Arbitragem e Mediação. Vol. 2. p. 31-59. São Paulo: RT, 2004.

¹⁵⁴ RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 11º ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 79-81.

¹⁵⁵ AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Contratos coligados de sublocação de imóvel e franquia comercial. Aplicabilidade do artigo 21 da Lei 8.245/91**. Revista Trimestral de Direito Civil. nº 8. out/dez-2001. p. 213-232. Rio de Janeiro: Padma, 2001.

¹⁵⁶ Em ordem cronológica: LEONARDO, Rodrigo Xavier. **Redes contratuais no mercado habitacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004; KONDER, Carlos Nelson. **Contratos conexos: grupos de contratos, redes contratuais e contratos coligados**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006; KATAOKA, Eduardo Takemi. **A coligação contratual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008; MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. cit.; FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit.; e BELO, Emília. **Os efeitos decorrentes da coligação de contratos**. São Paulo: MP, 2014. Rodrigo Xavier, precursor das monografias sobre o tema do agrupamento, explorou a estrutura das redes contratuais no mercado habitacional. As obras de Carlos Nelson Konder e Eduardo Kataoka apresentam uma abordagem que, em determinados momentos, intercalam os conceitos das estruturas das redes de contratos e dos contratos coligados (por eles também denominados conexos). As definições apresentadas por ambos por vezes não se fazem claras e os critérios de definição nos parecem de questionável operacionalidade. A obra de Marino tornou-se referência sobre o tema na doutrina brasileira, seja pela profundidade empregada na pesquisa, seja pela clara distinção na definição das figuras oriundas do agrupamento de contratos. Proença, por seu turno, centra o foco de seu estudo no redimensionamento da relatividade contratual e da eficácia dos contratos, nas relações contratuais por coligação, com inegável qualidade.

¹⁵⁷ ENEI, José Virgílio Lopes. **Contratos coligados**. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. nº 132. out-2003. p. 111-128. São Paulo: Malheiros, 2003. De Rodrigo Xavier Leonardo: **Redes contratuais: sua contextualização entre a empresa e o mercado**. Revista de Direito Público da Economia. nº 7. jul/set-2004. p. 225-234. Belo Horizonte: Fórum, 2004; **A teoria das redes contratuais e a função social dos contratos: reflexões a partir de uma recente decisão do Superior Tribunal de Justiça**. cit.; **A súmula nº 308 e a adoção da teoria das redes contratuais pelo Superior Tribunal de Justiça**. In: JABUR, Gilberto Haddad. PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge (coord.). **Direito dos contratos**. São Paulo: Quartier Latin, 2006; **Contratos coligados, redes contratuais e contratos conexos**. In: FERNANDES, Wanderley (coord.). **Fundamentos e**

6. O RECONHECIMENTO JUDICIAL DA TEORIA

Ao que tudo indica o primeiro julgado em que se reconheceu a existência de coligação contratual no âmbito de apelos não ordinários está relacionado a um recurso extraordinário apreciado pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, em discussão que se dava em relação envolvendo contratos de promessa de compra e venda mercantil e de comodato de equipamentos, celebrados por empresa distribuidora de derivados de petróleo e seu revendedor, e se assentava na aferição da possibilidade, ou não, de se aplicar a penalidade contratual prevista em ambos os contratos, na hipótese de inadimplemento em um deles, ou se, na hipótese de se aplicar apenas uma, qual seria o contrato de cuja disposição se extrairia a penalidade¹⁵⁹.

Pelo voto do relator (Min. Cordeiro Guerra) se fazia presente a figura de um contrato misto e, neste sentido, o fim (revenda de combustíveis) deveria prevalecer sobre o meio para alcançá-lo (o comodato dos equipamentos), de sorte que tão somente a multa daquele contrato seria exigível. Igualmente reconhecendo que apenas a multa do contrato de distribuição de combustíveis seria devida, o MIN. MOREIRA ALVES assim decidiu, mas por outra razão: apresentando posicionamento perfilado à doutrina de ENNECERUS e GIORGIO OPPO, com a

princípios dos contratos empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012; **Os contratos coligados**. In: BRANDELLI, Leonardo. Estudos em homenagem à Professora Véra Maria Jacob de Fradera. Porto Alegre: Lejus, 2013. Konder, posteriormente, escreveu: **A coligação contratual na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**. In: O Superior Tribunal de Justiça e a reconstrução do direito privado. FRAZÃO, Ana. TEPEDINO, Gustavo. (coord.) São Paulo: RT, 2011; **Contratos coligados nas relações trabalhistas**. In: Diálogos entre o direito do trabalho e o direito civil. TEPEDINO, Gustavo. *et al* (coord.). São Paulo: RT, 2013; **Qualificação e coligação contratual**. Revista Forense, Vol. 406. p. 55-86. Rio de Janeiro: Forense, 2009. Anteriormente à publicação de sua tese, Marino já havia escrito: **Contratos coligados e qualificação contratual em algumas decisões recentes do STJ**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. Vol. 19/2007. p. 142-152. São Paulo: RT 2007.

¹⁵⁸ Além dos pareceres de Orlando Gomes, Álvaro Villaça e Barbosa Moreira, retro mencionados, Judith Martins-Costa publicou: **O fenômeno da supracontratualidade e o princípio do equilíbrio: inadimplemento de deveres de proteção (violação positiva do contrato) e deslealdade contratual em operação de descruzamento acionário**. Revista Trimestral de Direito Civil. Vol. 26. abr/jun-2006. Rio de Janeiro: Padma. 2006.

¹⁵⁹ Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 84727**, Relator: Min. CORDEIRO GUERRA, Segunda Turma, julgado em 27/04/1976. A este julgado sobrevieram outros igualmente relacionados a vínculos contratuais entre empresas distribuidoras de combustíveis e revendedores, a exemplo, dentre outros: Supremo Tribunal Federal. **Embargos de Divergência nº 78162**, Relator: Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE, Tribunal Pleno, julgado em 20/10/1977; Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 88857**, Relator: Min. SOARES MUNOZ, Primeira Turma, julgado em 02/06/1978; Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 91676**, Relator: Min. CUNHA PEIXOTO, Primeira Turma, julgado em 23/10/1979; Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 91256**, Relator: Min. LEITÃO DE ABREU, Segunda Turma, julgado em 27/05/1980; Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 94511**, Relator: Min. CUNHA PEIXOTO, Primeira Turma, julgado em 23/06/1981; e Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 96592**, Relator: Min. DJACI FALCÃO, Segunda Turma, julgado em 17/09/1982.

observância de se tratar de contratos coligados com dependência recíproca, de modo que o inadimplemento, no caso, dizia respeito à finalidade econômica da coligação (i.e. a revenda de combustíveis em si); uma finalidade que se confundia com a do contrato principal e, por consequência, apenas aquela penalidade seria aplicável.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a despeito das barreiras por vezes impostas à análise de casos relacionados à interpretação da natureza e qualificação contratual¹⁶⁰, o tribunal firmou entendimento pelo reconhecimento de interdependência entre contratos quando, apesar de sua autonomia instrumental, reúnem-se por um nexo econômico-funcional:

É de se ver que os contratos coligados são aqueles que, apesar de sua autonomia, se reúnem por nexo econômico funcional, em que as vicissitudes de um podem influir no outro, dentro da malha contratual na qual estão inseridos.¹⁶¹

Assim tem se decidido para (i) se reconhecer a possibilidade de consumidor de serviços de telefonia exigir da prestadora de serviços de telefonia documentos que atestem o uso dos serviços de ‘disque amizade’, cobrados em sua fatura, (ii) se reconhecer a possibilidade de um vício na relação de compra e venda externar efeitos para a relação contratual de financiamento relacionada à compra e venda, (iii) se reconhecer a vinculação de contrato de financiamento entre distribuidora de combustíveis e revendedor com um contrato de distribuição de combustíveis, de maneira que o inadimplemento obrigacional na relação de fornecimento poderia ser invocado como exceção do contrato não cumprido para se discutir a relação de crédito, (iv) se referendar a possibilidade de o descumprimento em uma relação de permuta ser usado como exceção do contrato não cumprido com efeitos que atingem a relação de arrendamento existente entre as mesmas partes, (v) para o reconhecimento da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar demanda relacionada ao direito de imagem de jogador de futebol, diante da relação de acessoriedade existente com o contrato de trabalho e

¹⁶⁰ Neste sentido: “O Tribunal de origem concluiu pela inexigibilidade do título exequendo, porque evidenciado nos autos que o contrato de confissão de dívida, consistente na obrigação de indenização de benfeitorias realizadas pelo antigo locatário, era coligado e subordinado ao contrato de locação do imóvel, de modo que a resolução deste levou à ineficácia do contrato de assunção de dívida. A conclusão do acórdão recorrido foi extraída a partir da análise das cláusulas contratuais e das circunstâncias fáticas do negócio, as quais revelaram que a assunção de dívida era um subcontrato e a locação um contrato-base, com coligação contratual, estando o primeiro subordinado ao segundo. Assim, a reforma do julgado demandaria a interpretação de cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado”. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 689.270/DF**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), Quarta Turma, julgado em 15/05/2018; dentre outros.

¹⁶¹ Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.141.985/PR**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 11/02/2014.

(vi) para se referendar a possibilidade de denúncia da lide em desfavor da instituição financeira em relação de fomento de crédito a cooperativa habitacional demandada pelo agente construtor que busca indenização por inadimplemento no contrato de mútuo apto a afetar os repasses da cooperativa em favor da construtora. Observe-se, respectivamente:

[...] no caso, há um elo direto nas obrigações pactuadas, cujos efeitos são totalmente interligados, havendo uma relação concertada entre a empresa de telefonia e a prestadora do "Disk Amizade" no tocante à disponibilização e cobrança dos serviços, sendo coligadas economicamente, integrantes de um mesmo e único negócio por ação conjunta, havendo conexão e entrelaçamento de suas relações jurídicas.¹⁶²

É imprescindível anotar que os contratos de compra e venda de bens móveis, tal qual o ora em questão, o qual foi viabilizado mediante o financiamento estabelecido com o agente financeiro, constituem ajustes coligados, de modo que o destino do primeiro determina a procedência do outro. Por conseguinte, em razão da força da conexão contratual e dos preceitos consumeristas incidentes na espécie - tanto na relação jurídica firmada com o fornecedor das cozinhas quanto no vínculo mantido com a casa bancária -, o vício determinante do desfazimento da compra e venda atinge igualmente o financiamento.¹⁶³

Com efeito, a unidade de interesses, principalmente econômicos, é destacada pela doutrina especializada como a característica fundamental para a identificação dos contratos coligados. [...] considerando que a finalidade das partes ao celebrar o contrato de financiamento, no caso concreto, era, em última análise fomentar a atividade principal de distribuição e revenda de combustíveis, mostra-se evidente a relação de interdependência entre os contratos, a ensejar a possibilidade da arguição da exceção de contrato não cumprido.¹⁶⁴

[...] um contrato feito para pagamento de outro está vinculado a este outro de modo indissociável, por mais que se queira negar esse laço, e se em um existe o inadimplemento, parece bem evidente que esse fato influi sobre o outro contrato, que dele era consequência e que pressupunha o pagamento do primeiro.¹⁶⁵

Gostaria de acentuar um aspecto que se observa nas relações entre os jogadores e os clubes esportivos no Brasil, especialmente os de futebol: uma maneira de pagar o salário ao atleta, sem os encargos da Previdência, de impostos e de eventuais indenizações, é cumular a remuneração do jogador com a renda auferida pelo uso da imagem, do nome, etc. Então, o que há é uma relação entre o clube e o jogador, em que este presta serviços como tal e ao clube é permitido usar – enquanto persistir essa situação - a sua imagem, o seu nome, o seu prestígio, que é um modo, também, de se ressarcir das despesas que tem. Mas, na verdade, trata-se de um contrato de trabalho em que está sendo remunerado o jogador, ou o prestador do serviço, por diversos modos, com diversas parcelas. Se é assim, então, o contrato principal é o contrato de trabalho. [...] Celebrados contratos coligados, para prestação de serviço

¹⁶² Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.141.985/PR**, cit..

¹⁶³ Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.127.403/SP**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 04/02/2014.

¹⁶⁴ Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 985.531/SP**, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (Desembargador convocado do TJ/RS), Terceira Turma, julgado em 01/09/2009.

¹⁶⁵ Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 419.362/MS**, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Rel. p/ Acórdão Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Quarta Turma, julgado em 17/06/2003.

como atleta e para uso da imagem, o contrato principal é o de trabalho, portanto, a demanda surgida entre as partes deve ser resolvida na Justiça do Trabalho.¹⁶⁶

A coligação contratual analisada a partir da causa ou função econômico-social dos contratos e reconhecida pelas instâncias ordinárias não pode ser revista por esta Corte Superior sem que se reinterprete cláusulas contratuais ou se reexamine fatos [...]. Existindo coligação entre os contratos firmados entre a CEF e a COHAB/BU, e entre esta e terceiros é de ser admitida a intervenção da CEF, com base no art. 70, III, do CPC/1973, por força das disposições contratuais, cabendo ao julgador, acaso vencida a COHAB/BU, julgar a denunciação da lide, momento em que deverá aferir, com base nas provas dos autos, a efetiva responsabilidade da denunciada perante a denunciante.¹⁶⁷

Este posicionamento hodierno, vale notar, guarda estrito alinhamento com o entendimento externado desde os primeiros casos nos quais se tratou do tema no âmbito do tribunal, oportunidade em que se dispôs:

Quando se cuida de contratos coligados, as circunstâncias do negócio é que determinarão quais as relações entre eles, e quando um não pode permanecer sem o outro, de modo que o descumprimento da obrigação de um possa influir também na conservação ou extinção do outro, desfazendo-se o negócio total.¹⁶⁸

Como consequência do reconhecimento da interdependência entre contratos nos quais há uma vinculação por unidade de interesses, o Superior Tribunal de Justiça igualmente considerou como inviável uma revisão individualizada e estanque de apenas um dos contratos, quando ele se ache unido a outros pela mesma função econômica. Excerto do julgado bem ilustra o entendimento:

[...] a interdependência, a conexidade ou a coligação dos contratos firmados pelas partes (cisão de empresa, acordo de acionistas e contrato de locação) resultam claras

¹⁶⁶ Superior Tribunal de Justiça. **Conflito de Competência nº 34.504/SP**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Segunda Seção, julgado em 12/03/2003. No mesmo sentido: Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Conflito de Competência nº 69.689/RJ**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Segunda Seção, julgado em 23/09/2009; e Superior Tribunal de Justiça. **Conflito de Competência 128.610/RS**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Segunda Seção, julgado em 22/06/2016.

¹⁶⁷ Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno no Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.669.226/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 01/07/2019. No mesmo sentido: Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 702.365/SP**, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE SCARTEZZINI, Quarta Turma, julgado em 23/05/2006; Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.045.811/SP**, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, julgado em 06/11/2012; Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.173.011/SP**, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, julgado em 17/12/2013; Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.669.229/SP**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 10/04/2018; e Superior Tribunal de Justiça, **Agravo Interno no Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.669.244/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 01/07/2019.

¹⁶⁸ Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 337.040/AM**, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Quarta Turma, julgado em 02/05/2002.

e evidentes, haja vista a unidade dos interesses representados, principalmente os de natureza econômica, constituindo esse plexo de avenças o que a doutrina denomina de contratos coligados. [...] Logo, embora possível visualizar de forma autônoma cada uma das figuras contratuais entabuladas, exsurge cristalina a intervinculação dos acordos de vontade assentados, revelando a inviabilidade da revisão estanque e individualizada de apenas um dos pactos, quando unidos todos eles pela mesma função econômica comum.¹⁶⁹

Recentemente, se analisou controvérsia sobre a extensão da eficácia do compromisso arbitral constante do contrato principal de abertura de crédito, a contratos de *swap* firmados entre as mesmas partes, em face da coligação negocial entre eles existente, se extraindo, do julgado, relevantes entendimentos:

Nos contratos coligados, as partes celebram uma pluralidade de negócios jurídicos tendo por desiderato um conjunto econômico, criando entre eles efetiva dependência.

‘A interpretação dos contratos coligados, em razão de comporem uma rede econômica unitária relacionada a uma causa concreta conexa, deve ser global, ou seja, os contratos coligados devem ser interpretados conjuntamente, com atenção especial para todas as circunstâncias da operação ou das finalidades e objetivos econômicos perseguidos pelas partes’.

Reconhecida a coligação contratual, mostra-se possível a extensão da cláusula compromissória prevista no contrato principal aos contratos de "swap", pois integrantes de uma operação econômica única.

No sistema de coligação contratual, o contrato reputado como sendo o principal determina as regras que deverão ser seguidas pelos demais instrumentos negociais que a este se ajustam, não sendo razoável que uma cláusula compromissória inserta naquele não tivesse seus efeitos estendidos aos demais.¹⁷⁰

Enfim, do posicionamento adotado nos casos acima descritos podem ser extraídas algumas assertivas a respeito do entendimento daquela Corte sobre a coligação contratual: (i) a conexão se faz presente quando se identifica um liame funcional e/ou econômico e/ou lógico entre os contratos, (ii) ao se discutir questões relacionadas aos contratos coligados,

¹⁶⁹ Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.206.723/MG**, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 17/05/2012.

¹⁷⁰ Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.639.035/SP**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado em 18/09/2018. Ainda sobre a extensão da cláusula compromissória em relações contratuais coligadas, oportuna a análise da posição de Elena Zucconi. Para a autora, a apreciação deve se dar, de modo geral, sob o aspecto volitivo, de modo que a uniformidade do juízo, ainda que apreciável, não pode ser invocada, por si só, para afastar o consentimento das partes, mesmo em se tratando de um agrupamento de contratos. Nesse sentido, a autonomia estrutural ínsita aos contratos coligados com partes distintas impediria a extensão automática dos efeitos da cláusula compromissória, havendo, portanto, de se aferir a efetiva vontade das partes em sujeitar seus conflitos a árbitros. FONSECA, Elena Zucconi Galli. **Collegamento negoziale e efficacia della clausola compromissoria: il leasing e altre storie**. Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, a LIV, n. 4, p. 1085-1127, dez. 2000. Milano: Giuffrè, 2000.

todos os participantes da cadeia contratual devem compor a lide, (iii) inviável se falar em revisão individualizada de um contrato, quando ele integra uma função econômica comum a outro, (iv) a interpretação deve abranger todos contratos que a integram, assim como o propósito negocial global, (v) pela gravitação jurídica, em um sistema de contratos coligados o contrato principal determina as regras que deverão repercutir nos demais instrumentos que a ele se ajustam e (vi) na presença da coligação, plenamente possível a extensão da cláusula compromissória, inserta no contrato principal, aos demais contratos integrantes do plexo¹⁷¹.

¹⁷¹ Por outro lado, embora estas características estejam firmes no posicionamento do tribunal sobre o tema coligação contratual, identificou-se um julgado no qual, apesar de a Corte reconhecer a consecução de um negócio econômico em comum entre aquelas partes, perseguido e viabilizado pela coligação dos contratos e que depende do cumprimento das obrigações contratuais de todos os envolvidos, no bojo dos respectivos ajustes, de tal modo que as partes de cada relação contratual possuem reciprocamente interesses jurídico e econômico quanto à perfectibilização dos ajustes como um todo, acabou-se pode decidir (i) que o equilíbrio econômico e financeiro desta relação negocial poderia ser considerado e revisto de maneira individualizada, sem se considerar o feixe contratual como um todo e (ii) que, neste contexto, poderia haver um litígio envolvendo apenas os contratantes em um elo desta relação contratual, sem que o outro elo (e correlatos contratantes) igualmente estivessem presentes (Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.519.041/RJ**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 01/09/2015). Parece-nos, entretanto, que, dada a orientação que se firmou no tribunal, se trata de caso isolado, incapaz reverter o posicionamento já consolidado.

7. CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA COLIGAÇÃO CONTRATUAL

7.1 CONCEITO DE COLIGAÇÃO CONTRATUAL

A definição de um conceito único para coligação contratual não é tarefa fácil. A diversidade de formas e a heterogeneidade de situações conferem peculiaridades, a cada caso, aptas atrair consequências funcionais e jurídicas próprias a cada um deles. Cada negócio jurídico tem seu suporte fático, seus elementos, seus efeitos. São diversas as situações que produzem um encadeamento contratual, que é um meio para a satisfação de determinados interesses. As dependências entre os contratos, por assim ser, são de muitas espécies¹⁷².

As coligações podem ter assento volitivo ou natural (ou até mesmo em ambos, conjuntamente), podem contemplar uma dependência unilateral ou recíproca entre os contratos, podem ser bilaterais ou plurilaterais. Às vezes a vinculação tem caráter de acessoriedade, por vezes, de dependência. Em outros casos, os contratos guardam recíproca importância. Nem a doutrina nem a jurisprudência foram capazes, até o momento, de definir um conceito comum. Não foram e certamente não serão.

De todo modo, coligação contratual pode ser sintetizada na ideia de um agrupamento de contratos distintos, cada qual com sua finalidade e autonomia estrutural, porém interligados por um nexó lógico-econômico-funcional¹⁷³ (*nexo funcional*) que lhes confere caráter de dependência unilateral ou recíproca, necessária à consecução de uma finalidade econômico-social própria do plexo. Os negócios têm razão de ser como um todo e, dependendo do grau de dependência entre eles, a validade e eficácia de um atingem a validade e eficácia do outro (ou dos outros). Atende-se, pelo agrupamento, não apenas à função

¹⁷² Nas palavras de Pontes de Miranda, as dependências são aquelas “sugeridas pelas necessidades da vida”. MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. cit., Tomo III. § 290, p. 249.

¹⁷³ Sobre autonomia estrutural e nexó finalístico entre os contratos, remete-se o leitor a: MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. cit. p. 127-134.

econômico-social individual¹⁷⁴, mas igualmente à função econômico-social do plexo de contratos¹⁷⁵.

Na coligação há um interesse de atuação conjunta que se satisfaz através de um negócio lastreado em distintos contratos unidos em sistema. Um interesse (pressuposto de funcionamento do sistema de relações jurídicas interdependentes) que não é contratual. Situa-se no plano da finalidade perseguida (*nexo finalístico*) com o plexo de contratos. A finalidade econômico-social transcende a individual de cada contrato e constitui a razão de ser da união¹⁷⁶.

Guardam relevo, portanto, a pluralidade de contratos e um nexo lógico-econômico-funcional entre eles, próprio ao atendimento de um propósito global, um resultado (= fim) econômico-social próprio. Os negócios jurídicos, individualmente falando, produzem (ou melhor, tendem a produzir) os efeitos que lhe são ínsitos, atendendo ao seu próprio fim, ao que se somam os efeitos jurídicos próprios da coligação, não representados pela mera soma dos efeitos individuais: “os negócios, na sua síntese, são produtores de consequências jurídicas que não coincidem com as de cada um deles, isoladamente considerados”¹⁷⁷.

Por outro lado, convém registrar, não se faz necessária a pluralidade de partes – pode-se ter uma coligação contratual tanto com as mesmas partes quanto com partes distintas – tampouco uma explícita manifestação de vontade à coligação, na medida em que o nexo entre

¹⁷⁴ Convém registrar, desde logo, que dada a variação de sentidos do termo ‘causa’, optou-se por empregar o termo ‘finalidade econômico-social’, referindo-se, assim, a um conceito finalístico. Sobre a diversidade de sentidos atribuídos ao termo, confira-se o apanhado feito por Vicente Ráo em **Ato Jurídico**. São Paulo: RT, 3º ed. 1994, p. 88-94.

¹⁷⁵ Para Lorenzetti, a análise dos grupos de contratos, sob o viés de sistema, deve partir da estratégia geral do negócio, que dá origem ao sistema e que se traslada ao contrato individual, em diversos elementos: a causa fim, a causa objetiva (i.e. a causa de cada contrato), o objeto e o consentimento. O sistema é distinto dos contratos que o integram; a causa do sistema (pelo autor denominada ‘causa supracontratual’) é distinta da causa de cada contrato. LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**. Tomo I. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 1999, p. 54. Lorenzetti emprega o termo ‘rede de contratos’, de uma forma geral, para se referir a agrupamento de contratos. É um termo que encampa, pela visão que se emprega neste estudo, distintas figuras. Ainda assim, mesmo sem a necessária distinção entre cada uma delas, nos parece que alguns conceitos apresentados pelo autor são aplicáveis, igualmente, às coligações.

¹⁷⁶ LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**. Tomo I. cit., p. 61-62.

¹⁷⁷ BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo I. cit., p. 298. Ainda sobre o ponto, Marino é preciso a respeito: “A partir dessa constatação [no sentido de que cada contrato desempenha a função que lhe é ínsita, mas igualmente atuam em prol do fim da coligação], abre-se caminho para considerar que, não obstante o nexo funcional e finalístico característico da coligação, cada negócio tende a produzir os efeitos que lhe são típicos. Por outro lado, tendo em vista não se tratar de mera soma de contratos, mas sim de uma síntese, verifica-se aqui o mesmo fenômeno existente na composição do texto de cada contrato, correspondente ao surgimento de efeitos irredutíveis aos contratos isoladamente considerados. Estes são os efeitos jurídicos próprios da coligação”. MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. cit. p. 134.

os contratos pode ser natural ou decorrer de uma vontade que se assente no simples propósito de consecução do negócio global (integrado pelos distintos contratos) sem que, no entanto, haja declaração expressa que reflita o *animus colligandi*.

7.2 CLASSIFICAÇÃO DAS COLIGAÇÕES

A doutrina tem classificado os contratos ligados dentro de critérios que ensejam o agrupamento de acordo com a fonte, a forma de dependência, a quantidade de partes, o aspecto temporal, a forma de estrutura, a finalidade, o grau de identidade dos contratos, a forma de identidade das prestações, etc. Parece-nos, entretanto, que os três primeiros aspectos são aqueles que guardam relevância aos fins a que se destina este estudo.

7.2.1 Quanto à fonte: natural ou voluntária

A lei regula vários casos em que os contratos, a despeito de distintos, ostentam interdependência¹⁷⁸. Trata-se da coligação que deriva da natureza ou da função de um ou demais contratos ligados. É o caso do contrato acessório em relação ao principal, do subcontrato em relação ao contrato base, do preliminar em relação ao contrato definitivo.

Há casos, por outro lado, em que a coligação não deriva da lei, tampouco da natureza acessória de um dos contratos. Com a união dos contratos buscam as partes a satisfação de um interesse mediante um encadeamento contratual, que se materializa por intermédio da atuação concertada de todos os contratos integrantes do agrupamento. Quer dizer, o laço de interdependência entre os contratos tem origem convencional, decorrendo diretamente do interesse das partes na consecução de negócio jurídico múltiplo, porém com caráter de unidade. Pela disposição de vontade das partes, cria-se o liame. Uma vontade que pode ser explícita, caso em que o vínculo decorre do próprio clausulado contratual, ou implícita, extraída da finalidade que as partes buscam alcançar com os contratos.

¹⁷⁸ Embora mesmo nestes casos o aspecto volitivo se faça presente, na exata medida em que a conclusão dos contratos emana da liberdade de contratar, a diferenciação é relevante, por representar fator apto a determinar não apenas a existência, mas a intensidade da coligação.

7.2.2 Quanto ao grau de dependência: unilateral ou bilateral

No primeiro caso (*dependência unilateral*) um exemplo claro é o subcontrato. Por ele se cria uma relação contratual subordinada e vinculada à primeira (o contrato base). Trata-se de dois contratos distintos, com contratantes distintos – não faria sentido dois contratantes segregarem parte do objeto de um contrato base para submetê-lo a outro contrato, vinculado ao primeiro – constituindo, assim, assim, o subcontrato, um negócio jurídico distinto. Representando, o objeto do subcontrato, a íntegra ou não do objeto do contrato base, é desse que aquele retira direitos, limitados e subordinados em seu exercício¹⁷⁹. Aquele corre a sorte desse¹⁸⁰. Estabelece-se, entre eles, uma relação hierárquica, de sobreposição e subordinação¹⁸¹.

A esse exemplo se soma o da relação entre contrato principal e acessório, de garantia. Acessório que é, ao contrato de garantia irradiam, como regra, os efeitos do contrato principal, e não o contrário¹⁸². Há uma posição de dependência em relação ao contrato principal, ainda que não haja uma subordinação de objeto. Há uma relação, como o próprio nome diz, de acessoriedade. Em ambos os casos, entre os contratos, nitidamente coligados, há uma dependência unilateral.

Entretanto, aqui se assenta um elemento de relevo, já que, ainda que fatores de comprometimento do contrato base ou do contrato principal interfiram, como regra, respectivamente, no subcontrato e no contrato de garantia, a situação inversa pode se mostrar presente. Nesse caso, a individualidade estrutural não impede que fatores relacionados à existência, validade e eficácia do subcontrato ou do contrato de garantia venham a atingir

¹⁷⁹ É o caso da relação locação / sublocação ou empreitada / subempreitada. Nesses casos, a relação primitiva não é modificada pelo surgimento da segunda relação. Entretanto, a despeito de o contratado permanecer como detentor de direitos, estes passam a ser exercidos de forma limitada, dado o surgimento do segundo vínculo, de modo que o subcontratado passa compartilhar (total ou parcialmente) os direitos do contratado. MARTINEZ, Pedro Romano. **O subcontrato**. Coimbra: Almedina, 1989, p. 119-120.

¹⁸⁰ NÉRET, Jean. **Le sous-contrat**. Paris: Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, 1979, p. 134-136.

¹⁸¹ MARTINEZ, Pedro Romano. **O subcontrato**. cit, p. 121.

¹⁸² Se o descumprimento é do contrato acessório, “a resolução concomitante do principal somente ocorrerá se impossibilitada sua prestação, ou tornada excessivamente onerosa – a exigir sacrifício anormal e desproporcionado ao devedor –, ou se eliminado o interesse do credor”. AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor...** cit., p. 144.

aqueles, caso em que o negócio jurídico ‘acessório’ passa a ostentar uma natureza essencial ao todo perseguido¹⁸³.

Já no caso de *dependência bilateral*, um contrato, como regra, depende do outro, condicionando-se, assim, os contratos, em sua existência e validade¹⁸⁴. Há um negócio jurídico que ‘se desmembra’ em contratos distintos visando à realização de uma operação econômica unitária e complexa. Neste caso e dependendo da intensidade da coligação, poderá se ter uma situação em que ‘A’ depende e não sobrevive sem ‘B’ e ‘B’ depende e não sobrevive sem ‘A’ por conta do fim perseguido com o agrupamento¹⁸⁵.

A diferença entre essa e aquela forma de dependência se assenta na reciprocidade ou não da dependência. Naquele caso, há uma espécie de subordinação de um contrato em relação ao outro, neste, uma dependência entre si. Lá, a função econômico-social pode ser atingida, em alguns casos (tal como nas relações de garantia), ainda que um dos contratos integrantes da coligação não se faça presente, aqui, a função econômico-social só pode ser atingida, como regra, com a conclusão e adimplemento de todos os contratos. Em suma, enquanto no primeiro caso qualquer fator de comprometimento de um dos contratos (término, resolução, resilição, denúncia, etc.) não afeta, como regra, o sistema de contratos, no segundo, a regra é inversa¹⁸⁶.

7.2.3 Quanto às partes: bilateral ou plurilateral

Conquanto os contratos coligados possam ter apenas dois centros de interesse (caso das relações bilaterais), a coligação pode igualmente compreender mais de dois centros de interesses (caso das relações plurilaterais). Nesse sentido, as coligações podem ser bilaterais (uma relação entre ‘A-B’) ou plurilaterais (uma relação entre ‘A-B-C’, ou entre ‘A-B’ e ‘B-C’, ou entre ‘A-B’ e ‘A-C’, ou entre ‘A-B’, ‘B-C’ e ‘C-A’, etc.).

¹⁸³ OPPO, Giorgio. **Contrato parasociali**. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1942, p. 78-79 e 82.

¹⁸⁴ GOMES, Orlando. **Contratos**. cit., p. 104.

¹⁸⁵ Ruy Rosado exemplifica: “Se os contratos coligados tiverem a mesma importância [i.e. dependência bilateral ou recíproca], a resolução de um atingirá o outro, se demonstrado que um não teria sido firmado sem o outro (sinalagma genético), ou que a impossibilidade de um determina a do outro (sinalagma funcional)”. AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor...** cit., p. 90.

¹⁸⁶ OPPO, Giorgio. **Contrato parasociali**. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1942, p. 80.

A distinção é relevante por dois pontos. Primeiramente, porque embora o caráter plurilateral não seja decisivo para a configuração de uma coligação contratual¹⁸⁷, a pluralidade de centros de interesse em que um ou mais contratantes figurem em um ou apenas alguns dos contratos nos parece que é, na medida em que representa fator de distinção entre unidade e pluralidade de contratos.

Somando-se a isso, o caráter bilateral ou plurilateral é de singular importância quando se avalia a relatividade contratual dentro das coligações. A aferição da irradiação dos efeitos entre os contratos integrantes da coligação não prescinde desta exata distinção, especialmente porque enquanto nas relações bilaterais as mesmas partes participam de todos os contratos, nas relações plurilaterais a multiplicidade pode ensejar a ausência de todos os contratantes em todos os contratos, podendo representar, assim, um fator de complexidade no redimensionamento da relatividade.

7.3 CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA COLIGAÇÃO

Coligações podem ter fontes, propósitos e enlaces distintos, levando, assim, a diferentes estruturas, cada qual com características e graus de intensidade próprios, ínsitos a cada relação negocial em coligação. Exatamente por tal razão, ainda que para estruturas que se assemelhem haja certa uniformidade de consequências, não seria exagerado afirmar que cada coligação contratual leva a consequências jurídicas individualizadas. Exemplifica-se.

Não há de negar que o contrato de garantia é coligado ao contrato principal. Como regra, o término desse leva ao término daquele. Dependendo do caso, entretanto, poderão as partes pactuar que o término do contrato de garantia atinge o contrato base, ou até mesmo as características do negócio poderão inviabilizar a continuidade do contrato principal, sem a garantia.

Outro exemplo característico de coligação contratual é o desmembramento de serviços de tecnologia da informação entre aluguel de produtos (*hardware*) e licenciamento (*software*). Como regra, aquele tem razão de ser neste, e vice-versa. De acordo com o suporte fático do negócio jurídico, inviabilizado o prosseguimento de um, inviabiliza-se o prosseguimento de outro.

¹⁸⁷ A exemplo dos contratos de associação.

Outra hipótese: duas partes ajustam a aquisição de determinado equipamento vinculada à prestação de serviços, pelo vendedor, como condição essencial de operação, dada a especificidade do item adquirido. Inadimplido o contrato de prestação de serviços, resta imprestável a aquisição, dada a impossibilidade do adquirente operar o equipamento. No mesmo caso, se a aquisição tiver sido financiada por agente financeiro vinculado ao fornecedor, o inadimplemento do contrato de prestação de serviços atinge o contrato de compra e venda e até mesmo o contrato de financiamento.

Um último exemplo. Ajusta-se a alienação de quotas sociais concomitantemente ao fornecimento, pelo vendedor, de insumos próprios à operação da companhia, como condição de abatimento do preço da própria companhia. Caso típico de contratos de execução imediata e diferida, respectivamente. Na hipótese de o adquirente inadimplir obrigações oriundas do contrato de fornecimento, não nos parece que tal fato levaria ao desfazimento da alienação das quotas sociais, de cujo contrato os efeitos já se produziram; se resolveria o caso, dada a especificidade, em perdas e danos.

As consequências jurídicas das coligações, como se vê, são distintas. Se dão em maior ou menor grau, com repercussões jurídico-sociais mais ou menos expressivas. Nesse sentido e sem qualquer pretensão de esgotar o tema – até porque soaria tarefa inglória, de difícil alcance –, se abordará adiante as principais delas, ultimando aferir, ao final, se, de acordo com a especificidade da relação, quando os contratos se veem inseridos no sistema próprio das coligações, o equilíbrio econômico e financeiro deixa de ser exclusivamente ínsito aos contratos individualmente falando, na medida em que pode envolver o plexo de contratos como um todo.

7.3.1 A interpretação dos contratos em coligação

A hermenêutica contratual pode ser descrita como o ato de apurar a singularidade do negócio jurídico de acordo com a manifestação de vontade, a finalidade esperada ao e do contrato, os usos e costumes, buscando-se, assim, extrair a real intenção consubstanciada na declaração, sob o olhar do contratante probro, correto e leal.

Interpretar é atribuir sentido a um texto, a um ato, ao silêncio. É deles extrair o que está explícito e o que não está. É compreender a extensão e a profundidade. É considerar o

momento, o local, os costumes, os agentes. A interpretação do negócio jurídico vai além¹⁸⁸. Não se limita a atribuir sentido; por ela se busca situações fáticas juridicamente relevantes¹⁸⁹. Pela interpretação se qualifica, se valora¹⁹⁰, “em relação o que é, o fato, e o que deve ser, o direito do caso, apontando às consequências dessa qualificação”, é dizer: toda interpretação é “compreensão e veículo para compreensão”¹⁹¹.

Contrato é um todo. Um conjunto com sentido próprio e, por assim ser, a interpretação do contrato não se dá apenas pelo que nele consta; há de se considerar o que igualmente está fora do instrumento, buscando todo o suporte fático do negócio jurídico¹⁹². Não se interpreta de forma atomizada, individualizada, isolada. A hermenêutica deve ser abrangente, sistemática e voltada à identificação dos elementos que justificaram sua celebração. Conforme COUTO E SILVA:

¹⁸⁸ “Para el observador totalmente extraño, lo declarado serán sonidos, manchas en un papel, gestos o maneras de obrar más o menos absurdas e incomprensibles; mientras no nos entiende, quedan para él en letra muerta y en actos sin sentido. Conocido o descubierto su significado, cobran vida y serán expresión de sentimientos, deseos, aspiraciones y mandatos. La interpretación jurídica tiene su especialidad, que la separa de la hecha por el filósofo, el historiador o el psicoanalista. La del negocio jurídico también se diferencia de la interpretación que se hace de la ley. Algo que nace como personal, individual, en general con líneas no del todo definidas (aspiraciones, deseos, esperanzas), ha de ser considerado como regla negocial, definida, concretada en un momento y con eficacia para el futuro”. BRAVO, Federico de Castro y. **El negocio jurídico**. cit., p. 73-74.

¹⁸⁹ “Situações de facto juridicamente relevantes são, muitas vezes, aquelas que constam de uma ou mais declarações, que estão dirigidas ao surgimento de consequências jurídicas (negócios jurídicos). Estas declarações, como todas as manifestações de opinião e vontade, carecem de esclarecimento. Mas as declarações jurídico-negociais não são só situações de facto a cuja presença a lei ligue determinadas consequências jurídicas, mas indicam, segundo o seu próprio conteúdo, que deve ter lugar esta ou aquela consequência jurídica”. LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. LAMEGO, José (trad.). 3º ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 419.

¹⁹⁰ Pontes de Miranda bem delineia a ideia: “Quando se interpreta o negócio jurídico, necessariamente se declara o ato volitivo e se procuram os seus limites e o seu conteúdo. O primeiro enunciado implícito é o da existência do negócio; portanto, do suporte fático a que correspondem regras jurídicas sobre negócios jurídicos. Depois, é o da sua validade. Finalmente, o da sua eficácia. Para se chegar às conclusões, tem-se de partir do exame do negócio para se saber se se fez negócio jurídico, mas, para isso, se tem de dizer qual a lei que o rege mesmo porque tal lei é a que rege a própria interpretação do negócio jurídico”. MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. Tomo XXXVIII. São Paulo: RT, 2012, § 4.189, p. 160.

¹⁹¹ MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado...** cit., p. 486.

¹⁹² Pontes de Miranda é preciso neste sentido: “A interpretação tem por objeto mostrar o conteúdo do que foi bilateralmente acordado, com o significado das manifestações de vontade e da conduta dos figurantes. Por outro lado, é de mister atender-se que não se interpreta o instrumento; interpreta-se o negócio jurídico que foi instrumentado. (...) Não só se interpreta o que consta do instrumento; também se interpreta o que está fora dele, porque o negócio é um todo [...]. Assim, a interpretação atende a todo o suporte fático do negócio jurídico, e não só ao teor conclusivo, às cláusulas e proposições restritivas ou dilatantes”. MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. cit. Tomo XXXVIII. § 4.202, p. 172. Digno de registro que os cânones de interpretação das convenções delineados por Pothier ainda se fazem vivos e norteiam a técnica. Para o cotejo, remete-se o leitor a POTHIER, Robert Joseph. **Tradado das obrigações**. Campinas: Servanda, 2002, p. 96-103.

[...] cuida-se de conferir justa medida à vontade que se interpreta – pois que o contrato não se constitui de duas volições uma de oferta de uma de aceitação, isoladamente, mas da fusão desses dois elementos – e de evitar-se o subjetivismo e o psicologismo a que se chegaria sem dificuldade, caso o interesse das partes não fosse devidamente considerado.¹⁹³

Tal como nos contratos isolados uma cláusula se interpreta pelas outras, e considera-se a totalidade, nas coligações contratuais um contrato se interpreta pelos outros, e pelo sistema como um todo. Há um suporte fático que ultrapassa as barreiras dos contratos individuais e abrange a relação contratual como um todo. Há um feixe de interesses e funções que se complementam e integram um conjunto¹⁹⁴.

Se é certo que a interpretação “fixa o conteúdo e reconstrói o significado das declarações e comportamentos”, visando a desenvolver “na sua essencial e lógica concludência, a fórmula da declaração ou a estrutura do ato (mesmo naquilo que não foi dito ou explicado), para dela deduzir a ideia mais apropriada” do negócio jurídico, que é “considerado como um todo unitário, a interpretar na sua totalidade”¹⁹⁵, sem que se admita uma separação, não menos certa é a colocação de que a exegese de uma pluralidade de negócios jurídicos atuantes de forma concertada e voltados ao atendimento de uma função econômico-social própria do plexo deve, necessariamente, considerar este todo. Ao se olhar para a unidade lógica e econômica do agrupamento de contratos em coligação, a interpretação sistemática ganha especial relevo¹⁹⁶.

Se um contrato foi estruturado ou é naturalmente dependente do outro, isto é, se há uma relação de interdependência (econômica ou funcional), o processo hermenêutico não pode se dar de forma isolada, até mesmo para se aferir a intensidade da coligação e a

¹⁹³ SILVA, Clóvis do Couto e. **A obrigação como processo**. cit., p. 33-34.

¹⁹⁴ É o que bem explicita Castro y Bravo: “La declaración de voluntad es donde, en el negocio, se manifiesta auténticamente la autonomía privada; y el negocio será aquel que se deduzca de la interpretación. De hecho, todas las cuestiones que se plantean respecto al negocio jurídico están tan íntimamente unidas a la interpretación, que la solución que se proponga para cada una de ellas condicionará el alcance de la interpretación y, a su vez, aquella resultará determinada pelo método adoptado para la interpretación. No solo referente al valor respectivo de voluntad y declaración, sino también lo relativo a la causa, si en ella se atiende a la finalidad social perseguida con el negocio”. BRAVO, Federico de Castro y. **El negocio jurídico**. cit., p. 74.

¹⁹⁵ BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico**. Tomo II. cit., p. 176.

¹⁹⁶ “El criterio sistemático es una consecuencia de la unidad lógica del contrato e impone la evitación o superación de contradicciones y antinomias y la determinación de las disposiciones de carácter principal frente a las accesorias. No solo entra en juego sólo en la relación de las diversas cláusulas de un mismo contrato, sino que puede y debe aplicarse también a la relación que varios contratos puedan tener dentro de una unidad negocial compleja, cuando todos ellos se celebren para conseguir una finalidad económica unitaria”. Díez-PICAZO, Luis. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. I. cit., p. 400.

capacidade, ou não, de mútua interferência¹⁹⁷. Não se pode ignorar esta interligação¹⁹⁸. Os contratos, individualmente falando, não foram criados tampouco estão a agir por si só, quer dizer, eles não se prestam, *per si*, a reger um regulamento de interesses. Este propósito é atendido pelo agrupamento resultante da coligação¹⁹⁹.

Da mesma forma que na interpretação dos contratos, individualmente falando, “indaga-se logo da vontade das partes e como estão neles escritas faz-se a interpretação da vontade de ambas”²⁰⁰, quando inseridos em sistema deve-se, igualmente, considerar a vontade das partes – que já se viu poder ser explícita ou não –, porém, olhando-se o todo²⁰¹.

Em determinados casos o entrelaçamento entre os contratos resta mais evidente; caso das coligações naturais ou quando as partes estipulam os contratos com cláusulas que tratam expressamente da coligação. Noutros, entretanto, não apenas a característica, como o próprio caráter de interdependência não restam tão evidentes, devendo o interprete, nestes casos, encontrar o nexo de ligação dos contratos no fim econômico-social perseguido pelas partes; análise em que a aferição do conteúdo decisivo do negócio guarda especial relevância, porquanto, “o sentido com que afinal há de vincular os contraentes, é que constitui o escopo

¹⁹⁷ Nesse sentido: “a interpretação contratual constitui premissa necessária para o reconhecimento da existência e para a determinação da intensidade da coligação contratual, o que no caso concreto se dá mediante a verificação do animus da casa bancária na construção da coligação e o proveito econômico por ela obtido, pois não obstante o nexo funcional característico da coligação contratual, cada um dos negócios jurídicos entabulados produz efeitos que lhe são típicos nos estritos limites dos intentos dos participantes”. Superior Tribunal de Justiça, **Recurso Especial nº 1.127.403/SP**, cit.

¹⁹⁸ Luciano de Camargo Penteado registrou: “Interpretar os contratos coligados de dependência bilateral, especialmente de modo isolado, sem considerar um em relação ao outro, ou ainda melhor, sem considerar a relação formada entre um e outro, no campo intra-eficaz, é perder de vista a possibilidade de que a causa de um deles influencie a causa do outro”. PENTEADO, Luciano de Camargo. **Redes contratuais e contratos coligados**. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio (Orgs.) *Direito contratual: temas atuais*. São Paulo: Método, 2007. p. 477-478. A esta posição se adiciona que a coerência da interpretação conjunta não fica adstrita aos casos de dependência bilateral, mas, igualmente, aos de dependência unilateral, já que, também nesses casos, a existência de um contrato decorre da existência do outro.

¹⁹⁹ “E cioè, quando ciò è necessario per non incappare in una falsa qualificazione e in una errata decisione, il giudice fa entrare in funzione – in modo, sia pure, crittотipico – l’unità della catena dei ‘contratti collegati’. Si conferma così che il contratto collegato non è um ‘regolamento di interessi’. É un frammento di regolamento. E il giudice, interpretando, non può considerare il contratto singolo, per ispirarsi all’ ‘equo contemperamento d’interessi’ dicui all’art 1371”. SACCO, Rodolfo. De NOVA, Giorgio. **Il Contratto**. Tomo I. cit., p. 88-89.

²⁰⁰ DANTAS, San Tiago. **Programa de direito civil**. Vol. II. Rio de Janeiro: Rio Sociedade Cultural, 1982, p. 163.

²⁰¹ Teyssié registra a necessidade de se colocar o contrato no seio do grupo ao qual pertence, buscando não apenas nele, mas igualmente no grupo, as informações necessárias a fim de se lhe interpretar corretamente, e ressalta: conquanto estas técnicas de interpretação ganhem complexidade, se auferem benefícios com o resultado da hermenêutica, que ganha em precisão. TEYSSIÉ, Bernard. **Les groupes de contrats**. cit., p. 209-211.

de toda a atividade interpretativa nos negócios jurídicos”²⁰². Por assim dizer, é o sentido do conteúdo negocial, em última análise, que “determinará os efeitos jurídicos que o negócio há de produzir”²⁰³, do que se extrai a necessidade de especial atenção ao fim do contrato.

A interpretação dos contratos coligados, como se observa, ganha contornos de complexidade. Eleva-se a intensidade da atividade hermenêutica por força das diversas problemáticas que podem se fazer presentes. Tal como na exegese dos contratos atípicos, o intérprete deve contar mais com as estipulações negociais que dão vida e materializam o negócio jurídico, do que com o direito dispositivo propriamente dito²⁰⁴. A isso se soma a influência, muitas vezes presente, de um tipo na interpretação de outro, levando ao enfraquecimento ou atenuação dos elementos próprios e característicos de determinado tipo. O processo interpretativo, nestes casos, acaba por resultar em um enlace entre o sentido próprio do tipo de referência e as estipulações atípicas levadas a efeito pelas partes²⁰⁵.

A propósito, aqui novamente a jurisprudência ostenta papel proeminente. Além de a construção da teoria dos contratos coligados também se respaldar na evolução e consolidação de entendimento judicial, há casos cuja massa crítica de decisões confere maior grau de segurança – às vezes até uma presunção – a respeito da presença da coligação²⁰⁶.

Nesse sentido, além da aplicação das regras gerais de hermenêutica, nas relações contratuais em que se busque apurar eventual existência de coligação, assim como o grau de sua intensidade, três elementos ostentam singular representatividade: (i) compreensão do negócio jurídico como um todo, ou seja, a função econômico-social global, (ii) o caráter volitivo das partes, do qual se pode extrair elementos não expressos nos contratos e (iii) o fim concreto, de maneira a se aferir a que, efetivamente, o agrupamento de contratos serve.

²⁰² MIRANDA, Custodio da Piedade Ubaldino. **Teoria geral do negócio jurídico**. São Paulo: Atlas, 1991, p. 135.

²⁰³ MIRANDA, Custodio da Piedade Ubaldino. **Teoria geral do negócio jurídico**. cit., p. 135.

²⁰⁴ VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Contratos atípicos**. cit., p. 379-380. Registra o autor, ainda, que a importância relativa da estipulação é inversa nos contratos típicos e nos atípicos, na medida em que enquanto naqueles, a “declaração negocial serve para completar ou para alterar o modelo regulativo típico”, nestes “serve para constituir o próprio modelo regulativo”; conceito que em muito se aplica aos contratos coligados.

²⁰⁵ VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Contratos atípicos**. cit., p. 381.

²⁰⁶ É o caso, por assim dizer, de coligações *socialmente* típicas, como na coligação entre contrato de venda para consumo e de financiamento, entre contrato de trabalho de atleta e de uso da imagem, entre comodato de equipamentos e fornecimento de combustíveis, dentre outros. O reconhecimento jurisprudencial das coligações e a interpretação judicial dos efeitos delas decorrentes foram tratados no Capítulo 6 (‘O reconhecimento judicial da teoria’).

7.3.2 O princípio da relatividade e seu redimensionamento

Do conceito de negócio jurídico emana a ideia de que, como elemento próprio da manifestação de vontade, voltado ao regramento dos próprios interesses, não pode ele gerar direitos ou impor obrigações àqueles que do negócio não participam. Os efeitos do contrato, portanto, devem estar adstritos, como regra, à esfera jurídica das partes (*efeitos inter partes*). Há ocasiões, entretanto, que eficácia do contrato não se limita às suas partes, caso em que podem surgir efeitos em decorrência das situações ou relações produzidas pelo próprio contrato (*efeitos perante terceiros*)²⁰⁷.

Coligação contratual traz implícita a ideia de pluralidade de contratos. Assim, mesmo que determinados contratantes sejam partes em todos os contratos deste agrupamento, está-se a falar de negócios jurídicos distintos, ou seja, diferentes esferas de interesse. Somando-se a isso, as coligações contratuais podem contemplar estruturas em que nem todas as partes da coligação sejam partes em todos os contratos.

Embora, em regra, os efeitos de cada contrato estejam limitados às suas partes, no âmbito das coligações não se pode conceber a ideia de isolamento, em que determinado contrato, inserto em uma operação global com finalidade própria seja considerado de forma atomizada.

Enquanto os contratos, em coligação, mantêm uma autonomia estrutural, mas existem e atuam em prol de uma função econômico-social global²⁰⁸, seus efeitos acabam por se projetar para além de suas fronteiras (i.e. dos limites daquela relação jurídica propriamente dita). Adentrando ao sistema de contratos, os efeitos de um contrato passam a ‘interagir’ com os efeitos dos demais negócios jurídicos e, por vezes, complementá-los²⁰⁹.

²⁰⁷ DÍEZ-PICAZO, Luis. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. I. cit., p. 419.

²⁰⁸ Nas palavras de Lorenzetti, “El interés en la conexidad no es intracontratual, sino supracontratual, se sitúa más allá del contrato, en el plano de la finalidad perseguida; los contratos son un instrumento para la realización del negocio global o del sistema ideado”. LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**. Tomo I. cit., p. 61.

²⁰⁹ Esta constatação emana da separação dos planos estrutural e eficaz dos contratos: “Se dado negócio jurídico contratual possui um aspecto estrutural diverso de seu caráter de eficácia, é possível constatar que a inserção desse mesmo negócio jurídico em um contexto de coligação traz repercussões diversas para cada um desses planos. No que se refere ao aspecto estrutural, ele permanece íntegro e autônomo, como se expôs. Quanto ao elemento eficaz, há uma remodelação a partir da interação com os demais contratos integrantes do sistema”. FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 235-236. Judith Martins-Costa vai além: não se trataria, nestes casos (onde há um vínculo funcional ou finalístico), da eficácia de um contrato sobre terceiros, no sentido de alguém que está fora da relação contratual, mas de expansão da eficácia de um contrato em outro, ou em outros contratos. Segundo a autora, “nesses casos a consideração da eficácia de um contrato na esfera jurídica de terceiros ou em outros

Por assim dizer, nas coligações contratuais os efeitos próprios de cada contrato convivem entre si, se ajustam e, conforme o caso, se complementam. Como consequência, ainda que todas as partes integrantes da coligação não se vinculem contratualmente, estão elas vinculadas juridicamente²¹⁰; situação que impede um absoluto isolamento no plano eficaz e da qual emanam deveres às *partes da coligação*, ainda que não sejam *partes do contrato*²¹¹.

Isto é decorrência da característica de sistema, das coligações contratuais. Sistema, conjunto de elementos individuais, que não existe e, conforme o caso, não funciona em sua plenitude, sem a atuação conjunta e concertada de todos. Aos deveres principais, secundários e de proteção entre as partes de cada contrato, portanto, se somam deveres relativos ao sistema que os contratos formam e integram²¹², sendo lícito afirmar que além das obrigações ordinárias das relações contratuais, as partes ainda devem atender a determinadas obrigações supracontratuais, necessárias ao apropriado funcionamento da coligação²¹³.

contratos firmados em vista de um mesmo fim está na continuidade e na interferência entre esferas de interesse, que se congregam, em múltiplas esferas na vida de relações contratuais, por forma a impor aos gestores “das esferas contíguas” limites internos que, na convivência ordenada e civil, descendem da socialidade”. MARTINS-COSTA, Judith. **Novas reflexões sobre o princípio da função social dos contratos**. Estudos de direito do consumidor. VI. 7. Nov-2005. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra: 2005, p. 103.

²¹⁰ Esta ideia se aproxima do racional desenvolvido na doutrina civilista francesa sobre a distinção de dois conceitos: ‘relativité’ e ‘opposabilité’. Distinguindo-se da relatividade, a oponibilidade indica a projeção de efeitos externos do contrato em relação a terceiros, ‘alheios’ ao negócio jurídico, porém não estranhos aos seus efeitos (“L’opposabilité est un phénomène général qui tend à faire reconnaître l’existence du contrat par les tiers car si ces derniers étaient autorisés à le méconnaître il ne pourrait pratiquement pas atteindre à l’efficacité, même entre les parties”). Jacques Ghestin bem elucida o conceito: “Les contrats, nous l’avons vu, sont opposables aux tiers. Entre les parties la force obligatoire du contrat implique a fortiori son opposabilité. Les contrats sont donc opposables aux tiers comme aux parties. Quant à la force obligatoire du contrat une importante distinction doit être faite entre les parties et les tiers. Les parts sont, par définition et nécessairement, créanciers ou débiteurs en vertu du contrat, elles en subissent la force obligatoire et peuvent s’en prévaloir. En ce qui concerne les tiers le principe est en revanche qu’ils ne sont créanciers ni débiteurs en vertu du contrat. Ce principe comporte toutefois des exceptions, ce qui ne permet pas de faire coïncider la distinction entre parties et tiers, d’une part, et celle entre effet obligatoire et opposabilité du contrat, d’autre part. Certains tiers, en effet, peuvent exceptionnellement devenir créanciers ou débiteurs en vertu du contrat. Il en est ainsi [...], des tiers bénéficiaires d’une stipulation pour autrui, des tiers qui peuvent bénéficier d’une action directe en vertu du principe de justice commutative et, enfin, lorsque l’acquisition de la qualité de créancier ou de débiteur est la condition nécessaire de la pleine efficacité de l’opposabilité du contrat”. GHESTIN, Jacques. **Traité de droit civil sous la direction de Jacques Ghestin**. Paris: Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, 1994, p. 411 e 417.

²¹¹ FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 252. Díez-Picazo fala em uma ‘eficácia reflexa’ do contrato na esfera de terceiros quando um contrato repercute na órbita alheia em decorrência de um fenômeno de conexão entre relações jurídicas distintas. Esta eficácia não teria o contexto de incidência, mas sim, de repercussão, na medida em que representa a ideia de produção de um efeito posterior ou de segundo grau. DíEZ-PICAZO, Luis. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. I. cit., p. 427-428.

²¹² É o que Lorenzetti denomina ‘deveres colaterais sistemáticos’. LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**. Tomo I. cit., p. 55, 70-71.

²¹³ FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 255.

Tal situação não representa, entretanto, que todos elementos decorrentes do plano eficaz passam a atingir, indistintamente, todas as partes da coligação, além das próprias partes dos contratos. Aquelas obrigações próprias da relação *inter partes* e voltadas ao adimplemento (que são denominadas o núcleo duro do contrato), mantêm-se restritas às partes dos contratos.

Os credores e os devedores nas relações obrigacionais continuam sendo aqueles tal como individualmente, em cada contrato, se definiu. A projeção (ou repercussão) que se está a tratar diz respeito aos efeitos externos de cada contrato e aos elementos supracontratuais, aqueles deveres sistêmicos, voltados à preservação e ao bom funcionamento do feixe de contratos, dos quais emana, logicamente, mediante legítimas razões para tanto, a possibilidade de uma parte da coligação reivindicar o fiel cumprimento obrigacional de outra parte da coligação, ainda que não sejam contratantes diretamente entre si²¹⁴.

Observa-se, neste sentido, mediante a separação dos planos estrutural e eficaz dos contratos, que cada um desses planos sofre consequências distintas quando o negócio jurídico se ache inserido em uma coligação. Conquanto no aspecto estrutural não se possa falar em alterações, o aspecto eficaz passa por uma reconfiguração em decorrência da interação com os efeitos dos demais contratos que orbitam no mesmo sistema, de modo que, ainda que os efeitos internos permaneçam inalterados, os efeitos externos ganham novos contornos pela própria natureza da relação jurídico-social. É dizer: “a relatividade contratual incide de forma absoluta no âmbito estrutural e de maneira amplamente mitigada no que se refere ao aspecto eficaz”²¹⁵.

Tudo isso não significa que terceiros (parte da coligação, mas não parte em determinado contrato) deixem de ostentar esta qualidade. Trata-se, diferentemente disso, do alcance, a este terceiro, de determinados efeitos dos negócios jurídicos por ele não integrados, por conta da relação jurídica estabelecida com o agrupamento de contratos. São, precisamente, o nexo funcional entre os contratos e o fim global da coligação que permitem a projeção de determinados efeitos a esses terceiros (i.e. não parte em determinado contrato, mas parte da coligação), assim como sua sujeição aos efeitos que emanam do feixe contratual; uma figura com conteúdo material e eficaz próprio.

²¹⁴ FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 264.

²¹⁵ FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 235-237.

É inegável que determinados negócios jurídicos, tal como os estruturados nas coligações contratuais, possuem características que levam a que efeitos repercutam na esfera jurídica de terceiros, sendo apropriado afirmar que o conceito de relatividade assentado nas premissas do postulado clássico (livre manifestação da vontade e autodeterminação) tem sido redimensionado²¹⁶.

Há, entre as *partes do contrato*, os efeitos imediatos de cada relação contratual, ao passo que, em relação às *partes da coligação*, sujeitam-se elas aos efeitos imediatos do agrupamento e mediatos dos contratos. A diferença é que, enquanto as partes do contrato estão sujeitas aos seus efeitos pela própria posição que ocupam, as partes da coligação passam a se sujeitar aos efeitos externos dos contratos que integram o agrupamento porquanto assumem uma posição jurídica que lhes reconfigura a impermeabilidade do status de terceiro²¹⁷.

7.3.3 A presença de elementos supracontratuais, o caráter de interdependência – liame lógico, econômico e funcional – e os efeitos no plano da validade e eficácia

Os contratos, nas relações coligadas, são estruturados intencionalmente ou impostos pela lei, como um todo. Um depende do outro, buscando, assim, atender a uma individualidade própria²¹⁸. Há uma unidade econômica ou funcional que apenas se viabiliza, dependendo do caso, por intermédio da conclusão e execução de mais de um contrato. Há uma lógica na atuação concertada. Os contratos são imbricados de modo que a prestação de um tem razão de ser na prestação de outro. É desse contexto que se extrai a *razão concreta* do

²¹⁶ FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 262 e 266.

²¹⁷ Para uma análise da relatividade em coligações contratuais no âmbito da *common law*, remete-se o leitor a ADAMS, John N. BROWNSWORD, Roger. **Privity and the concept of a network contract**. Legal Studies. Vol. 10. Issue 1. March 1990. p. 12-37; e WHITAKER, Simon. **Contract networks, freedom of contract and the restructuring of privity of contract**. In: CAFAGGI, Fabrizio. Contractual networks, inter-firm cooperation and economic growth. p. 179-197. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar Publishing, 2011. John Adams e Roger Brownsword se posicionam (no âmbito da *common law*) no sentido de que entre as partes integrantes de uma rede contratual a relatividade contratual simplesmente não deveria se aplicar, operando, assim, tão somente em relação a terceiros à própria rede. Simon Whitaker, por seu turno, enfatiza a preponderância da relatividade.

²¹⁸ GOMES, Orlando. **Contratos**. cit., p. 104.

feixe de contratos²¹⁹. Mantém-se a razão de ser de cada um dos contratos, mas exsurge a razão de ser da coligação²²⁰.

Há, nesse passo, de se diferenciar as consequências jurídicas de acordo com a forma de agrupamento contratual. Ao longo deste estudo já se abordou a existência de formas distintas de agrupamento contratual, desde aquela união instrumental (ou *meramente externa*, de acordo com a classificação de ENNECCERUS), até a coligação propriamente dita, que pode ter dependência unilateral ou bilateral.

A forma de agrupamento e o grau de dependência entre os contratos trazem como decorrência direta a variação das consequências jurídicas que delas emanam. Enquanto na união meramente instrumental se está a falar de um simples e ocasional agrupamento de contratos, sem que deste agrupamento se extraia um elemento comum (i.e. um fim global) e, portanto, a existência, a validade e a eficácia de um dos contratos dizem respeito tão somente a ele mesmo, sem qualquer chance de atingir ao outro, na coligação contratual propriamente dita a situação é distinta.

Na coligação com dependência unilateral, via de regra, apenas um contrato corre a sorte do outro, de modo que o contrato principal rege e vincula ao outro. Assim se faz em relação à existência, à validade e à eficácia. Assim se faz, igualmente, em relação às regras do tipo contratual. Nesta relação há uma “absorção pelo tipo principal dos caracteres essenciais do tipo secundário, de modo que, em geral, serão as regras do tipo principal, à falta de norma específica para o tipo acessório, que regerão a sua disciplina jurídica”²²¹, traduzindo-se assim, pela absorção, a unidade da operação.

²¹⁹ “Abandonada a referência à causa típica, como função abstrata do negócio, é necessário antes reconhecer na causa a razão concreta do contrato. Em tal sentido, é decisivo observar que a noção de causa como função prática do contrato pode ter relevância somente quando se determine a função que o contrato singular está dirigido para atuar. Ora, com respeito ao contrato concreto, o que importa saber é a função prática que as partes efetivamente atribuíram ao seu acordo. Pesquisar a efetiva função prática do contrato quer dizer, precisamente, pesquisar o interesse concretamente perseguido. Não basta, isto é, verificar se o esquema usado pelas partes é compatível com um dos modelos contratuais, mas é preciso pesquisar o significado prático da operação com relação a todas as finalidades que - ainda que tacitamente - integraram o contrato”. BIANCA, Cesare Massimo. **Diritto Civile: il contratto**. Vol. III. cit., p. 452-453.

²²⁰ “Assim, podemos ver a causa de cada contrato que integra a rede e a causa da rede”. PENTEADO, Luciano de Camargo. **Redes contratuais e contratos coligados**. cit., p. 473 e 482.

²²¹ PENTEADO, Luciano de Camargo. **Redes contratuais e contratos coligados**. cit., p. 478.

Já nas coligações com dependência recíproca, geralmente a vinculação é tamanha que um contrato não sobrevive sem o outro²²². Não há, convém registrar, a extensão imediata de efeitos, de modo que a nulidade de um contrato representa, por si só, a nulidade dos demais, ou a anulação de um leve à anulação do outro, ou o inadimplemento de um represente o inadimplemento de outro²²³. Há de se avaliar, caso a caso, se as razões que levam à nulidade ou à anulação de um, igualmente se fazem presentes nos outros, e se o inadimplemento de um *inviabiliza* o adimplemento do outro. Não há, por assim dizer, *extensão* ou *irradiação* de efeitos, mas sim, conforme o caso, o término de um contrato leva ao término dos outros, em último grau, pela superveniente perda de objeto por conta do comprometimento do fim econômico-social perseguido pelo agrupamento de contratos.

Assim, ainda que fatores intrínsecos ou extrínsecos a cada contrato venham a comprometê-lo, ou a inviabilizar sua execução, há de se atentar ao propósito global do agrupamento a fim de se aferir a viabilidade, ou não, de atingimento do fim global, mesmo com o término de um dos contratos. Embora, como regra, nas relações com dependência bilateral a resposta seja negativa, não há como se prescindir de tal análise em observância ao princípio de preservação dos contratos.

Além disso, diferentemente da coligação com dependência unilateral, aqui não há um contrato preliminar e um contrato principal, um contrato base e um contrato acessório. Nesse caso, não há um tipo principal e um tipo secundário. A relação é de igual representatividade dentro do agrupamento²²⁴, não havendo, por tal razão, a absorção das regras de um tipo contratual, por outro. Além de demandar do intérprete diferenciado trabalho, exige-se com mais vigor das cláusulas gerais, como parâmetros norteadores e integrativos das disposições contratuais²²⁵.

²²² Pontes de Miranda é enfático a respeito: nos casos de dependência bilateral, qualquer “terminação, resolução (ou resilição), denúncia, ou novação de um dos negócios jurídicos importa em terminação, resolução (ou resilição), denúncia, ou novação do outro. A própria decretação de nulidade ou a anulação de um *atinge* o outro”. MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. cit., Tomo III. § 289, p. 249-250.

²²³ Esta posição, temperada, nos parece a mais acertada. Assim se posiciona, também, Vincenzo Barba em: **La connessione tra i negozi e il collegamento negoziale: parte seconda**. Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, a. LXII, n. 4. dez. 2008. Milano: Giuffrè, 2008, p. 1186-1187.

²²⁴ Logicamente, não se está a tratar de elemento comparativo em relação à abrangência do objeto de cada contrato, mas sim, da representatividade de cada objeto, dentro da operação global, de modo que desaparecendo um dos contratos, os demais se tornam inúteis.

²²⁵ “Não se trata, propriamente, de criar direito, de criar uma solução jurídica *ad hoc* para um problema isolado, mas antes de concretizar princípios, cláusulas gerais ou *standards*, e de construir, ou desconstruir, a disciplina contratual, nunca deixando de ter em mente que essa concretização é feita sempre a partir do próprio contrato e

Em ambos os casos, convém registrar, o princípio da preservação do negócio jurídico se faz igualmente presente. Não se afasta tampouco se mitiga sua incidência nas relações contratuais coligadas. Releva diferenciar, tão somente, o fato de que nos casos em que se materialize o término de um dos contratos, esta situação pode atingir aos demais contratos integrantes da coligação, levando aos correlatos términos, se e quando com o desaparecimento de um contrato se inviabilizar a consecução da operação global, ou se o término de um impossibilitar o adimplemento do outro, ou se com o término de um alguma das outras prestações se tornar excessivamente onerosa, ou ainda, quando o término de um esvazie o interesse que o credor tenha no outro²²⁶, esvaziando-se, assim, a utilidade da prestação do próprio sistema de contratos²²⁷.

Por outras palavras, fatores de comprometimento de um contrato ficam a ele restritos. A princípio, não há sua propagação de um contrato a outro (no sentido de contaminação), e assim sucessivamente, até que se finde a coligação como um todo. As regras, não apenas da relatividade, mas igualmente da preservação do negócio jurídico, levam a que elementos que comprometam a validade e eficácia fiquem adstritos ao negócio jurídico que lhe é ínsito²²⁸. O que se deve observar, pois, é a possibilidade ou não daquela relação global persistir, mesmo com a perda de um dos contratos que a compunha; condição diretamente decorrente da intensidade da coligação²²⁹.

atentas as circunstâncias do caso, num processo de interpretação complementadora”. VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Contratos atípicos**. cit., p. 239.

²²⁶ AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor...** cit., p. 89-90.

²²⁷ Obrigação se adimple no interesse do credor. Como consequência, se lhe assiste o direito de exigir que a prestação se dê tal como se convencionou. O conceito de inutilidade, entretanto, ganha contornos especiais nas coligações contratuais, na medida em que seu espectro é alargado. Não se fala apenas em inutilidade proveniente de uma relação contratual singular, mas passa-se a considerar a inutilidade da prestação remanescente quando ela não mais corresponde ao fim econômico-social do sistema de contratos. Sobre o ponto, a propósito, da relevância do interesse do credor no caso de um dos contratos da coligação ver-se terminado (sob a ótica de inutilidade da prestação remanescente), oportuna a leitura de ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das obrigações e suas consequências**. São Paulo: Editora Saraiva, 1972, p. 5 e 54-55.

²²⁸ DÍEZ-PICAZO, Luis. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. I. cit., p. 467.

²²⁹ Tema tratado no Capítulo 7.2, supra (‘Classificação das coligações’).

8. FIGURAS LIMÍTROFES

É vasta a quantidade de figuras derivadas do agrupamento de contratos. Somando-se a isso, cada corrente doutrinária emprega conceitos próprios e os estudiosos do tema, por seu turno, criam distintos critérios para qualificar, denominar e ordenar estas figuras. Como consequência, observa-se uma verdadeira miríade conceitual e terminológica. Por outro lado, há contratos cujas características são limítrofes a determinadas particularidades das coligações contratuais.

Neste sentido e sem qualquer pretensão de eliminar todas as arestas próprias da evolução doutrinária, soa razoável, ao menos, se distinguir algumas estruturas afins daquela que, efetivamente, se enquadra no conceito de contratos coligados.

8.1 REDES CONTRATUAIS

A diferenciação entre as redes contratuais e os contratos coligados se assenta em três principais elementos característicos das redes: (i) não há uma função econômico-social global, propriamente dita, (ii) não chega a existir um sistema de contratos com interdependência e função própria, com a intensidade que ocorre nas coligações, embora haja uma atuação concertada e um interesse – ainda que implícito – de usufruir do agrupamento e (iii) a invalidez ou a ineficácia de um dos contratos não externa efeitos aos demais, não comprometendo, via de regra, a própria rede. São, portanto, “relações jurídicas individualizadas, mas unidas pela finalidade de cooperação ao redor de um interesse”²³⁰ inerente à manutenção de um grupo, de cuja existência emana a noção de sistema.

Neste sentido, apesar de na rede cada contrato guardar sua função e poder conviver sem o outro, há uma sistematicidade no sentido de atuação coordenada e em prol do funcionamento conjunto. Ainda que cada relação contratual implique efeitos diretos a si mesma, os deveres contratuais ganham relevo²³¹ na exata medida em que o adimplemento em

²³⁰ LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. cit., p. 200.

²³¹ Lorenzetti fala em obrigação de contribuir à manutenção do grupo (ou sistema), dever de colaboração interna e de coordenação, na medida em que, a despeito de serem contratos distintos, o mau funcionamento das relações contratuais individualizadas pode levar ao mau funcionamento da rede, levando ao seu colapso. O ‘interesse’ dos titulares das relações individuais na continuidade do sistema seria a *vis attractiva*. Temperado o uso do termo ‘obrigação’, eis que de obrigação contratual não se pode falar, nos parece que a ideia tem propriedade ao se analisar as relações nas associações de moradores, nos consórcios, nas redes de franquias, etc.; esferas em que,

cada elo contratual beneficia, indiretamente, a própria existência da rede e o rompimento do equilíbrio dos sinalagmas pode ter repercussão para além da esfera direta de interesses dos contratantes, enquanto fator de possível desequilíbrio na rede²³².

A rede de contratos geralmente está relacionada à contratação empresarial de volume, na qual há um contratante ao qual se ‘conectam’ os demais contratantes. Os contratos são do mesmo tipo ou ao menos similares, como operações econômicas padronizadas e reiteradas, atuando de forma organizada²³³. É aberta, no sentido de permitir a entrada e saída de contratos, sendo, portanto, divisível. Não há necessariamente simultaneidade ou sucessão temporal coordenada nas contratações. É o que ocorre nos contratos de franquia, de consórcio, de rede de distribuição, de seguro saúde, de credenciamento de estabelecimentos nas administradoras de cartão de crédito.

8.2 CADEIAS DE CONTRATOS

Nas cadeias de contratos, diversamente das redes contratuais, não há um agente contratante central, ao qual se ‘conectam’ os demais contratantes, tampouco o propósito de se beneficiar da existência e continuidade da rede. Neste caso, há uma sucessão coordenada de enlances contratuais, geralmente também no aspecto temporal. Poderia se definir como uma estrutura linear, vertical e heterogênea de contratos²³⁴.

É o caso, por exemplo, dos agentes atuantes em distintas fases de um processo produtivo ou de prestação de serviços, como usualmente ocorre no processo produtivo da indústria automobilística ou alimentícia, assim como nas operações de financiamento de larga

apesar da grande variação do grau de impacto das relações individuais dentro do todo, o risco sistêmico é de fato presente. LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. cit., p. 199-202.

²³² Exemplo concreto desta capacidade da relação individual impactar o grupo é identificado nas relações de seguro saúde. Surgido um aumento de sinistralidade de tal expressão que as relações individuais não comportem a necessária adequação, o balanceamento do equilíbrio passa a atingir o grupo como um todo. Ou o equilíbrio é atingido graças ao esforço de todos os contratantes, ou o sistema de contratos, em último grau, colapsa.

²³³ PENTEADO, Luciano de Camargo. **Redes contratuais e contratos coligados**. cit., p. 479.

²³⁴ Para materializar as características próprias de cada estrutura e diferenciar a cadeia da rede de contratos, Lorenzetti emprega a figura metafórica da evolução dos empórios gerais. Inicialmente os ‘armazéns’ vendiam toda sorte de produtos, recebidos diretamente de produtores específicos para cada produto. Em dado momento passaram a existir intermediários que revendiam os produtos ao ‘armazém’, ainda recebidos diretamente dos produtores específicos, até que se chegou à estrutura com multiplicidade de produtores e distribuidores para cada produto. No segundo momento evolutivo havia um enlace sucessivo de contratos (*a cadeia contratual*) ao passo que no terceiro momento, deixa-se a figura da cadeia de lado, que passa a ser substituída pela atuação conjunta e de forma simultânea de diversos agentes (*a rede contratual*). LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**. Tomo I. cit., p. 43.

escala, na atividade de cartão de crédito, na cadeia de resseguros ou no sistema de telefonia móvel.

8.3 CONTRATOS COMPLEXOS E CONTRATOS MISTOS

Negócios jurídicos podem ser únicos ou plúrimos, unitários ou complexos. Unidade instrumental não implica, por si só, unitariedade de negócio jurídico²³⁵.

Diz-se que são únicos os negócios jurídicos “quando as suas disposições constituem um todo indissociável, não se podendo separá-las em partes distintas sem descaracterizá-lo”²³⁶; característica que se aplica tanto aos casos de um único negócio jurídico, quanto àqueles em que se reúnem negócios jurídicos distintos, típicos ou não, desde que a ele (ou a eles) se atribua uma especificidade única, identificável pela existência de um só fim específico²³⁷. Quer dizer, havendo elementos de um ou distintos tipos de negócios jurídicos, porém “subordinados à especificidade preponderante e ao fim comum do negócio jurídico”²³⁸ haverá negócio jurídico único, que pode ser, de um lado, unitário, de outro, complexo ou misto.

A contrário senso, haverá pluralidade na presença de dois ou mais negócios jurídicos (novamente, típicos ou não), mas cada um com sua especificidade própria. Guarda relevo, assim, o fato de se tratar de mais de um negócio jurídico, com pluralidade (= não unidade) de especificidade própria:

A diferença entre unidade e a pluralidade de negócios jurídicos, como se vê, não diz respeito ao número de negócios, que podem ser vários em ambas as espécies, mas reside na unidade ou pluralidade da especificidade própria e ao fim comum dos negócios. Se há preponderância da especificidade própria de um deles, à qual todos os negócios a ela são subordinados, existe unidade. Se cada qual tem a sua especificidade própria, o caso é de pluralidade.²³⁹

²³⁵ Pontes de Miranda alerta para a necessidade de se distinguir “a *forma* do negócio jurídico e o *instrumento* em que se enforma o negócio jurídico”. MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. cit. Tomo III. § 284, p. 239.

²³⁶ MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. cit., p. 213.

²³⁷ MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. cit., p. 213.

²³⁸ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. cit., Tomo III. § 284, p. 239-240.

²³⁹ MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. cit., p. 213.

Complexidade, nas palavras de PONTES DE MIRANDA, “supõe que não exista pluralidade de negócios jurídicos”²⁴⁰. Neste sentido, negócios jurídicos únicos (e não os plúrimos), podem ser unitários ou complexos.

Estabelecida a premissa da unidade do negócio jurídico, a identificação da unitariedade ou complexidade se assentará na aferição de aspectos relacionados a *elementos* do contrato: sujeitos, prestações e manifestações de vontade.

Poderá, assim, haver complexidade quando houver (i) mais de uma parte – no sentido de centro de interesse – em um dos polos contratuais (*complexidade subjetiva*) ou (ii) pluralidade de prestações (*complexidade objetiva*) ou (iii) pluralidade de manifestações de vontade (*complexidade volitiva*). Unitário, portanto, é o negócio jurídico em que há singularidade destes elementos²⁴¹; complexo, é aquele em que qualquer um dos elementos (ou todos eles) não seja singular, representando, assim, um suporte fático complexo²⁴².

Contrato complexo, por assim ser, é aquele em que qualquer das complexidades (subjetiva, objetiva ou volitiva) se faça presente. Contratos mistos, por outro lado, são aqueles em que, segundo entendimento dominante, em um único instrumento unem-se e se combinam²⁴³ prestações de contratos distintos (típicos ou não), com unidade de causa²⁴⁴, ou seja, são aqueles em que há uma complexidade objetiva. A identificação de ambos, como se vê, está centrada na unidade de causa²⁴⁵.

Distinguem-se, assim, os contratos complexos e os mistos, dos contratos coligados, na medida em que naqueles há unidade de causa, nestes, pluralidade de causas, ainda que vinculadas entre si e aptas a criar uma função econômico-social própria²⁴⁶. Lá há a união de elementos contratuais, aqui há uma atuação concertada de contratos completos²⁴⁷. Nos

²⁴⁰ MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. cit., Tomo III. § 285, p. 242

²⁴¹ MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. cit., p. 214.

²⁴² MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. cit., Tomo III. § 285, p. 242.

²⁴³ ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 136.

²⁴⁴ GOMES, Orlando. **Contratos**. cit., p. 104-105.

²⁴⁵ Álvaro Villaça observa que nos contratos mistos (e, nos parece, igualmente nos contratos complexos), há uma espécie de causa mista, mas que deve ser, sempre, unitária. AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos**. cit., p. 125.

²⁴⁶ Nas palavras de Galgano, “en este caso no hay un único contrato, sino una pluralidad coordinada de contratos, cada uno de los cuales responde a una causa autónoma, aun cuando en conjunto tiendan a la realización de una operación unitaria y compleja”. GALGANO, Francesco. **El negocio jurídico**. cit., p. 114.

²⁴⁷ GOMES, Orlando. **Contratos**. cit., p. 104-105.

contratos complexos ou mistos, há apenas um contrato, nos contratos coligados, há pluralidade de contratos. Na coligação contratual “os contratos mantêm-se diferenciados, conservando sua individualidade: cumulam-se, não se fundem”²⁴⁸.

A distinção, em determinados casos, não é singela²⁴⁹. De um lado, não se deve reputar a unitariedade contratual tão somente pela unidade instrumental²⁵⁰ – pode-se ter um instrumento que contemple vários contratos ou, hipótese mais rara, vários instrumentos formando um contrato²⁵¹ –, tampouco se deve considerar o critério da contraprestação como decisivo²⁵². De outro, o emprego da unidade ou pluralidade de finalidades econômico-sociais²⁵³ como único elemento distintivo entre um ou vários negócios jurídicos pode não resolver totalmente o problema, dependendo das circunstâncias. Nos parece, por assim ser, que o emprego do critério da unidade ou pluralidade de finalidades econômico-sociais, conjuntamente com outro elemento de caracterização, a saber, a existência ou não de uma conexão lógica, econômica e funcional de prestações²⁵⁴, cria coerente e efetivo método distintivo.

²⁴⁸ TELLES, Inocêncio Galvão. **Direito das obrigações**. cit. p. 60.

²⁴⁹ Pedro Pais de Vasconcelos observa que a distinção é algo que a doutrina tradicional “mal consegue expor e dificilmente consegue pôr em prática. Como quase sempre, a abordagem conceptual e classificatória é mais clara na exposição que na aplicação [...]”. **Contratos atípicos**. cit., p. 222. Marino igualmente destaca a dificuldade da qualificação de alguns negócios jurídicos que, *prima facie*, se enquadram tanto nas características dos contratos mistos quanto dos contratos coligados, apontando exemplos da doutrina que, a despeito de terem sido enquadrados no âmbito das coligações contratuais, são, na verdade, contratos mistos, tais como a compra e venda quando o vendedor se obriga a entregar a coisa vendida, o contrato de empreitada em que há cessão ao empreiteiro de local para habitação, na locação de quarto com cessão de uso do mobiliário, no transporte marítimo com fornecimento de alimentação, dentre outros. MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. cit. p. 115-119.

²⁵⁰ VARELA, João de Matos Antunes. **Contratos mistos**. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Vol. 44. 1968. p. 166.

²⁵¹ Marcos Bernardes de Mello cita de forma elucidativa: “Pode haver vários atos jurídicos (= pluralidade) em um só instrumento (por exemplo: compra-e-venda do imóvel com doação ao filho do comprador em uma mesma escritura), como um só negócio jurídico (= unidade com unitariedade ou complexidade) praticado por meio de vários instrumentos (por exemplo: doação feita a um filho em um instrumento e a dispensa de colação – Código Civil, art. 2.006 – em outro)”. MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. cit., p. 214.

²⁵² MESSINEO, Francesco. **Doctrina general del contracto**. cit., p. 392-393.

²⁵³ LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**. Tomo I. cit, p. 34.

²⁵⁴ LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**. Tomo I. cit, p. 34. Ainda sobre o tema, remete-se o leitor à obra de Francisco Paulo de Crescenzo Marino, em que o autor sugere parâmetros complementares para a distinção entra a coligação contratual e o contrato único, a saber: os tipos contratuais, a participação de um ou mais centros de interesse, além da diversidade instrumental, temporal e de contraprestação, como critérios subsidiários. MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. cit. p. 119-127.

9. O EQUILÍBRIO NO SISTEMA DE CONTRATOS

9.1 CONTRATO EMPRESARIAL – DISTRIBUIÇÃO DE RISCO – REVISÃO CONTRATUAL

A relação obrigacional, em sentido amplo, representa verdadeira complexidade, uma conjunção de partes com natureza orgânica, como já pudemos expor²⁵⁵. Como tal, “abrange todos os direitos, inclusive os formativos, pretensões e ações (deveres principais e secundários, dependentes e independentes), obrigações, exceções e ainda posições jurídicas”²⁵⁶, se estendendo, assim, no âmbito no negócio jurídico obrigacional, desde a fase das negociações, passando pela conclusão e execução do contrato, o adimplemento e a fase pós-contratual²⁵⁷. As partes, por assim ser, estão sujeitas a um vínculo desde a fase das tratativas, até que se ultime o liame obrigacional.

Na fase de execução – que manifesta relevo ao presente trabalho – há de se “seguir o desenho programado pelas declarações negociais”²⁵⁸. Pela boa fé *in executis* – aplicável a toda e qualquer relação contratual – se indica a correta maneira de se executar a prestação (e de se exigir seu adimplemento), se preenche as lacunas que se farão sentir ao longo do desenvolvimento do contrato, estabelece-se a interconexão entre ela (a boa-fé) e o exercício regular dos direitos, fixam-se os limites entre o exercício regular ou não dos direitos, poderes

²⁵⁵ Capítulo 3 do presente estudo (‘Complexidade obrigacional’).

²⁵⁶ SILVA, Clóvis do Couto e. **A obrigação como processo**. cit., p. 19.

²⁵⁷ O vínculo obrigacional cessa, a priori e como regra, com o adimplemento, momento em que se extinguem as obrigações de parte a parte. Há, entretanto, hipóteses excepcionais que levam à existência de obrigações *post pactum finitum*, como o dever de informação, o dever de não gerar danos ao objeto do contrato, o de não inviabilizar ou limitar o exercício dos direitos emanados do adimplemento contratual, o dever de confidencialidade, etc. Cessam, neste contexto, os deveres de adimplemento, remanescendo, entretanto, os deveres de proteção. Confira-se, sobre o tema: CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. **Da boa fé no direito civil**. cit., p. 625-631.

²⁵⁸ MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado...** cit., p. 472.

e faculdades²⁵⁹. Enfim, faz-se desempenhar suas funções integrativa e corretora, com os efeitos delas decorrentes²⁶⁰.

Significa, portanto, que não se trata apenas de desempenhar atividades voltadas ao adimplemento. Mais que isso, equivale a dizer que os contratantes devem realizar todos os comportamentos condizentes e necessários ao alcance do fim perseguido com o contrato, abstendo-se, igualmente, de adotar toda e qualquer conduta que possa levar ao comprometimento do alcance do resultado perseguido entre as partes. Cria-se, por assim ser, um elo de cooperação entre os contratantes, ultimado no fim objetivo do negócio jurídico: um adimplemento satisfativo²⁶¹.

Já se tratou, neste estudo, das alterações do sistema contratual ao longo do século XX²⁶². Como se pontuou, os conceitos antes norteadores, próprios da concepção da liberdade contratual centrada na supremacia da autonomia da vontade cederam e deram espaço para outros vetores, que passaram a interagir e impor limites à vontade suprema.

Passou-se, assim, a atribuir um maior valor à realidade subjacente ao contrato e, conseqüentemente, às suas substanciais modificações, de maneira a se aferir se o negócio

²⁵⁹ Relevante notar a definição da boa-fé contratual pela Corte de Cassação da Itália: “la buona fede, intesa in senso etico, come requisito della condotta, costituisce uno dei cardini della disciplina legale delle obbligazioni e forma oggetto di un vero e proprio dovere giuridico, che viene violato non solo nel caso in cui una delle parti abbia agito con il proposito doloso di recare pregiudizio all'altra, ma anche se il comportamento da essa tenuto non sia stato, comunque, improntato alla diligente correttezza ed al senso di solidarietà sociale, che integrano, appunto, il contenuto della buona fede” (Cass. 18 febbraio 1986, 960, in Mass. Foro it., 1986). *Apud* GALGANO, Francesco. **Trattato di diritto civile**. Vol. II. 3° ed. Padova: Cedam, 2014, p. 648.

²⁶⁰ “Precisamente la reciprocità spiega come il criterio della buona fede debba avere un indirizzo bilaterale, e quindi possa operare anche in senso inverso; sia nel senso di integrare, sia nel senso di limitare gli obblighi contrattuali: e questo, già in tema i interpretazione, dove ora si arriva a colmare le deficienze del contenuto precettivo del contratto nel senso di ampliarlo; ora e in altri punti si limita invece la portata letterale del testo del contratto, proprio perchè il criterio della buona fede è essenzialmente un criterio di reciprocità”. BETTI, Emilio. **Teoria generale delle obbligazioni**. Vol. I. Milano: Giuffrè, 1953, p. 94. Para aprofundamento do tema, remete-se o leitor ao capítulo ‘Impegno di cooperazione dovuto nell’interesse altrui: buona fede contrattuale’, da mesma obra, p. 65-108.

²⁶¹ Por todos, diz Perlingieri sobre a boa-fé na execução do contrato: “La regola rappresenta la proiezione, nell’attuazione del contratto, del principio tendente a realizzare la cooperazione nell’obbligazione [III, 44]. Essa svolge la funzione di adeguare la disciplina negoziale alla specificità delle situazioni concrete emergenti nella esecuzione del rapporto, ora ampliando ‘la posizione di obbligo del debitore, in vista di una tutela dell’interesse del creditore più completa di quella preordinata dal contratto’, ora restringendola, ‘escludendone tutti i comportamenti rispetto ai quali la pretesa del creditore sarebbe in contrasto’ con il principio di cooperazione. In questo senso, la buona fede conserva la sua funzione di integrazione del rapporto [retro, 60]. Essa identifica i congegni dovuti da ciascun contraente affinché conseguano, con l’esecuzione del contratto, le utilità che l’operazione è diretta a realizzare, nel rispetto dello ‘spirito’ del regolamento contrattuale e in conformità con il sistema. L’esigenza di solidarietà, immanente al rapporto contrattuale, esige buona fede nella sua esecuzione, fedeltà allo ‘spirito’ del vincolo e all’impegno di cooperazione volto alla soddisfazione degli interessi della controparte”. PERLINGIERI, Pietro. **Manuale di diritto civile**. cit., p. 447.

²⁶² Confirma-se, a respeito, o Capítulo 4.1 acima (‘As cláusulas gerais e o novo direito contratual’).

jurídico, tal como concebido – i.e. as prestações devidas e sua distribuição entre os contratantes – poderia ainda efetivar-se, a despeito de modificações sociais, econômicas ou conjunturais advindas²⁶³. As ideias de equilíbrio, equidade e proporcionalidade ganharam relevo, formando a complexa tríade do direito contratual contemporâneo²⁶⁴, da qual emana o princípio do equilíbrio material (ou econômico) dos contratos, voltado a impedir que das prestações contratuais emane um “desequilíbrio real e injustificável entre as vantagens”²⁶⁵ obtidas pelos contratantes.

Com isso, a igualdade formal, conceito que permeou a teoria dos contratos – e segundo o qual a simples vontade das partes, materializada pela contratação, era apta a representar a equivalência – cedeu espaço à igualdade substancial (ou real), na qual se inspira o princípio do equilíbrio contratual²⁶⁶, trazendo para o seio da teoria dos contratos os institutos da lesão e da onerosidade excessiva²⁶⁷.

A expressividade com que a ideia de equilíbrio²⁶⁸ atinge os contratos, entretanto, varia conforme a categoria contratual, como já pudemos expor²⁶⁹. Enquanto nos contratos de consumo há uma tendencial relevância à ideia de equilíbrio, nos contratos empresariais centra-se o foco no respeito ao interesse regulado pelos próprios contratantes.

Relações contratuais cujo adimplemento é diferido no tempo, ou duradouro, estão particularmente sujeitas a acontecimentos futuros, aptos a desequilibrar aquela *estabilidade* da relação tal como concebida inicialmente²⁷⁰. E aqui se fala em estabilidade porquanto as

²⁶³ Apontando para a teoria de Karl Larenz, Clóvis do Couto e Silva menciona que exatamente neste contexto se assenta o conceito de base objetiva do negócio jurídico, decorrente “de uma ‘tensão’ ou ‘polaridade’ entre os aspectos voluntaristas do contrato – aspecto subjetivo – e o seu meio econômico – aspecto institucional – o que relativiza, nas situações mais dramáticas, a aludida vontade, para permitir a adaptação do contrato à realidade subjacente”. SILVA, Clóvis do Couto e. **A teoria da base do negócio jurídico no direito brasileiro**. Revista dos Tribunais, vol. 655, p. 7-11. São Paulo: RT, 1990.

²⁶⁴ NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 157.

²⁶⁵ NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. cit., p. 157.

²⁶⁶ NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. cit., p. 159.

²⁶⁷ AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Princípios do novo direito contratual e desregulamentação do mercado...** cit., p. 116.

²⁶⁸ Contratos, como se sabe, não necessariamente devem ser equilibrados. Há contratos que pela sua função assim não devem ser; caso dos contratos aleatórios, cujo desequilíbrio lhe é ínsito, na medida em que uma parte tudo pode ganhar e outra tudo pode perder. Há contratos, por outro lado, assentados na comutatividade. É deste segundo grupo que se está a tratar.

²⁶⁹ Confira-se, a respeito, o Capítulo 4.2 (‘As cláusulas gerais frente às categorias contratuais’).

²⁷⁰ Antonio Junqueira de Azevedo pontua que o sinalagma dos contratos bilaterais estabelece um ‘programa’ às partes, segundo o qual cada uma delas assume determinados riscos (contrapostos e projetados no futuro), cuja

relações contratuais (especialmente as empresariais) não devem necessariamente conter prestações equivalentes entre si²⁷¹. Não há uma igualdade numérica, objetiva, entre as vantagens da relação²⁷². JUDITH MARTINS-COSTA apresenta exemplo metafórico que bem expressa a ideia:

Como é reconhecido, equilíbrio não significa equivalência absoluta entre as prestações nem, muito menos, hoje em dia (dada a atipicidade contratual) pode ser figurado unicamente pela imagem dos pratos da balança grega, antes devendo ser metaforizado, em determinados contratos marcados pela complexidade subjetiva ou objetiva, pela imagem de um móbile, em que os diversos elementos estão simultaneamente em situação de estabilidade, considerado, porém, o conjunto em seus específicos pesos e contrapesos. Assim, os institutos que concretizam esse princípio devem ser aplicados segundo critérios de diferenciação substancial.²⁷³

Quer dizer, ausência de equivalência não significa, por si só, ausência de equilíbrio. Prestações podem não ser equivalentes entre si, mas, ainda assim, se fazer presente um equilíbrio, uma estabilidade na relação sinalagmática.

Há situações, entretanto, em que o ‘equilíbrio’ entre os encargos e as vantagens não se faz presente, podendo se apresentar em dois momentos: (i) no nascimento do negócio jurídico – um desequilíbrio genético – ou (ii) ao longo do processo obrigacional – um desequilíbrio funcional. Naquele, a racionalidade econômica já surge comprometida (se é que se pode falar em sua presença, quando comprometida), apto a caracterizar, conforme o caso, lesão. Neste

evidência se torna mais expressiva quanto mais prolongada for, ao longo do tempo, sua execução. AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 170.

²⁷¹ Díez-Picazo bem coloca a questão: “En la relación obligatoria sinalagmática cada deber de prestación funciona como equivalente y como contravalor del deber de prestación recíproco. Ello no quiere decir, sin embargo, que tenga que existir necesariamente una absoluta igualdad de valor objetivo de las prestaciones medido con arreglo a módulos exteriores. Aunque el vendedor venda muy barato o el comprador compre muy caro, el sinalagma existe”. DÍEZ-PICAZO, Luis. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. I. cit., p. 374.

²⁷² “L’equilibrio contrattuale però, sempre por il riferito orientamento, potrebbe formarsi in un punto sensibilmente lontano da quello normale, che corrisponde ad un’uguaglianza oggettiva di valore tra i vantaggi ed i sacrifici rispettivi delle parti”. PERLINGIERI, Pietro. **Equilíbrio normativo e princípio de proporcionalità nei contratti**. Revista Trimestral de Direito Civil. Ano 3. Vol. 12. out/dez-2002. Rio de Janeiro: Padma, 2002, p. 134. A propósito, a própria extração da ideia de equilíbrio no âmbito da comutatividade é ‘sui generis’. Mediante pleno juízo de valor, as trocas somente ocorrem, por natureza, quando cada um dos lados atribui um valor maior (não no sentido financeiro, logicamente) àquilo que se busca, em relação àquilo que se quer entregar em contrapartida. Caso contrário, as trocas não se fariam existentes. Desta premissa se tira com facilidade a conclusão de que a atribuição de valor é particular e própria de cada sujeito de direito; elemento que, por si só, torna altamente questionável o conceito de paridade entre encargos e obrigações.

²⁷³ MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado...** cit., p. 651.

segundo momento, a racionalidade antes existente resta afetada, podendo dar ensejo à resolução ou revisão do sinalagma²⁷⁴.

Presente a racionalidade econômica da operação, há de se buscar que se mantenha preservada para cada um dos contratantes, do começo ao fim da relação negocial, evitando-se, na medida do possível, que eventos posteriores à conclusão do contrato, nas palavras de ROPPO, “revolucionem o programa contratual de uma das partes, impedindo-as de tirar da operação as vantagens esperadas, ou até mesmo transformando-a numa fonte de prejuízos”²⁷⁵.

O ponto de reflexão é exatamente a forma como se deve repartir o risco das circunstâncias supervenientes à conclusão do contrato, entre cada um dos contratantes. Contratar é, por natureza, assumir riscos²⁷⁶. Mais que isso, é prever a ocorrência de possíveis alterações contextuais que possam influenciar, direta ou indiretamente, as prestações assumidas de parte a parte²⁷⁷.

Acontecimentos que sobrevêm à formação do sinalagma podem frustrar, por razões distintas, o programa contratual, cabendo avaliar se, em sua ocorrência, as partes continuam sujeitas às obrigações contratuais da forma em que estabelecidas, independentemente dos impactos advindos destes fatores externos – porquanto inerentes à álea contratual – ou se, de fato, faz-se presente a conjunção de fatores apta a ensejar a resolução do contrato ou, conforme o caso, sua revisão, visando uma reavaliação das obrigações assumidas de parte a parte²⁷⁸.

Incide, neste aspecto, o duplo binômio denominado por ROPPO como “proveito-risco” e “liberdade contratual-responsabilidade contratual”, que sintetiza, ainda nas suas palavras,

²⁷⁴ Aos fins a que se propõe este estudo, é deste segundo caso que iremos tratar.

²⁷⁵ ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 252.

²⁷⁶ Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial nº 5.723/MG**, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 25/06/1991.

²⁷⁷ Eros Grau e Paula Forgioni bem colocam a questão: “Os contratos, ao projetarem efeitos para o futuro, implicam certo ‘congelamento’ de interesses. As partes, no momento da vinculação, acomodam suas pretensões, calculando os desdobramentos futuros das obrigações assumidas. Esse cálculo leva em conta vários cenários fáticos, eventos futuros e razoáveis no contexto existente quando da contratação”. GRAU, Eros Roberto. FORGIONI, Paula. **O Estado, a empresa e o contrato**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 112.

²⁷⁸ A complexa tarefa de enquadramento dos eventos nas áleas do contrato é bem explorada em: ZANCHIM, Kleber Luiz. **Contratos empresariais...** cit., p. 133-142 e 143-146. O autor aponta que, na tarefa hermenêutica, de um lado há de se considerar os usos do tráfico e, de outro, dois elementos que habilitam o intérprete a melhor conceber a extensão dos riscos assumidos por cada contratante: diligência e preço. Tais parâmetros, continua o autor, funcionam como contrapreços: “quanto mais um contratante é diligente ou quanto maior é o preço que ele paga pelo objeto do contrato em comparação com o mercado correspondente, menos riscos ele assume”.

“os princípios ordenadores de um mercado capitalista e do sistema de direito que lhe corresponde”²⁷⁹. A regra, cumpre observar, é de irrelevância dos desequilíbrios sempre que o agravamento do sacrifício patrimonial de uma das partes esteja contido nos riscos assumidos pelos contratantes e seja coerente com sua condição²⁸⁰. Eventual desequilíbrio entre prestações é ínsito às relações contratuais e está inserido na liberdade contratual, não sendo, portanto, repellido pelo ordenamento.

Como regra, há de se respeitar a palavra empenhada, independentemente das circunstâncias; *pacta sunt servanda*. Este conceito, entretanto, não é hegemônico, porquanto com ele convive outro de igual relevância: as obrigações acordadas se mantêm exigíveis se e enquanto as circunstâncias se mantiverem inalteradas; *rebus sic stantibus*²⁸¹.

Os princípios, longe de se chocar, de se anular, ou de se sobrepor, se harmonizam. Há um ajustamento do peso de um em relação ao outro, de acordo com cada categoria contratual.

²⁷⁹ “[...] é pressuposto ideológico e, ao mesmo tempo, regra de funcionamento do sistema, o princípio de que à liberdade contratual – e portanto à liberdade de procura do lucro – está ligada, de modo indissolúvel, a obrigação de pleno respeito pelos compromissos contratuais livremente assumidos, e, portanto, a assunção de risco relativo à possibilidade de a operação, de que se esperavam lucros, causar, ao invés, prejuízos”. ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 259.

²⁸⁰ Já assentou o Supremo Tribunal Federal, nos idos dos anos 1960, que a cláusula *rebus sic stantibus* não visa eliminar os riscos do negócio: “Cláusula *rebus sic stantibus*. A cláusula aplica-se aos contratos de empreitada. A cláusula só ampara o contratante contra alterações fundamentais, extraordinárias das condições objetivas, em que o contrato se realizou. Ela não visa, porem eliminar riscos de negócio, riscos inerentes ao próprio sistema econômico vigente no país. No caso o recorrente não perdeu, deixou apenas de ganhar aquilo que, pelo seu cálculo, seria seu justo lucro. Mas a doutrina da imprevisão não objetiva reajustá-lo. Ainda no caso em apreço não era imprevisível o aumento do salário mínimo”. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 56.960**, Relator(a): Ministro HERMES LIMA, Segunda Turma, julgado em 13/11/1964. No mesmo sentido: “A cláusula *rebus sic stantibus* permite a inexecução de contrato comutativo - de trato sucessivo ou de execução diferida - se as bases fáticas sobre as quais se ergueu a avença alterarem-se, posteriormente, em razão de acontecimentos extraordinários, desconexos com os riscos ínsitos à prestação subjacente”. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 849.228/GO**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 03/08/2010.

²⁸¹ Para um apanhado histórico sobre a evolução da cláusula na doutrina nacional e estrangeira, remete-se o leitor a: FONSECA, Arnaldo Medeiros da. **Caso fortuito e teoria da imprevisão**. São Paulo: Forense, 1958; OLIVEIRA, Anísio José de. **A cláusula 'rebus sic stantibus' através dos tempos**. Belo Horizonte, 1968; e SIDOU, Othon. **A revisão judicial dos contratos e outras figuras afins**. Rio de Janeiro: Forense, 1984. Para uma leitura das teorias surgidas ao longo do tempo para atacar a problemática da alteração das circunstâncias negociais, remete-se o leitor para: LARENZ, Karl. **Bases del negocio jurídico y cumplimiento de los contratos**. Carlos Fernandes Rodrigues (trad.). Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1956; ITURRASPE, Jorge Mosset. **Contratos**. cit., p. 365-381; GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato**. cit., p. 68-86; COSTA, Mário Júlio de Almeida. **Direito das obrigações**. cit., p. 289-296; DíEZ-PICAZO, Luis. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. II. 5º ed. Madrid: Civitas, 1996, p. 885-899. Para um didático apanhado sobre revisão contratual: AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Relatório brasileiro sobre revisão contratual apresentado para as Jornadas Brasileiras da Associação Henri Capitant. In: **Novos estudos e pareceres de direito privado**. cit., p. 182-198. Para uma leitura sobre revisão contratual no âmbito do *common law*, cuja regulação encontra grandes semelhanças com o ordenamento pátrio: HILLMAN, Robert A. **Court adjustment of long-term contracts: an analysis under modern contract law**. Duke Law Journal. 1987. 1-33.

Enquanto a ideia emanada do *pacta sunt servanda* é suavizada nas relações contratuais de consumo, ganhando expressão o princípio *rebus sic stantibus*, nos contratos empresariais, por seu turno, observa-se um balanceamento inverso: enaltece-se o *pacta sunt servanda* e mitiga-se o *rebus sic stantibus*.

Há situações limite, entretanto, em que acontecimentos extraordinários e imprevisíveis no curso da relação contratual levam a uma alteração de desmesurada representatividade, impactando a economia que era a razão de ser do contrato (leia-se, a estabilidade entre as obrigações ajustadas) não apenas a ponto de levar um dos contratantes a suportar prejuízo no lugar do esperado lucro – circunstância inerente às relações contratuais e ínsita ao risco delas decorrente – mas em condição, dada a expressividade, de tornar a prestação de uma das partes *excessivamente onerosa*, propiciando *extrema vantagem* à outra²⁸².

Nestes casos, para os quais a lei prevê que a excepcionalidade, a imprevisibilidade e a superveniência de acontecimentos em contratos de execução continuada, ou diferida no tempo, as obrigações possam revistas²⁸³, devem se fazer presentes duas condições: uma externa, uma interna²⁸⁴.

A condição externa é correlata às circunstâncias que ensejam o agravamento do sacrifício obrigacional e o consequente desequilíbrio com a contraprestação, e atinente a

²⁸² O binômio ‘prestação excessivamente onerosa-extrema vantagem’ é elemento indissociável. A título ilustrativo: Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.340.589/SE**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado em 23/04/2019.

²⁸³ A esta regra, aplicável às relações regidas pela lei substantiva civil (art. 478 do Código Civil), se excetuam as relações acobertadas pela lei consumerista, na qual é assegurada ao consumidor “a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas” (art. 6º, inciso V, Lei 8.079/90); não se exigindo para elas, portanto, o caráter extraordinário e imprevisível dos acontecimentos. O art. 317 do próprio Código Civil, por seu turno, não ostenta a exigência do acima referenciado binômio. Exige-se, tão somente, a ocorrência de manifesta desproporção no valor da prestação devida: “Art. 317. Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação”.

²⁸⁴ ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 261. Fernando Araújo analisa o tema sob a ótica econômica da Teoria do Contrato. Para o autor, o enfrentamento da questão envolve a dualidade entre *eficiência estática* e *eficiência dinâmica*. Enquanto no primeiro conceito se recomendaria a aceitação das alterações circunstanciais na presunção de que as partes, conhecedoras do contexto negocial, teriam mais condições de ponderar os ganhos de um arrependimento, no bojo do segundo conceito se valorizará, prioritariamente, o arranjo contratual pretérito, isto é, o plano contratual em que se estabelecem os incentivos de longo prazo considerando os interesses contratuais presentes à época da contratação e os futuros; plano no qual seriam possíveis ao direito e à ciência econômica fornecerem soluções válidas e promotoras de eficiência, aumentando, assim, a confiança social na figura dos contratos, com aumento de trocas e redução dos custos de transação. Assim, apenas por motivos efetivamente evidentes se justificaria a sobreposição da eficiência estática em relação à dinâmica, a ponto de ensejar uma modificação ou extinção do vínculo contratual. ARAÚJO, Fernando. **Teoria econômica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007, p. 625-630.

eventos imprevisíveis e extraordinários, não se considerando, neste aspecto, todos aqueles acontecimentos (sociais, econômicos, políticos, etc.) que poderiam ter sido previstos pelas partes quando da conclusão do negócio. Não se tutela o evento que as partes poderiam ter previsto, e não previram:

Ao contratar, as partes estão obrigadas a considerar esse risco [i.e. o risco típico daquele negócio jurídico], sob pena de serem impelidas ao prejuízo. Essa projeção, esse cálculo sobre o futuro, baseia-se sobre um estado normal das coisas; a parte que desconsidera o risco normal do negócio é sancionada pelo próprio jogo do mercado. O agente econômico que despreza o risco, ‘errando’ a sua jogada ou previsão, sofre perdas econômicas.²⁸⁵

Não se tutela, igualmente, o evento ordinário, como normais oscilações de mercado e variações macroeconômicas projetadas²⁸⁶. Mais que isso, não se tutela sob esta vertente o evento, ainda que extraordinário e imprevisível, mas que se faça presente tão-somente na esfera individual de interesses de um dos contratantes²⁸⁷. Condições pessoais do devedor não

²⁸⁵ GRAU, Eros Roberto. FORGIONI, Paula. **O Estado, a empresa e o contrato**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 112-113. Sobre o contexto de falta de diligência, assim se decidiu: “Não se mostra razoável o entendimento de que a inflação possa ser tomada, no Brasil, como álea extraordinária, de modo a possibilitar algum desequilíbrio na equação econômica do contrato, como há muito afirma a jurisprudência do STJ. Não há como imputar as aludidas perdas a fatores imprevisíveis, já que decorrentes de má previsão das autoras, o que constitui álea ordinária não suportável pela Administração e não autorizadora da Teoria da Imprevisão. Caso se permitisse a revisão pretendida, estar-se-ia beneficiando as apeladas em detrimento dos demais licitantes que, agindo com cautela, apresentaram proposta coerente com os ditames do mercado e, talvez por terem incluído essa margem de segurança em suas propostas, não apresentaram valor mais atraente”. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 744.446/DF**, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, julgado em 17/04/2008.

²⁸⁶ Tais como: (i) inflação – Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 744.446/DF**, cit.; (ii) variação cambial – “Não envolvendo relação de consumo, o contrato objeto do pedido de revisão, mas, sim, revelando-se paritário, convém que se submetam as partes os termos do acordo celebrado, não decorrendo da variação cambial verificada base para a revisão do negócio entabulado”. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.518.605/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado em 07/04/2016; (iii) oscilação do preço de commodities – “A variação do preço da saca da soja ocorrida após a celebração do contrato não se consubstancia acontecimento extraordinário e imprevisível, inapto, portanto, à revisão da obrigação com fundamento em alteração das bases contratuais”. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 849.228/GO**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 03/08/2010; (iv) quebra de safra – “A jurisprudência desta Corte Superior tem entendido que, nos contratos agrícolas, o risco é inerente ao negócio, de forma que eventos como seca, pragas, ou estiagem, dentre outros, não são considerados fatores imprevisíveis ou extraordinários que autorizem a adoção da teoria da imprevisão”. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno nos Embargos Declaratórios no Agravo em Recurso Especial nº 1.049.346/GO**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 19/06/2018; (v) dissídios coletivos – “[...] eventual aumento de salário proveniente de dissídio coletivo não autoriza a revisão o contrato administrativo para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que não se trata de fato imprevisível”. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 957.999/PE**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado em 22/06/2010.

²⁸⁷ Nas palavras de Cunha Gonçalves, “a suposta cláusula tácita ‘rebus sic stantibus’, assim como a teoria da imprevisão, não devem ser tomadas em toda sua amplitude, não são admissíveis como desculpa normal de toda e qualquer inexecução do contrato, porque, do contrário, nenhum contrato poderia manter-se; todo aquele que

se enquadram no conceito ²⁸⁸. O evento deve, necessariamente, ostentar caráter de generalidade, repercutindo, assim, em todo um mercado ou setor específico ²⁸⁹.

Uma questão que poderia inquietar é a forma de enfrentar o tema frente ao risco previamente distribuído entre as partes. No âmbito de sua liberdade contratual as partes podem dispor que a ‘normal’ distribuição de riscos de determinado negócio jurídico se dê de outra maneira, ou seja, que aquela alocação de riscos própria do negócio jurídico seja distinta por conta de uma assimetria informacional, por razões financeiras, econômicas etc. Em tais casos, esta distinta alocação de riscos haveria de ser desprezada ou a simples alocação de riscos afastaria a possibilidade de intervenção externa na relação ainda que a onerosidade excessiva se concretize?

A resposta, parece-nos, é mais simples do que se poderia considerar. Mais simples, porquanto todo e qualquer negócio jurídico compreende uma distribuição de riscos. Implícita ou expressa, legal, consuetudinária ou particularmente pactuada, a distribuição de riscos está no bojo da relação e, nesse sentido, seja qual for sua origem, haverá ela de ser considerada quando da aferição da possibilidade ou não de uma intervenção externa na relação ²⁹⁰.

A condição interna é ínsita à substância do negócio jurídico, ou seja, consiste no próprio agravamento e consequente desequilíbrio (i.e. a quebra do sinalagma). Diz respeito à álea ordinária do contrato. O desequilíbrio deve ser tal, que extrapole os riscos típicos e ínsitos ao negócio jurídico. A prestação de uma das partes deve se tornar excessivamente onerosa, ensejando extrema vantagem para a outra, dando ensejo, assim, a uma manifesta desproporção ²⁹¹. Aquela repartição de risco, entre os contratantes, deixa de se fazer

errasse nos seus cálculos e previsões poderia furtar-se ao convencionado; fomentar-se-ia a má-fé, destruindo-se pela base a força vinculativa dos contratos [...]”. GONÇALVES, Luiz da Cunha. **Tratado de direito civil: em comentário ao código civil português**. 2º ed. atual. aum. Vol. IV. Tomo II. São Paulo: Max Limonad, 1955, p. 757.

²⁸⁸ “[...] dificuldades financeiras, como o desemprego involuntário, para quitar as taxas de arrendamento e condominiais, não justificam a aplicação da teoria da imprevisão, visto que não se apresentam como fato superveniente imprevisível no momento da realização do contrato”. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 1.383.831/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, julgado em 14/02/2019.

²⁸⁹ “Por isto, pode ser causa de resolução [ou revisão] o encerramento do canal de Suez, que agrave a prestação do transportador marítimo, mas não certamente a doença imprevisível do comandante do navio, que obrigue o armador a substituí-lo naquela viagem por outro que pretende uma remuneração muito mais elevada”. ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 262.

²⁹⁰ Interpretação reforçada pela recente reforma legislativa no Código Civil que levou à alteração do art. 421 e inserção do art. 421-A. O texto completo pode ser localizado na nota de rodapé nº 89.

²⁹¹ Esta exigência legislativa (a necessária presença de uma extrema vantagem) tem sido alvo de críticas de parte da doutrina nacional. Dentre outros, Claudio Godoy observa que, por tal exigência, pode-se chegar a situação em que uma das partes pode ser reduzida à insolvência por alteração das circunstâncias, sem que, entretanto, tenha

presente²⁹². Extirpa-se a racionalidade econômica da relação, definida pelas partes, ultrapassando-se as barreiras do aceitável desequilíbrio entre prestação e contraprestação²⁹³. Exige-se, assim, um “agravamento quantitativamente relevante do custo econômico da prestação”²⁹⁴; parâmetro objetivo e que não se confunde com a dificuldade de prestar²⁹⁵.

A onerosidade, nesse sentido, decorre de um evento externo ao devedor (a *condição externa*), mas que repercute em sua esfera de interesses (a *condição interna*). Eis aí, nas palavras de REALE, “um exemplo em que, de um lado, se preserva o direito de contratar e, de outro, se previne o abuso que o contratante pode exercer, tirando proveito para si de

acesso à teoria da imprevisão, se não houver um lucro exorbitante do outro contratante. GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato**. cit., p. 82. Tal entendimento guarda certa semelhança com uma posição defendida por Emilio Betti. Reconhecendo que ostenta opinião guardada por uma minoria doutrinária, o autor italiano pondera que, ao se partir da análise da ‘ratio iuris’ das normas que regem a onerosidade excessiva superveniente da prestação, na qual a cooperação entre os contratantes desempenha papel relevante, não seria honesto, tampouco humano (porquanto antissocial) se pretender do devedor um sacrifício a ponto de comprometer sua existência patrimonial para fazer frente às suas obrigações contratuais. Tal exigência seria contrária à ideia de cooperação no interesse da associação (no conceito de parceria), assim como da boa-fé. BETTI, Emilio. **Teoria generale delle obbligazioni**. Vol. I. cit., p. 193-195.

²⁹² Repartição de risco que, relembre-se, não necessariamente deve ser equânime. Especificamente sobre este ponto: “A exposição desigual das partes contratantes aos riscos do contrato não atenta contra o princípio da boa-fé, desde que haja, ao tempo da celebração da avença, plena conscientização dos riscos envolvidos na operação. A aferição do dever de apresentar informações precisas e transparentes acerca dos riscos do negócio pode variar conforme a natureza da operação e a condição do operador, exigindo-se menor rigor se se fizerem presentes a notoriedade do risco e a reduzida vulnerabilidade do investidor”. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.689.225/SP**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 21/05/2019.

²⁹³ Ruy Rosado de Aguiar fala em uma “quebra insuportável da equivalência”. AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor...** cit., p. 144.

²⁹⁴ Segundo Junqueira de Azevedo, é irrelevante para a análise da ocorrência de excessiva onerosidade a maior ou menor dificuldade em prestar. O que guarda relevo é o sinalagma como equilíbrio contratual. Observa-se o elemento objetivo (agravamento do custo econômico) e não o subjetivo (*difficultas prestae*). Este entendimento se alinha ao de Carlo Terranova, por ele citado: “Nenhuma identificação pode ser feita entre a ‘difficultas’, enquanto fenômeno de natureza exclusivamente subjetiva, e a (excessiva) onerosidade da prestação, enquanto evento de rígida configuração objetiva. Ao contrário, havendo excessiva onerosidade superveniente da prestação, poderá ser aplicado o remédio resolutório mesmo quando, em concreto, o devedor não teria dificuldade alguma em adimplir. (...) A excessiva onerosidade pode igualmente existir – legitimando assim a resolução do contrato – ate mesmo em presença de um contratante (devedor) cujas boas condições econômicas o tornem insensível ao agravamento que, para devedores de inferior potencial econômico, resultaria ruinoso”. TERRANOVA, Carlo G. *L’eccessiva onerosità nei contratti*. In: *Il Codice Civile: commentario diretto da Piero Schlesinger*. Milão: Giuffrè, 1995, p. 212-214. *Apud* AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Novos estudos e pareceres de direito privado**. cit., p. 207-208.

²⁹⁵ Para Iturraspe, o sacrifício de um dos contratantes deve tornar extremamente superior ao que seria razoável suportar para fazer frente às suas obrigações contratuais, levando o outro contratante à extrema vantagem; um elemento subjetivo, pois. O autor elenca dois critérios (objetivo e subjetivo) de valoração da onerosidade. O primeiro, atinente à relação prestação versus contraprestação, o segundo, relacionado ao sacrifício inicial versus o sacrifício final, para o adimplemento da mesma obrigação. Enquanto um está voltado ao desequilíbrio entre as prestações, o outro põe foco no esforço do contratante. ITURRASPE, Jorge Mosset. **Interpretación económica de los contratos**. cit., p. 283-284.

circunstâncias que estão alheias à vontade de ambos naquele momento em que as vontades se uniram”²⁹⁶.

O princípio primário, portanto, é o da obrigatoriedade do contrato. Entretanto, em casos excepcionais, aquela fidelidade incondicional ao contrato é redimensionada, por levar a situações repudiadas pelo ordenamento. FERNANDO ARAÚJO bem capitula a questão:

A formação do consenso gera a favor do contrato uma presunção de justiça substantiva que deriva, por sua vez, da presunção de que é possível às partes discernirem e coordenarem a realização comutativa dessa justiça. Mas, evidentemente, o equilíbrio ‘intrínseco’ não é garantia de justiça substantiva, objectivamente apreciada, bastando lembrarmos que de um mesmo contexto contratual podem resultar os mais variados arranjos e equilíbrios, com os mais diversos efeitos sobre as titularidades das partes e sobre a eficiência e desfecho da respectiva adjudicação ou transmissão.²⁹⁷

Tendo se identificado *quando* se dará a revisão, a questão que fica é *como* se fará a revisão. A tarefa, reconhece-se, não é simples, mas a resposta nos parece estar bem colocada na seguinte asserção: retomada do programa contratual²⁹⁸.

Se perseguirá o restabelecimento da economia do contrato para que se chegue tão próximo, quanto possível, da distribuição de encargos inicialmente realizada²⁹⁹, afastando-se a (grave) desproporção superveniente mediante a conciliação dos interesses individuais, observadas as peculiaridades daquela relação contratual. Há de se observar as características do mercado, a conjuntura socioeconômica à época da conclusão do negócio, os usos e costumes, o tipo contratual e buscar compreender, tanto quanto possível, a repartição dos

²⁹⁶ REALE, Miguel. **O projeto de código civil: situação atual e seus problemas fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1986, p. 47.

²⁹⁷ ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. cit., p. 449.

²⁹⁸ Para uma análise da questão sob uma série de vertentes, com maior e menor grau de intromissão no negócio jurídico, remete-se o leitor a ITURRASPE, Jorge Mosset. PIEDECASAS, Miguel Alberto. **La revisión del contrato**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni. 2008, p. 441-461.

²⁹⁹ Após fazer uma análise da onerosidade sob o aspecto psicológico (i.e. voluntarístico), sob o enfoque objetivo da causa do contrato e sob um contexto por ele denominado de técnico, alicerçado em análise legislativa, Emilio Betti assenta que no emprego do remédio à excessiva onerosidade se deve considerar a conservação do custo inicial das prestações como medida de exigência de equidade da cooperação entre credor e devedor em relação à repartição dos riscos excedentes à álea normal do contrato. BETTI, Emilio. **Teoria generale delle obbligazioni**. Vol. I. cit., p. 199.

riscos e a distribuição de prestação e contraprestação entre os contratantes. Nas palavras de ROPPO, isso traduz-se em determinar o regulamento contratual³⁰⁰.

Observado, assim, o quadro de excepcionalidade, por intermédio da revisão se buscará a recomposição daquela relação entre prestação e contraprestação antes pactuada³⁰¹. A revisão desempenhará papel voltado, tanto quanto possível, ao restabelecimento das bases econômicas em que constituído o sinalagma, para que se alcance, assim, aquilo que dá vida e confere razão de ser à relação obrigacional³⁰²: o cumprimento.

O equilíbrio econômico e financeiro, por assim ser, representa a permanente estabilidade definida pelas partes entre as vantagens e os encargos assumidos quando da conclusão do negócio jurídico. Com a revisão contratual se perseguirá um balanceamento de modo que aquele intercâmbio de prestações, outrora estipulado, se restabeleça, para que se evite que da relação contratual exsurjam resultados que não sejam juridicamente toleráveis³⁰³. Isso tudo, conclua-se, considerando quatro elementos: os riscos da relação contratual, a distribuição dos encargos e vantagens entre as próprias partes, os pressupostos definidos em lei e as restrições fixadas na jurisprudência para uma intervenção externa.

Quer dizer, de um lado, não se pode esmaecer o olhar sobre os riscos e os encargos que as próprias partes entenderam por distribuir entre si. De outro, há de se considerar os requisitos legais e a estrita aplicação da intervenção externa nas relações contratuais empresariais.

³⁰⁰ “[...] em suma, fixar e traduzir em compromissos jurídicos, os termos da operação econômica prosseguida com o contrato, definir as variáveis que no seu conjunto reflectem a ‘conveniência econômica’ do próprio contrato”. ROPPO, Enzo. **O contrato**. cit., p. 126-127.

³⁰¹ “La vuelta a la equidad no debe significar la inversión de los roles; el castigo para el beneficiado y el premio para el perjudicado, sino el retorno, en lo posible, al contrato originario”. Recomendación de las Jornadas de San Rafael de 1976. *Apud* ITURRASPE, Jorge Mosset. **Interpretación económica de los contratos**. cit., p. 310-311.

³⁰² COSTA, Mário Júlio de Almeida. **Direito das obrigações**. cit., p. 95.

³⁰³ WEINGARTEN, Celia. **La equidad como principio de seguridad económica para los contratantes**. Revista de Direito do Consumidor. n. 39. jul-set. 2001. São Paulo: RT, 2001, p. 35.

9.2 EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO – COLIGAÇÃO CONTRATUAL – EQUILÍBRIO DO SISTEMA DE CONTRATOS

A esta altura do estudo, algumas conclusões foram alcançadas. A coligação contratual, como já se observou, atende a um interesse que se satisfaz mediante a atuação de dois ou mais contratos unidos em sistema. A função econômico-social global vincula todos os contratos integrantes da coligação e, conseqüentemente, todas as partes da coligação, sejam elas integrantes dos vínculos bilaterais ou plurilaterais, ou não. Ainda que em graus diferentes, a vinculação abrange igualmente as partes de determinados contratos e não de outros, conquanto estejam dentro do agrupamento, atuando em prol da finalidade econômico-social que com ele se persegue, e dela se beneficiando.

Não nos parece haver dissonância doutrinária tampouco jurisprudencial quanto a tal ponto: a existência de uma coligação contratual traz uma série de conseqüências jurídicas próprias aos contratos e às partes e somente “as circunstâncias do negócio é que determinarão quais as relações entre eles, e quando um não pode permanecer sem o outro, de modo que o descumprimento da obrigação de um possa influir também na conservação ou extinção do outro, desfazendo-se o negócio total”³⁰⁴.

Tal como o comprometimento da validade de um contrato pode levar à perda da razão de ser do outro, porquanto atuantes de forma concertada e em caráter de interdependência, fatores que prejudiquem a eficácia de um contrato podem atingir o outro, de forma mediata ou imediata. Assim, ainda que, em regra, os efeitos de um contrato se limitem a ele e às suas partes, quando inserido em um sistema seus efeitos podem se projetar para além desta fronteira, atingindo outro contrato igualmente presente naquele sistema.

Os âmbitos de eficácia não apenas interagem, mas influenciam entre si. A forma de agrupamento e o grau de dependência entre os contratos implicam a variação das conseqüências jurídicas que do agrupamento emanam, do que se extrai que no âmbito das coligações é possível se visualizar um plano estrutural distinto do plano de eficácia. Aquele permanece hígido, este, no que diz respeito aos efeitos externos, pode ver-se remodelado³⁰⁵, circunstância que leva ao reconhecimento de que a relatividade contratual atua de duas

³⁰⁴ Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 337.040/AM**, cit.

³⁰⁵ A distinção da remodelação dos efeitos internos e externos dos contratos já foi tratada ao longo do Capítulo 7.3 (‘Conseqüências jurídicas da coligação’), subitem 7.3.2 (‘O princípio da relatividade e seu redimensionamento’).

maneiras distintas em um contrato inserido em sistema: em caráter absoluto no aspecto estrutural e caráter mitigado no aspecto eficazial³⁰⁶.

Absoluto no plano estrutural, porquanto ainda que terceiros sejam atingidos pelos efeitos de uma relação jurídica da qual não fazem parte, isso não os torna parte daquela relação. Cria-se entre *partes da coligação* um vínculo jurídico, decorrente da irradiação de efeitos no plano eficazial, sem que, no entanto, tal circunstância as torne partes de todos os contratos da coligação. A identificação de que *partes da coligação* podem ser atingidas por efeitos emanados de contratos do qual não fazem parte leva à conclusão de que, nas coligações contratuais, há verdadeira reconfiguração da ideia clássica da relatividade; situação para a qual, como bem destaca PROENÇA FERNANDES, ainda não há tratamento normativo adequado³⁰⁷.

Bem assentadas todas estas considerações, nos parece clara a ideia de que, tal como os contratos em si, os agrupamentos podem trazer consigo a ideia de correspectividade sistemática de prestações³⁰⁸ na acepção de reciprocidade obrigacional, entre as partes da coligação, além da própria reciprocidade entre as partes dos contratos. Desequilibrada a relação ínsita a um dos contratos, o impacto pode não se limitar ao próprio contrato, especialmente quando houver uma atuação concertada, uma correspectividade econômica ou funcional das prestações. Dependendo, pois, do grau de interferência de um contrato no outro, o desequilíbrio pode atingir o sistema como um todo. Exemplifica-se.

Tome-se como um primeiro exemplo uma relação contratual entre três partes. ‘A’ e ‘B’ firmam um contrato de prestação de serviços de perfuração de poços de petróleo em que ‘C’ é interveniente. ‘B’ e ‘C’ firmam um contrato de arrendamento da embarcação voltada à perfuração dos poços, em que ‘A’ é interveniente. No contrato de prestação de serviços estipula-se que antes de se destinar a remuneração mensal ao contratado (‘B’), promove-se o

³⁰⁶ FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 237-238.

³⁰⁷ FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 238. No âmbito internacional, se positivou determinadas hipóteses de interdependência contratual (e os efeitos delas decorrentes) na ocasião da reforma legislativa recentemente realizada no Direito dos Contratos francês. Sobre o tema, remete-se o leitor ao Capítulo 5.1 (‘A evolução da teoria dos contratos coligados nas correntes doutrinárias estrangeiras’), subitem 5.1.3 (‘A doutrina francesa’). No direito pátrio, o estabelecimento da responsabilidade solidária no âmbito da cadeia de fornecimento, de acordo com o art. 18 da Lei 8.078/1990, é exemplo concreto não apenas da mitigação da relatividade, mas igualmente da separação dos planos estrutural e eficazial no âmbito dos agrupamentos de contratos.

³⁰⁸ LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**. Tomo I. cit., p. 61-62 e 70.

pagamento das parcelas mensais em favor do arrendante ('C'). A natureza de interdependência entre os contratos nos parece inquestionável. Um contrato tem razão de ser no outro, um contrato só foi firmado por conta do outro e a função econômico-social final só é atingida com o pleno adimplemento de ambos os contratos. Tudo indica que o comprometimento de um contrato leva ao comprometimento do outro.

Suponhamos, agora, que no curso desta relação contratual surge um evento que leve à onerosidade excessiva no contrato de arrendamento em desfavor de 'B', em proporção que sua prestação não apenas tenha se tornado excessivamente onerosa, com extrema vantagem para 'C', como também tornado sua prestação excessivamente onerosa em relação a 'A', com extrema vantagem para este último³⁰⁹. Não nos parece que haja espaço, neste cenário, para se considerar o equilíbrio contratual de forma isolada, para cada relação. Se há de se promover a revisão de ambos os sinalagmas (individualmente falando), há, igualmente, dadas as peculiaridades da relação, de se considerar os negócios jurídicos como um todo. Observadas as características da relação conjecturada, nos parece coeso considerar que a distribuição de encargos e a estrutura de pagamento no contrato de prestação de serviços certamente considera a distribuição de encargos e a estrutura de pagamento no contrato de arrendamento, e vice-versa. A relação foi estruturada como um todo. Não mediante a concepção de elementos individualizados, posteriormente aglutinados.

Um segundo cenário, que nos parece igualmente didático. No bojo de um contrato entre 'A' e 'B', estipula-se que toda a tecnologia envolvida no projeto (que representa a parte expressiva do preço global) será contratada de terceiro (único fornecedor apto a fornecê-la), em relação entre 'B' e 'C'. Surge, ao longo do contrato, fator que leve à onerosidade excessiva em desfavor de 'B', em sua relação com 'C'. A rigor, neste caso, este impasse haveria de ser resolvido entre 'B' e 'C'. Mas se for impraticável que esta solução se dê de forma isolada, levando, também, ao comprometimento do negócio jurídico entre 'A' e 'B', nos parece coerente que a revisão se faça com o olhar depositado sobre ambas as relações contratuais, e igualmente sobre o todo.

Um terceiro e último exemplo: 'A' pretende alienar a 'B' as quotas sociais de uma indústria. Definem as partes que o preço de avaliação será pago parte em dinheiro e parte mediante o fornecimento por 'B' de quantidade previamente definida de uma commodity que

³⁰⁹ Observe-se que não se está a avaliar se determinado evento é apto ou não a ensejar a onerosidade excessiva. A premissa, para fins de construção dos exemplos, é que a onerosidade excessiva está caracterizada nos termos do art. 478 do Código Civil.

seria por ele adquirida no mercado internacional para ser empregada em outra companhia de 'A', sem qualquer relação com indústria cujas quotas foram alienadas. São firmados, assim, dois contratos: um contrato de alienação das quotas sociais e um contrato de fornecimento de longo prazo, com volume mensal previamente definido.

Ao longo da execução deste segundo contrato surge um evento apto a caracterizar a onerosidade excessiva em desfavor de 'B', mas apenas levaria à extrema vantagem de 'A' se o primeiro contrato, de alienação de quotas, fosse considerado. Isto porque, se a obrigação de 'B' de fornecer determinada quantidade mensal da commodity se mantivesse, o preço que 'A' receberia pelas quotas sociais deixaria de ser 'X', passando, então, a receber '2X' pelo mesmo bem, dada a variação do preço da commodity. Um cenário como este, nos parece, igualmente exige a revisão da relação contratual como um todo.

Os contextos, como se observa, são distintos, mas há um elemento em comum entre eles: atuação concertada dos contratos inseridos em um sistema com razão de ser e função econômico-social própria. Interdependência e capacidade de recíproca interferência. Os contratos e a própria relação obrigacional, como se observa, adquirem um grau extra de complexidade pelo fato de estarem inseridos no âmbito de uma coligação. A validade e eficácia de um são capazes de afetar a validade e eficácia do outro, interagindo entre si. Concreta a mitigação da relatividade contratual.

Nos casos, portanto, em que há uma interdependência, em que os contratos têm razão recíproca de ser, atuam de forma concertada (o *nexo econômico-funcional*) e em prol de um fim econômico-social que não representa unicamente o fim de cada um dos contratos, tampouco sua mera somatória, não há como se considerar apenas as relações individualizadas dentro do sistema de contratos³¹⁰. Havendo um propósito global, em que a prestação assumida em um contrato corresponda à vantagem proveniente do outro, a falta de uma pode afetar o equilíbrio que o conjunto dos contratos promovia³¹¹.

³¹⁰ Precisamente sobre este ponto, rememora-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.206.723/MG**, cit.: "A interdependência, a conexidade ou a coligação dos contratos firmados pelas partes (cisão de empresa, acordo de acionistas e contrato de locação) resultam claras e evidentes, haja vista a unidade dos interesses representados, principalmente os de natureza econômica, constituindo esse plexo de avenças o que a doutrina denomina de contratos coligados; em caso assim, embora possível visualizar de forma autônoma cada uma das figuras contratuais entabuladas, exsurge cristalina a intervinculação dos acordos de vontade assentados, revelando a inviabilidade da revisão estanque e individualizada de apenas um dos pactos, quando unidos todos eles pela mesma função econômica comum".

³¹¹ AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor...** cit., p. 90.

Mais que isso. Os contratos podem ter sido estruturados de modo que aquele agrupamento gere os efeitos de início esperados sob o contexto de unidade, de organismo composto de várias partes que são estabelecidas e atuam em prol de um todo; uma estrutura em que cada contrato represente a razão de ser dos demais elos da cadeia e em que o regular desenvolvimento do programa contratual dependa não apenas de uma atuação concertada, mas igualmente em observância àquela distribuição de encargos *intra* e *entre* os contratos.

Cabe falar, nesse sentido, em sinalagma do agrupamento como uma recíproca interdependência das obrigações a cargo das partes da coligação³¹². Os contratos em coligação podem encontrar sua razão de ser e atuar em prol de uma função econômico-social em que haja uma constante interação dos negócios jurídicos³¹³ e um nexó entre os deveres de prestação que guarde estrita relação com a estabilidade almejada pelas partes na conclusão do negócio.

Se, por um lado, cada contrato em si pode ser meio para consecução do negócio global e, de outro, o programa econômico só existe em vista do grupo de contratos efetivamente adimplidos, é sob o prisma do agrupamento – e não apenas isoladamente – que deve ser avaliado o “jogo de vantagens e desvantagens contrapostas, conformador da peculiar relação de equilíbrio”³¹⁴.

Enquanto na ideia de sinalagma repousa o conceito de que cada prestação constitui para a outra parte a razão de ser de sua própria prestação, o regular desenvolvimento da relação pressupõe não apenas a existência, mas igualmente a consistência das obrigações. O interesse econômico das partes pressupõe uma espécie de relação de correspondência intercorrente³¹⁵.

³¹² MARTINS-COSTA, Judith. **O fenômeno da supracontratualidade e o princípio do equilíbrio: inadimplemento de deveres de proteção (violação positiva do contrato) e deslealdade contratual em operação de descruzamento acionário**. Revista Trimestral de Direito Civil. Vol. 26. abr/jun-2006. Rio de Janeiro: Padma. 2006, p. 221.

³¹³ Proença Fernandes é enfático em relação a este ponto: “Essa interação e o constante funcionamento conjunto trazem consigo a consequência de que não se pode (isto é impossível) individualizar-se o raio de efeitos de cada relação jurídica componente do grupo”. FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 243.

³¹⁴ MARTINS-COSTA, Judith. **O fenômeno da supracontratualidade e o princípio do equilíbrio...** cit., p. 222.

³¹⁵ Denominada por Ruy Rosado como “interesse do sinalagma”, que assim a define: “uma relação posta entre o sujeito credor e a prestação prometida, servindo esta a suprir a necessidade ou carência, daí dizer-se que o credor está interessado na prestação do credor [sic]. [...] A prestação que desatender a esse interesse, porque já não tem a capacidade de suprir a necessidade do sujeito credor é uma prestação inútil”, de modo que “é preciso, portanto, estabelecer em que consiste o interesse a que a prestação está ligada. Certamente é o interesse que decorre do próprio sinalagma, onde existem prestação correspectivas em equivalência, podendo ser objetivamente

Cada negócio integra, sob este ângulo, um conjunto orgânico, composto por elementos que além de se complementar, interagem e influenciam reciprocamente. Identifica-se uma espécie de vínculo negocial que constitui um todo, com razão de ser e finalidade própria. À distribuição dos encargos ínsita a cada contrato se soma, em maior ou menor extensão, a distribuição dos encargos no sistema de contratos, propiciando a estabilidade e o regular funcionamento do agrupamento.

Tal como no contrato individual se busca a estabilidade da relação mediante a observância das prestações e encargos livremente distribuídos entre as partes, na coligação contratual a mesma estabilidade é buscada mediante a observância das prestações e encargos assumidos entre as partes, em cada contrato, e no sistema de contratos como um todo.

Da mesma forma, se no contrato individual a recomposição do equilíbrio econômico e financeiro é avaliada com olhar para *aquela relação contratual* com observância das áleas *daquela relação contratual*, na coligação contratual a recomposição do equilíbrio econômico e financeiro é aferida mediante o exame *individual* e, complementarmente, *do conjunto de contratos*, com observância das áleas *individuais de cada contrato* e, igualmente, *das áleas ínsitas ao conjunto de contratos*.

Extraindo-se a essência do contrato sinalagmático da ideia de corresponsabilidade de prestações, não se pode olhar isoladamente para o desequilíbrio econômico e financeiro de um contrato que integre um sistema de contratos. A atuação concertada, o caráter, em maior ou menor grau, de interdependência, e o fim econômico-social da própria coligação, se somam ao fim econômico-social de cada contrato, a impedir o olhar atomizado. Enquanto a manifesta desproporção de um contrato transgride o sinalagma contratual, a manifesta desproporção dentro da coligação contratual pode levar a um comprometimento funcional apto a atingir a eficácia do sistema de contratos como um todo.

Os deveres nas coligações não estão adstritos a cada relação singular. Há uma projeção mais expressiva dos efeitos e, igualmente, uma sobrecarga nos deveres. Cada contratante deixa de olhar tão somente à sua relação e responder, observadas determinadas condições, apenas por ela³¹⁶. Há, por assim dizer, deveres próprios da relação individualizada, ao que se somam, com variados graus, os deveres decorrentes do agrupamento³¹⁷.

estabelecido qual o interesse que a prestação prometida iria satisfazer, de acordo com sua natureza e experiência comum". AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor...** cit., p. 132-133.

³¹⁶ As ideias de *complexidade* (no sentido de que ao integrar o agrupamento, é elevada a ordem de complexidade de cada contrato, diante da interligação que passa a se sujeitar) e *unificação* (sob o conceito de que a razão de

Quer dizer, a relatividade e as consequências de sua aplicabilidade, continuam sendo regra. A existência de uma coligação contratual não enseja seu afastamento. Os deveres principais das relações contratuais continuam vinculados às respectivas partes. Há, entretanto, uma mitigação, em maior ou menor grau, da relatividade, de acordo com as características de cada relação negocial coligada. Não se mostraria coerente um raciocínio que chegasse à conclusão de que aquele que não concluiu um contrato e dele não se beneficia, seja impelido a suportar seus efeitos. A situação, aqui tratada, é distinta.

A realização de negócios jurídicos insertos em um sistema de contratos com elevado grau de interdependência, atuação concertada e benefício mútuo evidencia que efeitos externos de um contrato atingem aqueles que, no plano estrutural, dele não participam. Embora possam não se vincular contratualmente, as partes da coligação se vinculam juridicamente.

É exatamente este vínculo jurídico que traz benefício mútuo e impõe às partes da coligação deveres recíprocos que ultimam no adimplemento satisfativo de todo o plexo de contratos. A conclusão de negócios jurídicos insertos no âmbito de uma coligação atrai a obrigação de atuação conjunta em prol da função econômico-social global³¹⁸.

No agrupamento, como regra, a operação econômica que justifica sua existência depende da conclusão e regular execução do plexo de contratos, sem o que se lhe retira a razão de ser³¹⁹ e a possibilidade de performar tal como se projetou, comprometendo-se, assim, o interesse que pela coligação contratual iria se satisfazer.

Assentadas estas premissas, a conclusão a que se chega é a de que, quando integrantes de um sistema constituído por contratos coligados as partes podem, observado o quadro de excepcionalidade, se sujeitar a deveres próprios do vínculo jurídico a que se submeteram, a sugerir que, embora não seja lícito se lhes exigir o adimplemento daquela relação obrigacional

ser, a validade e a eficácia de cada contrato atendem a um propósito uno, que condiz ao objetivo do próprio agrupamento) são bem exploradas por Bernard Teyssié, para o que se remete o leitor ao subitem 5.1.3 ('A doutrina francesa') do Capítulo 5.1 ('A evolução da teoria dos contratos coligados nas correntes doutrinárias estrangeiras').

³¹⁷ A inserção de um negócio jurídico no âmbito de um sistema de contratos "traz relevantes consequências para o ato negocial, havendo, em última análise, o próprio redimensionamento do conteúdo material a partir da interação de seus elementos com a causa supracontratual que emerge do sistema". FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. cit., p. 234.

³¹⁸ É o que Ricardo Lorenzetti denomina como deveres colaterais sistemáticos. LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. cit., p. 199-202. Igual ideia é levantada por José Virgílio Lopes Enei em **Contratos coligados**. cit., p. 123.

³¹⁹ MARTINS-COSTA, Judith. **O fenômeno da supracontratualidade e o princípio do equilíbrio...** cit., p. 222.

da qual não são partes, , uma vez preenchidos os requisitos legais para tanto³²⁰, mostra-se coerente considerar o plexo de contratos como um todo – e não apenas as relações contratuais individualizadas – ao se promover uma revisão contratual voltada ao reequilíbrio econômico e financeiro.

³²⁰ Rememore-se os exemplos acima apresentados.

10. CONCLUSÃO

Coligação contratual ostenta características que a elevam a uma das mais complexas estruturas contratuais da atualidade. Verdadeiro fruto da sofisticação negocial, as relações multifacetadas provém da lei, de disposições infralegais ou simplesmente da vontade das partes, pela natureza da relação entabulada.

Um sistema integrado por duas ou mais partes, composto de dois ou mais contratos. Cada negócio jurídico tem seu suporte fático, seus elementos, seus efeitos. Como consequência, as dependências entre os contratos são de variadas espécies. A vinculação pode ter caráter de mera acessoriedade. Às vezes, os contratos guardam recíproca importância.

Dependendo da intensidade da coligação, isto é, do grau de interdependência, um contrato não encontra razão de ser sem o outro. São casos em que a relação negocial ostenta uma racionalidade econômica ou estrutura funcional que se suporta no conjunto de contratos; não neles, individualmente. Em casos como tais, à função econômico-social de cada contrato se soma a função econômico-social do plexo de contratos, isto é, do sistema.

Os negócios jurídicos, individualmente falando, tendem a produzir os efeitos que lhes são ínsitos, atendendo ao seu próprio fim, ao que se somam os efeitos jurídicos próprios da coligação, não representados pela mera soma dos efeitos individuais.

Tal como nos contratos isolados uma cláusula se interpreta pelas outras, e considera-se a totalidade, nas coligações contratuais um contrato se interpreta pelos outros, e pelo sistema como um todo. Há um suporte fático que ultrapassa as barreiras dos contratos individuais e abrange a relação contratual como um todo. Há um feixe de interesses e funções que se complementam e integram um conjunto.

Do conceito clássico do princípio da relatividade emana a ideia de que o negócio jurídico, como elemento próprio da manifestação de vontade voltado ao regramento dos próprios interesses, não pode gerar direitos ou impor obrigações àqueles que do negócio não participam. Os efeitos do contrato devem estar adstritos, como regra, à esfera jurídica das partes. Há ocasiões, entretanto, que eficácia do contrato não se limita às suas partes, caso em que podem surgir efeitos em decorrência das situações ou relações produzidas pelo próprio contrato.

Enquanto os contratos, em coligação, mantêm uma autonomia estrutural, mas existem e atuam em prol de uma função econômico-social global, seus efeitos acabam por se projetar para além de suas fronteiras, quer dizer, dos limites daquela relação jurídica propriamente dita. No sistema de contratos, os efeitos de um contrato passam a ‘interagir’ com os efeitos

dos demais negócios jurídicos e, por vezes, complementá-los. Como consequência, nas coligações contratuais os efeitos próprios de cada contrato convivem entre si, se ajustam e, conforme o caso, se complementam e, nesse sentido, mesmo que todas as partes integrantes da coligação não se vinculem contratualmente, elas estarão vinculadas juridicamente.

Tal situação não representa, entretanto, uma descaracterização da figura de credores e devedores nas relações obrigacionais. Esta relação se mantém tal como em cada contrato se definiu. Aquelas obrigações próprias da relação inter partes e voltadas ao adimplemento mantêm-se restritas às partes dos contratos, ou seja, esta estrutura não leva a que todos elementos decorrentes do plano eficaz passem a atingir, indistintamente, todas as partes da coligação, além das próprias partes dos contratos.

A projeção que se está a tratar diz respeito aos efeitos externos de cada contrato e aos elementos supracontratuais: deveres sistêmicos, voltados à preservação e ao bom funcionamento do feixe de contratos. São, precisamente, o nexos funcional entre os contratos e o fim global da coligação que permitem a projeção de determinados efeitos a esses terceiros, partes na coligação conquanto não sejam parte em determinado contrato.

Da mesma maneira que o comprometimento da validade de um contrato pode levar à perda da razão de ser do outro, porquanto atuantes de forma concertada e em caráter de interdependência, fatores que prejudiquem a eficácia de um contrato podem atingir o outro, de forma mediata ou imediata. Ainda que, em regra, os efeitos de um contrato se limitem a ele e às suas partes, quando inserido em um sistema seus efeitos podem se projetar para além desta fronteira, atingindo outro contrato igualmente presente naquele sistema. Os âmbitos de eficácia não apenas interagem, mas influenciam entre si. A forma de agrupamento e o grau de dependência entre os contratos implicam a variação das consequências jurídicas que do agrupamento emanam.

Nesse sentido, no âmbito das coligações é possível se visualizar um plano estrutural distinto do plano de eficácia. Enquanto aquele permanece hígido, este, no que diz respeito aos efeitos externos, pode ver-se remodelado; situação que implica no reconhecimento de que a relatividade contratual atua de duas maneiras distintas em um contrato inserido em sistema: em caráter absoluto no aspecto estrutural (porquanto ainda que terceiros sejam atingidos pelos efeitos de uma relação jurídica da qual não fazem parte, isso não os torna parte daquela relação) e caráter mitigado no aspecto eficaz, em verdadeira reconfiguração da ideia clássica da relatividade.

Por assim ser, desequilibrada a relação ínsita a um dos contratos, o impacto pode não se limitar ao próprio contrato, especialmente quando houver uma atuação concertada, uma

correspectividade econômica ou funcional das prestações. Dependendo, pois, do grau de interferência de um contrato no outro, o desequilíbrio pode atingir o sistema como um todo, na exata medida em que, como regra, a operação econômica que justifica existência da coligação depende da conclusão e regular execução do conjunto de contratos.

A regra, repise-se, impõe que os efeitos diretos dos contratos fiquem adstritos às correlatas partes, de modo que a onerosidade excessiva em um contrato seja analisada de forma isolada. Em determinadas relações contratuais, entretanto, dado o alto grau de interdependência entre os contratos, a revisão isolada passa a ser desaconselhável, se não inviável. Nesse sentido, se a onerosidade excessiva em um dos contratos pode levar ao desequilíbrio dos outros (comprometimento do nexu econômico) ou se o perecimento de um contrato pela onerosidade inviabiliza a execução dos demais contratos (comprometimento do nexu funcional), a regra de exceção passa a ser aplicada.

11. JULGADOS REFERENCIADOS

Capítulo 4.2 – ‘As cláusulas gerais frente às categorias contratuais’

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 936.741/GO**, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 03/11/2011.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.321.614/SP**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 16/12/2014.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1.409.849/PR**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado em 26/04/2016.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1.447.082-TO**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado em 10/5/2016.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 1.641.131/SP**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 16/02/2017.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.599.535/RS**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 14/03/2017.

Capítulo 6 – ‘O reconhecimento judicial da teoria’

Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 84727**, Relator: Ministro CORDEIRO GUERRA, Segunda Turma, julgado em 27/04/1976.

Supremo Tribunal Federal. **Embargos de Divergência nº 78162**, Relator: Ministro XAVIER DE ALBUQUERQUE, Tribunal Pleno, julgado em 20/10/1977.

Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 88857**, Relator: Ministro SOARES MUNOZ, Primeira Turma, julgado em 02/06/1978.

Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 91676**, Relator: Ministro CUNHA PEIXOTO, Primeira Turma, julgado em 23/10/1979.

Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 91256**, Relator: Ministro LEITÃO DE ABREU, Segunda Turma, julgado em 27/05/1980.

Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 94511**, Relator: Ministro CUNHA PEIXOTO, Primeira Turma, julgado em 23/06/1981.

Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 96592**, Relator: Ministro DJACI FALCÃO, Segunda Turma, julgado em 17/09/1982.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 337.040/AM**, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Quarta Turma, julgado em 02/05/2002.

Superior Tribunal de Justiça. **Conflito de Competência nº 34.504/SP**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Segunda Seção, julgado em 12/03/2003.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 419.362/MS**, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, Rel. p/ Acórdão Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Quarta Turma, julgado em 17/06/2003.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 702.365/SP**, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE SCARTEZZINI, Quarta Turma, julgado em 23/05/2006.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 985.531/SP**, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (Desembargador convocado do TJ/RS), Terceira Turma, julgado em 01/09/2009.

Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Conflito de Competência nº 69.689/RJ**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Segunda Seção, julgado em 23/09/2009.

Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.206.723/MG**, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 17/05/2012.

Superior Tribunal de Justiça. **Conflito de Competência 128.610/RS**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Segunda Seção, julgado em 22/06/2016.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.045.811/SP**, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, julgado em 06/11/2012.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.127.403/SP**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 04/02/2014.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.141.985/PR**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 11/02/2014.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.173.011/SP**, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, julgado em 17/12/2013.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.519.041/RJ**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 01/09/2015.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.669.229/SP**, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 10/04/2018.

Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 689.270/DF**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), Quarta Turma, julgado em 15/05/2018.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.639.035/SP**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado em 18/09/2018.

Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno no Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.669.226/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 01/07/2019.

Superior Tribunal de Justiça, **Agravo Interno no Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.669.244/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 01/07/2019.

Capítulo 9.1 – ‘Contrato empresarial – distribuição de risco – revisão contratual’

Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 56.960**, Rel. Ministro HERMES LIMA, Segunda Turma, julgado em 13/11/1964.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial nº 5.723/MG**, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 25/06/1991.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 744.446/DF**, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, julgado em 17/04/2008.

Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 957.999/PE**, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, julgado em 22/06/2010.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 849.228/GO**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 03/08/2010.

Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.518.605/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, julgado em 07/04/2016.

Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno nos Embargos Declaratórios no Agravo em Recurso Especial nº 1.049.346/GO**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 19/06/2018.

Superior Tribunal de Justiça. **Agravo em Recurso Especial nº 1.383.831/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, julgado em 14/02/2019.

Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.340.589/SE**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, julgado em 23/04/2019.

Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.689.225/SP**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 21/05/2019.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, John N. BROWNSWORD, Roger. **Privity and the concept of a network contract**. Legal Studies. Vol. 10. Issue 1. March 1990. p. 12-37.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2003.

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **O direito das obrigações na contemporaneidade**. Revista de Direito do Consumidor. Vol. 96. São Paulo: RT, 2014, p. 13-20.

ALVIM, Agostinho. **Da inexecução das obrigações e suas consequências**. São Paulo: Editora Saraiva, 1972.

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

ASCARELLI, Tullio. **Corso de diritto commerciale: introduzione e teoria dell'impresa**. Milano: Giuffrè, 1962.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Contratos coligados de sublocação de imóvel e franquia comercial. Aplicabilidade do artigo 21 da Lei 8.245/91**. Revista Trimestral de Direito Civil. n° 8. out/dez-2001. p. 213-232. Rio de Janeiro: Padma, 2001.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos**. São Paulo: Atlas, 2009.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2004.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio jurídico e declaração negocial: noções gerais e formação de declaração negocial**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. São Paulo: Saraiva, 1986.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Novos estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Princípios do novo direito contratual e desregulamentação do mercado. Direito de exclusividade nas relações contratuais de fornecimento. Função social do contrato e responsabilidade aquiliana do terceiro que contribui para inadimplemento contratual**. Revista dos Tribunais. Vol. 750. São Paulo: RT, 1998.

BACACHE-GIBEILI, Mireille. **La relativité des conventions et les groupes de contrats**. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1996.

BARBA, Vincenzo. **La connessione tra i negozi e il collegamento negoziale: parte seconda.** Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, a. LXII, n. 4, p. 1167-1188, dez. 2008. Milano: Giuffrè, 2008.

BDINE JÚNIOR, Hamid Charaf. **Jurisdicionalização dos contratos.** In: JABUR, Gilberto Haddad. PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge (coord.). Direito dos contratos. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

BELO, Emília. **Os efeitos decorrentes da coligação de contratos.** São Paulo: MP, 2014.

BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcelos. **Práticas comerciais.** In: Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto. 8º ed. rev. atual. e reform. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BENHAMOU, Elsa. **L'interdépendance contractuelle.** Université Grenoble Alpes. Faculté de Droit. Master thesis. 2018. Disponível em <https://dumas.ccsd.cnrs.fr/dumas-01872501>

BESSONE, Darcy. **Do contrato: teoria geral.** 4º ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BETTI, Emilio. **Teoria generale delle obbligazioni.** Vol. I. Milano: Giuffrè, 1953.

BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico.** Tomo I. Campinas, SP: LZN, 2003.

BETTI, Emilio. **Teoria geral do negócio jurídico.** Tomo II. Campinas, SP: LZN, 2003.

BIANCA, Cesare Massimo. **Diritto Civile: il contratto.** Vol. III. Milano: Giuffrè, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função: novos estudos da teoria do direito.** VERSANI, Daniela Beccaccia (trad.). Barueri: Manole, 2008.

BRAVO, Federico de Castro y. **El negocio jurídico.** Madrid: Civitas, 1997.

BULGARELLI, Waldírio. **Contratos mercantis.** São Paulo: Atlas, 2001.

BULGARELLI, Waldírio. **Diretrizes gerais dos contratos empresariais.** In: BITTAR, Carlos Alberto. Novos contratos empresariais. São Paulo: RT, 1990.

BULGARELLI, Waldírio. **Estudos e pareceres de direito empresarial: o direito das empresas.** São Paulo: RT, 1980.

BULGARELLI, Waldírio. **Questões atuais de direito empresarial.** São Paulo: Malheiros, 1995.

CARNELUTTI, Francesco. **Teoria giuridica della circolazione.** Padova: CEDAM, 1933.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial: direito da empresa.** Vol. 1. 22º ed. rev. e atual. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

COMPARATO, Fábio Konder. **A proteção do consumidor: importante capítulo do direito econômico**. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro. Ano 13. n° 15-16. p. 89-105. São Paulo: RT, 1974.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. **Da boa fé no direito civil**. Coimbra: Almedina, 2003.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. **Direito das obrigações**. 9º ed. rev. e aum. Coimbra: Almedina, 2001.

CUNHA, Daniel Sica da. **A nova força obrigatória dos contratos**. In: MARQUES, Claudia Lima (Org.). A nova crise do contrato: estudos sobre a nova teoria contratual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DANTAS, San Tiago. **Evolução contemporânea do direito contratual. Dirigismo. Imprevisão**. Publicado originalmente na RT 195/544-557. Jan 1952. Revista de Direito Civil Contemporâneo. Vol. 6/2016. p. 261 - 276. Jan - Mar 2016. São Paulo: RT, 2016.

DANTAS, San Tiago. **Programa de direito civil**. Vol. II. Rio de Janeiro: Rio Sociedade Cultural, 1982.

DÍEZ-PICAZO, Luis. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. I. 5º ed. Madrid: Civitas, 1996.

DÍEZ-PICAZO, Luis. **Fundamentos del derecho civil patrimonial**. Vol. II. 5º ed. Madrid: Civitas, 1996.

ENEI, José Virgílio Lopes. **Contratos coligados**. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. n° 132. out-2003. p. 111-128. São Paulo: Malheiros, 2003.

ENNECCERUS, Ludwig. LEHMANN, Heinrich. **Derecho de obligaciones**. Tomo II. Vol. 2. Primeira parte. In: ENNECCERUS, Ludwig. KIPP, Theodor. WOLFF, Martin. INFANTE, Carlos Melon (trad.). Tratado de derecho civil. 3º ed. Barcelona: Bosch, 1966.

FERNANDES, Marcelo Cama Proença. **Contratos: eficácia e relatividade nas coligações contratuais**. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERREIRA, Waldemar Martins. **Instituições de direito comercial**. Vol. 3. Tomo I. 4º ed. rev. aum. São Paulo: Max Limonad, 1954.

FORGIONI, Paula Andrea. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.

FLUME, Werner. **El negocio jurídico**. GONZALEZ, José María Miguel. CALLE, Esther Gómez (trad.). Madrid: Fundación Cultural del Notariado, 1998.

FONSECA, Arnaldo Medeiros da. **Caso fortuito e teoria da imprevisão**. São Paulo: Forense, 1958.

FONSECA, Elena Zucconi Galli. **Collegamento negoziale e efficacia della clausola compromissoria: il leasing e altre storie**. Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, a LIV, n. 4, p. 1085-1127, dez. 2000. Milano: Giuffrè, 2000.

FRANCE. **Code Civil**. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do;jsessionid=ACA93B68D9FDDA0AB38E6822FA751828.tplgr42s_1?idSectionTA=LEGISCTA000032008953&cidTexte=LEGITEXT000006070721&dateTexte=20190417

FRÍAS, Ana López. **Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos y ensayo de una construcción doctrinal**. Tesis doctoral. Universidad de Granada. 1992. Barcelona: J. M. Bosch, 1994.

GABRIELLI, Enrico. **Estudios sobre teoría general del contrato**. Lima: Jurista, 2013.

GALGANO, Francesco. **El negocio jurídico**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1992.

GALGANO, Francesco. **Trattato di diritto civile**. Vol. II. 3º ed. Padova: Cedam, 2014.

GHESTIN, Jacques. **Cause de l'engagement et validité du contrat**. Paris: Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, 2006.

GHESTIN, Jacques. **Traité de droit civil sous la direction de Jacques Ghestin**. Paris: Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, 1994.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato**. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOMES, Orlando. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense. 2000.

GOMES, Orlando. **Novíssimas questões de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 1998.

GONÇALVES, Luiz da Cunha. **Tratado de direito civil: em comentário ao código civil português**. 2º ed. atual. aum. Vol. IV. Tomo II. São Paulo: Max Limonad, 1955.

GRAU, Eros Roberto. FORGIONI, Paula. **O Estado, a empresa e o contrato**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

HILLMAN, Robert A. **Court adjustment of long-term contracts: an analysis under modern contract law**. Duke Law Journal. 1987. 1-33. Disponível em: <https://scholarship.law.duke.edu/dlj/vol36/iss1/1/>

ITURRASPE, Jorge Mosset. **Contratos**. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2003.

ITURRASPE, Jorge Mosset. **Interpretación económica de los contratos**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 1994.

ITURRASPE, Jorge Mosset. PIEDECASAS, Miguel Alberto. **La revisión del contrato**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni. 2008.

KATAOKA, Eduardo Takemi. **A coligação contratual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

KONDER, Carlos Nelson. **A coligação contratual na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**. In: O Superior Tribunal de Justiça e a reconstrução do direito privado. FRAZÃO, Ana. TEPEDINO, Gustavo. (coord.) São Paulo: RT. 2011.

KONDER, Carlos Nelson. **Contratos coligados nas relações trabalhistas**. In: Diálogos entre o direito do trabalho e o direito civil. TEPEDINO, Gustavo. et al (coord.). São Paulo: RT, 2013.

KONDER, Carlos Nelson. **Contratos conexos: grupos de contratos, redes contratuais e contratos coligados**. Rio de Janeiro: Renovar. 2006.

KONDER, Carlos Nelson. **Qualificação e coligação contratual**. Revista Forense, Vol. 406. p. 55-86. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

LARENZ, Karl. **Bases del negocio jurídico y cumplimiento de los contratos**. Carlos Fernandes Rodrigues (trad.). Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1956

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. LAMEGO, José (trad.). 3º ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. **A súmula nº 308 e a adoção da teoria das redes contratuais pelo Superior Tribunal de Justiça**. In: JABUR, Gilberto Haddad. PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge (coord.). Direito dos contratos. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. **A teoria das redes contratuais e a função social dos contratos: reflexões a partir de uma recente decisão do Superior Tribunal de Justiça**. Revista dos Tribunais vol. 832/2005. p. 100-111. fev-2005. São Paulo: RT, 2005.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. **Contratos coligados, redes contratuais e contratos conexos**. In: FERNANDES, Wanderley (coord.). Fundamentos e princípios dos contratos empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. **Os contratos coligados**. In: BRANDELLI, Leonardo. Estudos em homenagem à Professora Véra Maria Jacob de Fradera. Porto Alegre: Lejus, 2013.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. **Redes contratuais no mercado habitacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. **Redes contratuais: sua contextualização entre a empresa e o mercado**. Revista de Direito Público da Economia. nº 7. jul/set-2004. p. 225-234. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Dirigismo contratual**. In: Doutrinas Essenciais: obrigações e contratos. Vol. 3. São Paulo: RT, 2011.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Fundamentos do direito privado**. FRADERA, Vera Maria Jacob (trad.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los contratos**. Tomo I. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 1999.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados e qualificação contratual em algumas decisões recentes do STJ**. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. Vol. 19/2007. p. 142-152. São Paulo: RT 2007.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINEZ, Pedro Romano. **O subcontrato**. Coimbra: Almedina, 1989.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado: critérios para sua aplicação**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MARTINS-COSTA, Judith. **Novas reflexões sobre o princípio da função social dos contratos**. Estudos de direito do consumidor. Vol. 7. Nov-2005. p. 49-109. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra: 2005.

MARTINS-COSTA, Judith. **O fenômeno da supracontratualidade e o princípio do equilíbrio: inadimplemento de deveres de proteção (violação positiva do contrato) e deslealdade contratual em operação de descruzamento acionário**. Revista Trimestral de Direito Civil. Vol. 26. abr/jun-2006. Rio de Janeiro: Padma. 2006.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 12º ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Vol. I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1937.

MENDONÇA, José Xavier Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Vol. VI. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1939.

MESSINEO, Francesco. **Doctrina general del contracto**. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1952.

MIRAGEM, Bruno. **O novo modelo de direito privado brasileiro e os contratos: entre interesses individuais, sociais e direitos fundamentais. Função social do contrato, boa-fé e bons costumes: nova crise dos contratos e a reconstrução da autonomia negocial pela concretização das cláusulas gerais**. In: MARQUES, Claudia Lima (Org.). A nova crise do contrato: estudos sobre a nova teoria contratual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. Tomo XXXVIII. São Paulo: RT, 2012.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Unidade ou pluralidade de contratos: contratos conexos, vinculados ou coligados**. Revista dos Tribunais nº 448. fev-1973. p. 51-60. Republicação na Revista dos Tribunais nº 817. nov-2003. p. 753-762. São Paulo: RT, 2003.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. 2º ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

NÉRET, Jean. **Le sous-contrat**. Paris: Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, 1979.

OLIVEIRA, Anísio José de. **A cláusula 'rebus sic stantibus' através dos tempos**. Belo Horizonte, 1968.

OPPO, Giorgio. **Contrato parasociali**. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1942.

PELLÉ, Sébastien. **La notion d'interdépendance contractuelle: contribution à l'étude des ensembles de contrats**. Paris: Dalloz, 2007.

PENTEADO, Luciano de Camargo. **Redes contratuais e contratos coligados**. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio (Orgs.) **Direito contratual: temas atuais**. São Paulo: Método, 2007.

PERLINGIERI, Pietro. **Equilíbrio normativo e princípio de proporzionalità nei contratti**. Revista Trimestral de Direito Civil. Ano 3. Vol. 12. Rio de Janeiro: Padma, 2002.

PERLINGIERI, Pietro. **Manuale di diritto civile**. 4º ed. amp. rived. ed aggior. Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 2003.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional**. DE CICCIO, Maria Cristina (trad.). 3º ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

POTHIER, Robert Joseph. **Tradado das obrigações**. Campinas: Servanda, 2002.

PRATA, Ana. **A tutela constitucional da autonomia privada**. Coimbra: Almedina, 1982.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 23º ed. Madrid: Espasa, 2014. Disponível em <http://www.rae.es/diccionario-de-la-lengua-espanola/la-23a-edicion-2014>

REALE, Miguel. **História do novo Código Civil**. São Paulo: RT, 2005.

REALE, Miguel. **O projeto de código civil: situação atual e seus problemas fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1986.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. Vol. 1. 31º ed. atual. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 11º ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra: Almedina, 2009.

ROSAS, Roberto. **Contratos coligados**. Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial. Vol. 2. nº 3. p. 53–64. jan/mar-1978. São Paulo: RT, 1978.

SACCO, Rodolfo. De NOVA, Giorgio. **Il Contratto**. Tomo I. Torino: UTET, 2004.

SIDOU, Othon. **A revisão judicial dos contratos e outras figuras afins**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SILVA, Clóvis do Couto e. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Clovis do Couto e. **A teoria da base do negócio jurídico no direito brasileiro**. Revista dos Tribunais, vol. 655, p. 7-11. São Paulo: RT, 1990.

STEINER, Renata C. **Descumprimento contratual: boa-fé e violação positiva do contrato**. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

TARTUCE, Flavio. **O conceito de contrato na contemporaneidade**. Genjuridico. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2015/01/07/o-conceito-de-contrato-na-contemporaneidade/>

TELLES, Inocêncio Galvão. **Direito das obrigações**. Coimbra: Coimbra, 1984.

TEPEDINO, Gustavo. BARBOSA, Heloisa Helena. MORAES, Maria Celina Bodin de (org.). **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. Vol. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

TEUBNER, Gunther. **Network as connected contracts**. EVERSON, Michelle (trad.). London: Hart Publishing. 2011.

TEYSSIE, Bernard. **Les groupes de contrats**. Paris: Librairie Generale de Droit et de Jurisprudence, 1975.

VARELA, João de Matos Antunes. **Contratos mistos**. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Vol. 44. 1968. p. 143-168.

VARELA, João de Matos Antunes. **Das obrigações em geral**. Vol. I. 10º ed. rev. atual. Coimbra: Almedina, 2000

VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Contratos atípicos**. Coimbra: Almedina, 2009.

WAISBERG, Ivo. **Conceito e interpretação dos contratos mercantis**. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello. (Org.). Estudos em homenagem a Clóvis Beviláqua por ocasião do centenário do Direito Civil codificado no Brasil. Vol. 2. São Paulo: Escola Paulista de Magistratura, 2018.

WALD, Arnoldo. **A arbitragem, os grupos societários e os conjuntos de contratos conexos**. Revista de Arbitragem e Mediação. Vol. 2. p. 31-59. São Paulo: RT, 2004.

WALD, Arnoldo. **Obrigações e contratos**. 16º ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

WALD, Arnoldo. **Um novo direito para uma nova economia: a evolução dos contratos e o Código Civil**. Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil. Vol. 12. Porto Alegre: Síntese, 2001.

WEINGARTEN, Celia. **La equidad como principio de seguridad económica para los contratantes**. Revista de Direito do Consumidor. n. 39. jul-set. 2001. São Paulo: RT, 2001.

WHITAKER, Simon. **Contract networks, freedom of contract and the restructuring of privity of contract**. In: CAFAGGI, Fabrizio. Contractual networks, inter-firm cooperation and economic growth. p. 179-197. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar Publishing, 2011.

ZANCHIM, Kleber Luiz. **Contratos empresariais: categoria, interface com contratos de consumo e paritários, revisão judicial**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.